



# Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea

1

Organizadores

Daniel A. de Azevedo    Iná Elias de Castro

Rafael Winter Ribeiro

editora  
**terra**  
escrita



# Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea

1

## **Conselho editorial**

Dra. Adriany Ferreira de Mendonça | UFRJ  
Dr. Alexandre G. da Cruz Alves Jr | UniFAP  
Dra. Ana Tereza Reis da Silva | UnB  
Dr. Bruno A. A. Nunes | UCSF  
Dr. Carlos Dimas Martins Ribeiro | UFF  
Dr. Christian Fernando Scaramella | UADER  
Dra. Cristiane Maria Amorim Costa | UERJ  
Dr. Daniel A. de Azevedo | UnB  
Dra. Danielle L. Ferreira | UCSF  
Dr. David Melo van den Brule | UFCG  
Dr. Dirceu Cadena de Melo Filho | UFC  
Dr. Éder Merino | UnB  
Dr. Faber Paganoto | CPII  
Dr. Fabio Alves Gomes de Oliveira | UFF  
Dr. Fernando Santoro | UFRJ  
Dr. Fernando Sobrinho | UnB  
Dra. Glória Maria Vargas | UnB  
Dr. Gutemberg da Silva Vilhena | UniFAP  
Dr. Henrique Fortuna Cairus | UFRJ  
Dr. Igor Robaina | UFES  
Dr. Ilvan Medeiros Lustosa Jr. | IFB  
Dra. Iná Elias de Castro | UFRJ  
Dra. Juliana Nunes Rodrigues | UFF  
Dr. Juscelino Eudâminas Bezerra | UnB  
Dr. Leandro Riente da Silva Tartaglia | CPII  
Ma. Letícia Parente Ribeiro | UFRJ  
Dra. Lilia Susana Padilla y Sotelo | UNAM  
Dr. Marcelo Alonso Morais | PUC-RJ  
Dra. Maria Clara Dias | UFRJ  
Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias | UnB  
Dr. Pablo Ibañez | UFRRJ  
Dra. Patrícia Gomes da Silveira | CPII  
Dr. Paulo César da Costa Gomes | UFRJ  
Dra. Potira Hermuche | UnB  
Dr. Rafael da Silva Nunes | PUC-RJ  
Dr. Rafael Franca | UnB  
Dr. Rafael Haddock-Lobo | UFRJ  
Dr. Rafael Winter Ribeiro | UFRJ  
Dra. Rejane Rodrigues | PUC-RJ  
Dra. Renata Ramalho Oliveira | WUSTL  
Dr. Ricardo Nogueira | UFAM  
Dr. Roberto Goulart Menezes | UnB  
Dra. Susana de Castro | UFRJ  
Dr. Victor Dias Maia Soares | EBEP-RJ

# Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea

## 1

Organizadores

Daniel A. de Azevedo Iná Elias de Castro

Rafael Winter Ribeiro

Copyright desta edição ©2021 by Editora Terra Escrita

Foi feito o depósito legal conforme Lei 10.994 de 14/12/2004.

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da editora.

Editor: Jefferson Lopes F. Jr.

Revisão: Pitaia Revisões

Direitos desta edição reservados à Editora Terra Escrita

Rua São Bráz, 93

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.770-150

contato@terraescrita.com

www.terraescrita.com

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A994d Azevedo, Daniel Abreu de

Os desafios e os novos debates da geografia política contemporânea / Daniel A. de Azevedo, Iná Elias de Castro, Rafael Winter Ribeiro (Orgs.) - Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2021.

214 p. ; 21 cm.

ISBN 978-65-995742-2-1 versão impressa

Inclui bibliografia.

1. Geografia. 2. Geografia Política. 3. I. Título. II. Autor.

CDD 304.2

Impresso no Brasil

Printed in Brazil



# Sumário

## *Introdução*

A PLURALIDADE EPISTEMOLÓGICA NA GEOGRAFIA POLÍTICA  
*Daniel A. de Azevedo, Iná Elias de Castro e Rafael Winter Ribeiro*

9

## *Apresentação da mesa de língua portuguesa*

AS CONVERGÊNCIAS DA GEOGRAFIA POLÍTICA NOS PAÍSES IBÉRICOS

*Antonio Angelo Martins da Fonseca*

19

A GEOGRAFIA POLÍTICA NA ESPANHA

*Rubén C. Lois González*

23

GEOGRAFIA POLÍTICA EM PORTUGAL:  
BREVE HISTÓRIA DE UM DOMÍNIO DIFUSO

*João Ferrão*

49

## *Apresentação da mesa de língua espanhola*

POLÍTICA É POTÊNCIA E MOVIMENTO:  
POR UMA GEOGRAFIA POLÍTICA ALÉM DO BEM E DO MAL

*Augusto César Pinheiro da Silva*

81

A RECONFIGURAÇÃO DA GEOGRAFIA POLÍTICA  
MEXICANA NO ALVORECER DO SÉCULO XXI

*Cutberto Hernandez-Legorreta*

87

OUTROS ESPAÇOS PARA A GEOGRAFIA POLÍTICA

*Mario Valero Martínez*

109

*Apresentação da mesa de língua inglesa*

NOVAS E RECORRENTES DISCUSSÕES NA GEOGRAFIA POLÍTICA

*Daniel A. de Azevedo*

131

PALAVRAS-CHAVE PARA UMA GEOGRAFIA POLÍTICA DO CAPITALISMO

*Kevin R. Cox*

135

DESLOCANDO AS GEOGRAFIAS DA JUSTIÇA

*Clive Barnett*

157

*Apresentação da mesa de língua francesa*

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA GEOGRAFIA POLÍTICA

*Iná Elias de Castro*

173

“FRONTEIRAS DE FERRO” OU A DIVISÃO DO MUNDO.  
BARREIRAS DE FRONTEIRA: PARA QUÊ?

*Stephane Rosière*

179

POR UMA GEOGRAFIA POLÍTICA CONSTRUTIVISTA

*Arnaud Brennetot*

197

Sobre os autores

207





# A PLURALIDADE EPISTEMOLÓGICA NA GEOGRAFIA POLÍTICA

## Introdução

*Daniel A. de Azevedo*  
*Iná Elias de Castro*  
*Rafael Winter Ribeiro*

Cada campo do conhecimento possui suas particularidades e desafios, impondo aos membros das comunidades científicas a necessidade de constantes revisões de suas bases epistemológicas e metodológicas e, acima de tudo, de uma reflexão ontológica de sua disciplina. É nesse sentido que artigos, livros, congressos, seminários e simpósios se tornam componentes fundamentais da própria ciência, abalando, por meio do debate, consensos momentaneamente estabelecidos e impondo uma oxigenação regular que é inerente a todo e qualquer conhecimento científico.

Este é o primeiro de três livros produzidos a partir dos debates do IV Congresso de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (CONGEO). Em meio a um mundo abalado por uma grave pandemia, os membros da Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (REBRAGEO) decidiram transformar o evento presencial em três momentos de mesas redondas remotas, convidando pesquisadores de diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil, para refletirem acerca de novos temas e da importância das interpretações geográficas sobre o âmbito político. Se, por um lado, a legítima necessidade de isolamento social impediu o contato presencial entre pesquisadores, resultando na perda da riqueza do debate que emerge desses encontros, por outro, o evento virtual permitiu, a um custo muito baixo, convidar autores de vários países, o que gerou uma troca acadêmica única a partir de diferentes lugares e contextos socioespaciais.

Este livro é o produto do primeiro ciclo de mesas redondas, disponibilizado pela Editora Terra Escrita. Tal ciclo foi pensado para

jogar luz sobre os contatos entre a geografia política produzida no Brasil e aquelas produzidas por autores de língua portuguesa no estrangeiro, em espanhol, inglês e francês. Há livros que se destacam pela homogeneidade teórico-metodológica, tornando-se um corpo organicamente organizado. Não é o caso deste, nem poderia sê-lo. Em um trabalho que se propõe a refletir sobre a própria existência e a importância da geografia política no mundo acadêmico de diferentes países, além de assuntos novos (ou de novos olhares para assuntos já conhecidos) na agenda da disciplina, torna-se imperativo que a diversidade teórico-conceitual se faça presente, sob o risco de que se perca a própria essência desse campo.

O que o leitor irá perceber neste livro é que os autores convidados, suas biografias e/ou textos aqui publicados disputam interpretações da espacialidade da política oriundas, grosso modo, de duas correntes dominantes na geografia política: uma caudatária das teorias críticas (marxista, neomarxista, anarquista, autonomista) e outra mais próxima da ciência política, de vertente pluralista e liberal, incluindo as (neo) institucionalistas. Essas correntes estão presentes, nos últimos quarenta anos, entre os geógrafos políticos de diferentes países, como é perceptível nos trabalhos reunidos neste primeiro volume. É interessante perceber que esses dois paradigmas são também os principais em disputa nas ciências sociais. É interessante perceber que, no entanto, desde o final do século XX, a concentração da riqueza, o aumento da pobreza e os problemas ambientais, bem como a derrocada do projeto socialista soviético e seus satélites na Guerra Fria, passaram a exigir a reformulação dos limites estreitos daqueles paradigmas. A noção de complexidade tem sido cada vez mais valorizada nas ciências sociais e históricas. Essa tendência tem se aprofundado no século XXI, criando um ambiente intelectual mais pluralista e mais aberto a novidades e debates<sup>[1]</sup>. É nesse sentido que a maior parte dos textos trazidos pelos convidados são representativos de tal tendência, pois vão além de qualquer classificação estrita e expressam a diversidade que existe na geografia política e nas ciências em geral, marcadas pelo debate e pela discordância.

Para realçar a contemporaneidade da geografia política, vale a pena lembrar aqui a discussão proposta por John Agnew<sup>[2]</sup> sobre a

---

[1] Heller, A. et al. A crise dos paradigmas das ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.

[2] Agnew, John. Making political geography, Londres, Arnold, 2002, p.140.

necessidade de uma perspectiva conceitual mais pluralista na análise dos fenômenos políticos na geografia, indicando que o importante é a escala na qual um fenômeno geográfico é moldado. Para ele, a ideia da escala geográfica é a chave para explicar um dado fenômeno e superar a polêmica entre as perspectivas de *redução* – que supõe ser o menor nível de análise sempre melhor – e de *holista* – que supõe ser o todo sempre maior que a soma das partes e que as escalas geográficas mais abrangentes, sempre melhores. Ainda na perspectiva do autor, modelos explicativos com suporte na *redução*, que procura isolar indivíduos para explicar o comportamento humano, ou no *holismo*, que procura explicação estrutural no capitalismo, na cultura ou no sistema mundo, produzem análises incompletas. Nesse sentido, sua contribuição ao debate é que a melhor resposta se encontra na emergência da escala como a perspectiva analítica e metodológica mais adequada porque confere visibilidade e permite a problematização de muitos fenômenos da geografia política, não adequadamente compreendidos em termos de redução ou de holismo.

Em outra perspectiva, mas apontando para a mesma visão crítica sobre o debate acerca dos fundamentos teóricos conceituais adequados às análises da geografia política, Barnett e Low<sup>[3]</sup> apontam que, nas últimas décadas do século XX, os geógrafos estiveram muito mais atentos às questões sobre a globalização, o neoliberalismo e as críticas ao capitalismo, e não deram atenção à tendência global de proliferação de regimes democráticos, apesar da sua importância para a compreensão da geografia política do mundo contemporâneo. Para os autores, como consequência, a democracia como teoria e prática ficou esquecida pela disciplina, bem como as suas bases espaciais e os efeitos para a institucionalidade da política, com fortes efeitos na sociedade e no espaço.

Nesse contexto, o século XXI tem trazido uma nova onda de renovação da geografia política na medida em que temas do cotidiano da política como eleições, representação, governança, políticas públicas etc., vêm se impondo pelo modo como esses fenômenos produzem espaços políticos que afetam e são afetados pela ordem espacial dos lugares<sup>[4]</sup>. Da mesma forma, fatos como diásporas, guerras, terrorismo e

[3] Barnett, C.; Low, M. Geography and Democracy: An Introduction. In: Barnett, C.; Low, M. (Eds) Spaces of democracy. Londres, Sage, 2004.

[4] Castro, Iná E. O espaço político: limites e possibilidades. IN: Castro, I. E.; Gomes, P.C.C., Correa, R.L. (Orgs) Olhares geográficos. Modos de ver e

recrudescimento do nacionalismo têm recolocado a questão das fronteiras e as diferentes estratégias dos Estados para protegê-las. A possibilidade de abordagens teóricas mais pluralistas também favorece um novo olhar sobre o aparato de gestão do Estado, que voltou a ser objeto de atenção, tendo em vista o modo como seu processo decisório afeta o território nacional e suas ações em diferentes escalas. Do ponto de vista teórico conceitual, a geografia política tornou-se eclética e tem desafiado a priorização de teorias ou grupos sociais particulares e busca identificar atores-chave nos processos analisados. Nas questões novas – e mesmo nas renovadas – com as quais as relações entre sociedade, poder político e território se deparam, perspectivas teóricas competem entre si, o que resulta em uma tensão criativa nas abordagens dos muitos temas contemporâneos abarcados pela disciplina.

Os oito textos reunidos neste livro são representativos dessa diversidade e incluem perspectivas mais rigorosamente marxistas, bem como outras institucionalistas ou mesmo mais clássicas da geografia política e da geopolítica. No primeiro caso, estão as duas discussões trazidas pelo americano Kevin Cox e pelo mexicano Cutberto Hernandez-Legorreta, que optam pela análise rigidamente estrutural, fundamentada em uma epistemologia de matriz marxista; o primeiro autor, com maior foco conceitual, e o segundo, mais voltado para as questões políticas do seu país, expressam a saudável pluralidade do campo contemporâneo da geografia política. O argumento deles subordina a política ao domínio da economia, trazendo a escala global do capitalismo como aquela necessária para a compreensão de fenômenos das escalas nacionais, regionais e locais. O texto do professor mexicano segue um viés da perspectiva da corrente crítica na geografia política que aponta ser função do geógrafo tanto a denúncia quanto a proposição de ideias para combater os interesses de classe, escamoteados na ideia abstrata de “Estado”, que coaduna concepções ideologizadas de interesses e identidades. Para o autor, a compreensão atual tanto do território quanto do Estado e da geopolítica só pode ser completa se considerado o sistema capitalista, já que são componentes que fazem girar a lógica da produção e da acumulação. Para Cox, valores de consumo e ideias de mobilidade de classe, competição e escolha são constantemente apresentados aos trabalhadores pela ideologia capitalista (promovidos pela

---

viver no espaço. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2012.

imprensa, por burocratas e por intelectuais conservadores), de modo que as relações de poder e a “estrutura coerente” (conceito desenvolvido na obra de David Harvey) permaneçam intactas.

A obra de Kevin Cox aqui apresentada demonstra de modo competente os principais argumentos de raiz crítica na geografia política. Seja pela sua própria história, pela bibliografia por ele consultada ou pelos argumentos originais trazidos no texto, o artigo reflete a busca de vários autores – como David Harvey e Edward Soja – por espacializar e avançar uma teoria (neo)marxista. Ao discutir o papel da política institucionalizada no Estado para a manutenção de uma estrutura coerente, Cox vai ao encontro da perspectiva do materialismo histórico-geográfico, buscando, no campo da geografia política, a contradição entre a mobilidade do capital e sua necessária fixidez de localização e a deslocalização na (des)construção de territórios e na geopolítica envolvida.

Já o professor Cutberto Hernandez-Legorreta busca analisar a realidade contemporânea mexicana à luz dessas mesmas concepções de subordinação do poder político ao poder econômico, especialmente ligadas à mudança de um Estado que defenderia o bem-estar social para outro, denominado por ele e por sua base teórico-conceitual Estado administrador, cuja função seria apenas gerir a demanda do mercado internacional de bens e serviços. O neoliberalismo teria colocado, portanto, os serviços financeiros no centro da agenda administrativa do Estado mexicano, que identificaria esse crescimento como sua função mais importante.

Em uma clara posição político-partidária, Hernandez-Legorreta acredita que a vitória do presidente Andrés Manuel López Obrador seria uma resposta ao projeto neoliberal que marcou o país nos últimos trinta anos. Porém, ao utilizar as concepções neomarxistas de Poulantzas sobre a autonomia relativa do Estado, o autor afirma que, apesar da importância dessa vitória eleitoral, o intelectual precisa ficar atento à realidade global na qual se inserem os planos de governo de Lopez Obrador, já que seria nessa escala que o presidente enfrentaria “os poderes de fato” que condicionariam e/ou dificultariam qualquer profunda mudança social. Assim, é nessa mediação entre a frágil vitória popular eleitoral e os poderes hegemônicos do capital mundial que o geógrafo político poderia compreender as possíveis inconsistências entre o discurso do presidente e os eventos que ocorrerão.

Já para o professor galego Rubén González, o predomínio da base crítica na geografia política a partir da segunda metade do século XX

foi responsável pela marginalização desse subcampo na geografia espanhola. Em seu artigo, é evidente a oposição entre o que seria uma geografia conservadora, hoje malvista, e uma geografia crítica, valorizada como sendo aquela que buscaria mudanças sociais. Seu principal argumento para aquela marginalização foi a associação do conhecimento geográfico ao governo fascista espanhol. Essa aproximação foi a razão pela qual a geografia não teria sido marginalizada naquele período, diferentemente do que aconteceu a outros campos do conhecimento como a sociologia e a ciência política. O argumento do geógrafo espanhol vai ao encontro daquele já amplamente conhecido e produzido nos anos 1970 por Yves Lacoste e sua denúncia sobre o papel da geografia em aliança com o Leviatã. Se, por um lado, a geografia teria servido para implantar a ideologia nacionalista (conservadora) na população por meio das salas de aula, a geografia política teria sido negligenciada devido ao papel subversivo da ciência política.

Segundo González, a contradição existe até hoje: enquanto geógrafos continuam a realizar atividades práticas concretas nos governos, sejam eles de esquerda ou de direita, o ramo da geografia política enquanto disciplina e reflexão continua muito incipiente. Todavia, apesar do caráter prático evidente dos geógrafos espanhóis, o autor reforça a ideia de que é necessária uma aproximação maior com outros campos das ciências sociais, evitando, assim, tornar-se uma ciência apenas à disposição do Estado, sem capacidade reflexiva.

O geógrafo francês Stéphane Rosière, por sua vez, tem fortes reflexos da influência de uma geografia social, na qual o problema da injustiça social e da desigualdade são evidentes. O trabalho apresentado pelo autor é o que mais se aproxima de uma pesquisa de base empírica robusta, característica daquela que realizavam os geógrafos políticos clássicos. Apesar das reflexões diretamente oriundas de uma perspectiva mais pós-estruturalista, com apoio de autores como Michel Foucault, é interessante perceber os pontos de contato entre a sua perspectiva sobre a injustiça e a desigualdade com aquela emanada pelos textos anteriormente apresentados. Sem dúvidas, é possível posicionar as indagações trazidas por Rosière na corrente de uma certa geopolítica centrada na questão das injustiças socioespaciais na escala internacional, especialmente no que concerne às migrações dos países pobres para os ricos.

É nesse contexto que o autor denuncia a retórica da defesa contra o terrorismo, o tráfico de drogas e o tráfico de armas como

justificativa para o aumento das “barreiras fronteiriças” nos países ricos, que, na verdade, teriam basicamente a função de impedir a entrada dos imigrantes pobres. Segundo Rosière, as “fronteiras de ferro” compartimentam o mundo, agindo sobre os indivíduos a partir da concepção foucaultiana de biopoder. Concomitantemente a esse processo, surge uma verdadeira indústria baseada no discurso da segurança, enquadrando e reforçando as distinções entre “nós” e “eles”, fundamentais para projetar poder e eficiência na era das barreiras, cujo crescimento é, segundo o autor, um reflexo espacial das tensões entre ricos e pobres.

Os textos do professor inglês Clive Barnett e do professor francês Arnaud Brennetot podem ser posicionados na perspectiva de valorização da política em detrimento de explicações teóricas mais globais de cunho econômico. No primeiro caso, o autor coloca em xeque um dos principais temas discutidos por geógrafos políticos e de outros subcampos, em especial da geografia urbana. Em uma leitura crítica da discussão sobre justiça espacial feita pelo marxista H. Lefebvre, cuja obra *Direito à Cidade* (1968) se transformou em referência para todos aqueles que lidam com esse tema, Barnett aponta que o principal efeito dessa concepção de justiça na geografia foi a multiplicação de estudos sobre a distribuição espacial de bens públicos (iluminação, saneamento, asfaltamento, dentre outras), priorizando os resultados dos processos políticos envolvidos.

A proposta de Barnett no artigo aqui publicado vai na direção oposta. O autor busca ir além do que denomina “igualitarismo dogmático”, no qual haveria uma precedência da “justiça” (apresentada como um padrão de resultados equitativos) em relação às normas do processo democrático. Segundo o autor, essa concepção majoritária na geografia crítica não considera seriamente os limites democráticos do raciocínio sobre a justiça como um ideal igualitário, já que não daria importância ao respeito ao pluralismo nas demandas das pessoas. Nesse sentido, ele defende que as análises sobre justiça espacial deveriam considerar as normas republicanas de não dominação para além dos ideais igualitários dominantes de justiça. É interessante notar que Barnett defende que essa mudança de foco daria novos contornos à análise crítica, deslocando esse termo da corrente da geografia radical para a investigação mais institucionalista/pluralista.

Já o texto de Brennetot é ainda mais explícito no seu caráter divergente em relação à corrente crítica. Ao propor uma “geografia política construtivista”, o autor defende abertamente o papel do “novo institucio-



nalismo” para renovar as temáticas da geografia política. Para ele, as análises neoinstitucionalistas têm conseguido mostrar como as dinâmicas estruturais não impedem a existência de janelas de oportunidade, deixando aos atores a possibilidade de ativar mudanças e iniciar ciclos incrementais de transformação. Nesse sentido, o autor condena fortemente a geopolítica crítica, especialmente pelo uso abusivo de termos como “neoliberalismo” e até mesmo crassos erros geo-históricos sobre esse tema, bem como uma leitura seletiva da realidade, muitas vezes com fins partidários ou militantes, e a carência de material empírico bem fundamentado.

É interessante notar que, em ambos os textos, ao contrário da preponderância da escala global focada no capitalismo e das tendências de reduzir a análise empírica à busca de formas menores de teorias gerais, são mobilizadas interpretações que valorizam, como afirma Brennetot, teorias de médio alcance, posicionando a política em primeiro plano. O geógrafo francês cita, por exemplo, a importância de lidar com o *actually existing neoliberalism*, isto é, perceber o neoliberalismo não como uma regra geral imposta homogeneamente sobre o espaço político mundial, mas interpretá-lo a partir de seus contextos socioespaciais. É nesse sentido que o autor afirma:

Surpreende-me, por exemplo, que o “novo institucionalismo”, que hoje ocupa um lugar preponderante na ciência política, especialmente na análise das políticas públicas, não seja mais questionado e mobilizado na geografia política. De minha parte, essa abordagem me parece apresentar uma potencialidade explicativa muito maior do que certas abordagens parcimoniosas mobilizadas na geografia.

Brennetot, portanto, defende uma geografia política que se interesse por uma perspectiva neoinstitucionalista do denominado *low politics*, isto é, por temas domésticos relativos à ação do Estado, como questões relacionadas às políticas públicas e aos impactos para o espaço e a sociedade. Para ele, são essas possibilidades de abertura temática e incorporação de questões da ciência política que tem tornado esse o ramo mais promissor da geografia contemporânea.

Na mesma vertente de uma geografia política atual aberta à complexidade das relações entre diferentes atores no espaço, o diagnóstico rea-

lizado tanto no texto do professor português João Ferrão aqui publicado quanto na sua conhecida obra sobre arranjos territoriais de governança é um exemplo de caminho original que o geógrafo político pode trilhar. Em seu texto, o autor apresenta como a geografia política portuguesa está em processo de consolidação para se tornar um domínio autônomo e reconhecido, possuindo três temas fundadores. O primeiro está ligado à discussão clássica de fronteiras, mesmo que o Estado português as tenha consolidado há quase 800 anos. É interessante que ele volte à discussão, abordando agora a construção da União Europeia e as questões mal resolvidas com a Espanha. O segundo tema é sobre a expansão marítima e a colonização, mesmo hoje quando o conceito de “império português” já não se sustenta mais. O último é a respeito da organização administrativa do território, especialmente no processo de descentralização pelo qual passou Portugal nos últimos anos. Segundo Ferrão, o tema da organização administrativa do território sofreu novos impulsos com a adesão do país à Comunidade Econômica Europeia (CEE), atual União Europeia (UE), em 1986, e com referendo à criação de regiões administrativas na parte continental do país, em 1989. A contribuição da geografia política, por exemplo, no debate sobre governança multinível é fundamental, apontando a importante escalaridade do fenômeno político.

Já o trabalho do professor venezuelano Mario Valero Martínez revela de que modo a geografia política pode ser utilizada para analisar a calamitosa situação na qual se encontra a Venezuela. A partir de uma concepção clara de política como necessária devido à pluralidade humana e aos seus inerentes conflitos, Martínez aponta a necessidade de ver o país como uma autocracia com práticas ditatoriais acentuadas e crescentes, minando os espaços políticos de participação cidadã. Nesse sentido, o autor aponta que a geografia política deve sair das análises exclusivas dos grandes espaços para aqueles da vida cotidiana, das comunidades e dos cidadãos em relação aos seus territórios em múltiplas escalas.

A força desse texto está em demonstrar de que modo o conflito não é, em um sistema democrático, algo a ser sufocado, mas sim administrado pela política em sua importante diversidade. Desse modo, é possível afirmar que a prática atual venezuelana, ao impedir a existência do diferente, ataca a própria essência da política, pois, segundo Mário Martínez, a lógica instaurante no país é criar dois tipos de venezuelanos, “eles e nós, os bons e os maus, os patriotas e os

traidores”, transformando o adversário em um inimigo radical. Perceber, portanto, a política como tendo autonomia explicativa para o que ocorre na Venezuela, sem submetê-la aos desígnios puramente econômicos, é uma consequência lógica dos argumentos trazidos por ele.

Com esse conjunto de autores, este livro se propõe a lidar com a pluralidade epistemológica presente na geografia política de modo a compreender a essencialidade do *político* para a geografia. Em outras palavras, as distintas posições interpretativas do fenômeno social são colocadas em debate, expondo suas categorizações, virtudes e limitações. Os textos aqui reunidos expressam diferentes possibilidades interpretativas da geografia contemporânea e permitem traçar pontos de convergência e de divergência muitas vezes tão díspares em temas semelhantes. Nesse debate vale a frase de Umberto Eco em *O Pêndulo de Foucault*: “passei a acreditar que o mundo todo era um enigma, um enigma inofensivo que se tornou terrível pela nossa própria tentativa insensata de interpretá-lo como se tivesse uma verdade subjacente”. Que o leitor, com este livro, possa apreciar os enigmas da geografia política a partir de diferentes lentes e chaves interpretativas.

# AS CONVERGÊNCIAS DA GEOGRAFIA POLÍTICA NOS PAÍSES IBÉRICOS

Apresentação da mesa de língua portuguesa

*Antonio Angelo Martins da Fonseca*

No atual debate sobre os desafios da geografia política contemporânea, algumas questões se impõem de imediato: que geografia política vem sendo desenvolvida atualmente nos países ibéricos, especificamente em Portugal e Espanha? Quais são as temáticas e as escalas mais pesquisadas e debatidas?

Essas e outras questões estiveram no centro das discussões que deram início ao ciclo de debates sobre os desafios e novos debates da geografia política contemporânea, realizadas em novembro de 2020. Na ocasião, o debate envolveu dois representantes da geografia ibérica: o professor João Ferrão, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; e o professor Rubén González, da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha).

Esse debate, agora apresentado em forma de artigos, encontra-se disponível nesta publicação para que o leitor possa ler e estabelecer comparações entre duas geografias políticas com trajetórias e temáticas bastante convergentes, porém com especificidades.

Ressaltaremos aqui pelo menos três afinidades entre a geografia portuguesa e a espanhola que, inicialmente, nos chamam a atenção: a primeira refere-se ao desenvolvimento tardio da reflexão entre política e território na geografia em decorrência das restrições de liberdades de expressão impostas pelos regimes políticos autoritários que marcaram os dois países entre as décadas de 1930 e 1970; a segunda é que não há comunidades de geógrafos que se considerem especialistas em geografia política, tendo em vista que tanto em Portugal quanto na Espanha os debates e análises da política e do território estão inseridos em meio a diversas disciplinas, tais como geografia urbana, rural, regional

e ordenamento do território. Ou seja, é uma geografia política difusa e implícita nos conteúdos disciplinares e nas análises geográficas. E, finalmente, a última afinidade diz respeito às “geografias políticas” apresentadas pelos dois professores, que têm tendências mais aplicadas.

Ferrão e González expressam essas convergências, visto que não são declaradamente geógrafos políticos, mas realizam reflexões e aplicam fundamentos políticos territoriais nas suas áreas de atuação, dentro e fora do ambiente acadêmico, como na época em que foram consultores e coordenadores de pesquisas e atuaram diretamente em governos, assumindo cargos públicos.

O Professor João Ferrão é doutor em geografia humana e pesquisador aposentado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde coordenou o Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade e o Conselho dos Observatórios. Atualmente, continua desenvolvendo pesquisas, enfocando temáticas como ordenamento do território e desenvolvimento urbano e regional. Também é representante do Conselho dos Reitores de Portugal e do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

Já o Professor Rubén González é doutor em geografia, catedrático de Análise Geográfica Regional da Universidade de Santiago de Compostela (USC), na Espanha e pesquisador do Grupo de Pesquisa Análise Territorial (ANTE), da Rede de Grupos de Pesquisas NeDAT. É membro do Comitê Científico do Instituto Universitário de Estudos de Desenvolvimento da Galícia (IDEGA) e coordenador de projetos de cooperação interuniversitária em Mali, Senegal e Cabo Verde, financiados pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID), e de projetos sobre dinâmicas e urbanas e metropolitanas na Espanha, financiados pelo Ministério da Ciência e Inovação da Espanha.

As reflexões e aplicações de fundamentos da geografia política possivelmente estiveram e estão presentes nas disciplinas ministradas por João Ferrão e Rubén González nos cursos de graduação e de pós-graduação (doutorado e mestrado), ao longo das suas trajetórias acadêmicas. No caso de João Ferrão, também nos momentos em que foi consultor da OCDE e quando coordenou diversos estudos de avaliação de políticas públicas para o Governo português e para a Comissão Europeia; quando foi membro da Comissão Independente para a Descentralização, nomeada pela Assembleia da República (Parlamen-

to) e quando foi Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades em Portugal. No caso de Rubén González, quando foi professor visitante nas universidades de Le Mans, Caen e Toulouse-Le Mirail (França), Bergen e Finmark University College (Noruega), na Universidade Federal da Bahia (Brasil), na Itália e no Canadá. Também quando assumiu o cargo de Diretor Geral de Turismo do Ministério de Inovação e Indústria da Junta de Galícia e quando foi membro de Redes Temáticas de Docência financiado pela AECID, da Comissão de Arquitetura e Urbanismo do Consello da Cultura Galega, do Conselho Superior de Urbanismo da Galícia e na ocasião em que foi membro fundador da Associação de Geógrafos Espanhóis.

As reflexões e aplicações de fundamentos da geografia política também estão presentes, direta ou indiretamente, nas suas extensas obras divulgadas em forma de artigos científicos e livros, publicados em Portugal, Espanha e outros países. Até o momento, o professor João Ferrão publicou, aproximadamente, 200 artigos em livros e em revistas científicas e 34 livros, seja como único autor, seja como coordenador ou colaborador. Os dois mais recentes foram lançados em 2019. Um deles, em coordenação com Ana Delicado, foi intitulado *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Portugal Social em Mudança* e foi publicado pela Imprensa de Ciências Sociais de Lisboa. O outro, em coordenação com Ana Delicado, Ana Horta, Carla Gomes, David Travassos, Jussara Rowland, Madalena Santos e Simone Tulumello, tem como título *Reflexões sobre Ambiente, Território e Sociedade: Três Anos do Blogue ATS* e foi publicado pelo Observatório de Ambiente, Território e Sociedade (OBSERVA), do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

O professor Rubén González, por sua vez, segue a mesma direção em termos de publicações em livros e em revistas. Já publicou mais de 100 artigos em revistas científicas espanholas, francesas e inglesas; é coautor do *Diccionario de urbanismo, geografía urbana y ordenación do territorio* (Ed. Cátedra, 2013) e coordenador do manual *Los espacios urbanos* (Ed. Biblioteca Nueva, 2012); e, também, dos mais recentes livros *New Tourism in the 21st Century* (Cambridge Schollars Pbs., 2014) e *A Galicia Urbana* (Ed. Xerais, 2015). No total, foram 19 livros publicados de forma individual, como coautor e como coordenador, e 28 artigos publicados em livros.

Ficaram de fora desses resumidos currículos de João Ferrão e Rubén González muitas outras atividades no ensino, na pesquisa,

na extensão e na administração universitária, desenvolvidas nas suas trajetórias acadêmicas. João Ferrão, por exemplo, foi Pró-Reitor da Universidade de Lisboa. Rubén González, Decano da Faculdade de Geografia e História da USC.

As contribuições trazidas pelos referidos professores nos fazem refletir sobre as influências entre a geografia portuguesa, espanhola e brasileira e nos lançam o desafio de pensar nas possibilidades de articulação entre a geografia política de cunho mais teórico, que é ensinada nas nossas universidades, e sua aplicação prática no cotidiano da sociedade brasileira.

## A GEOGRAFIA POLÍTICA NA ESPANHA

*Rubén C. Lois González*

Os dois argumentos fundamentais deste texto são muito simples. Em primeiro lugar, é importante dizer que, na Espanha, a geografia política assim denominada constitui um ramo muito fraco da nossa disciplina. Porém, sob denominações como geografia regional, urbana ou cultural se faz muita geografia política. Já no segundo argumento, assim como debatido com o amigo João Ferrão, ressalto que a ciência geográfica na Espanha, como em geral em toda Europa, tem uma variante muito mais prática, de aplicabilidade e menos importância concedida aos debates teóricos demorados, o que parece estar sendo mais bem desenvolvido no Brasil. Por isso, na maioria das ocasiões na Espanha quando se fala de geografia regional, ordenamento do território ou geografia urbana, social e cultural, refere-se a algo muito semelhante ao que no Brasil é geografia política, porém com um caráter mais aplicado.

Cumprir começar refletindo quais são as razões para que tudo isto ocorra desse modo. Se olharmos a nossa própria história, é fácil encontrar a origem. De fato, como nos lembrou o professor H. Capel à época da transição democrática, o regime de Franco sempre desconfiou do conhecimento derivado das ciências sociais, que eram percebidas como altamente perigosas e subversivas (Capel, 1976). Isto não é incomum em outros regimes autoritários ou ditatoriais e, na Espanha, possui traços específicos. Assim, no primeiro franquismo, as ciências econômicas nem haviam se institucionalizado plenamente e tivemos que aguardar até finais dos anos 1960 e princípios dos 1970 para que se difundissem as primeiras faculdades e departamentos universitários fora de Madrid, à sombra da reforma tecnocrática e da abertura comercial do país aos mercados externos com o *Plan de Estabilización* de 1959. Antes, existia uma faculdade comum de ciências econômicas, políticas e comércio – com muito mais ênfase neste último aspecto – na Universidade Complutense de Madrid, e, posteriormente, junta-



ram-se os estudos da Universidade dos jesuítas em Deusto-Bilbao e a de Barcelona na segunda metade dos 1950.

No que diz respeito à sociologia, o panorama ainda foi pior, já que não houve estudos universitários desse ramo até início da década de 1970, últimos anos da ditadura. O próprio governo de Franco sentia terror a esse conhecimento e, quando por fim se decidiu outorgar o nível superior de graduação à Sociologia, desenvolveu-se uma operação urbanística em Madrid, na qual os estudos de Economia, Ciência Política (agora separados) e Sociologia se deslocaram para um campus situado na periferia, ilhado do resto das faculdades para evitar problemas. Em outras novas universidades criadas (como a Autónoma de Madrid e de Barcelona) também se recorreu aos campi remotos para dar impulso a cursos novos.

Essas explicações introdutórias não são anedóticas, já que as escolas de sociologia e ciência política na Espanha tiveram uma institucionalização muito tardia. As poucas influências notáveis em políticas vêm dos Estados Unidos, com uma proposta mais funcionalista e caracterizada por um menor risco de compromisso crítico. Atualmente, as ciências sociais estão plenamente consolidadas na Espanha, defendem aproximações muito diversas, mas o atraso inicial na sua consolidação como cursos universitários completos ainda produz consequências.

Em relação à história e à geografia as coisas foram diferentes com Franco. De fato, como também nos lembra H. Capel, em um escrito atribuído ao General, defendia-se que o estudo da história e da geografia seria muito enriquecedor para os estudantes do país para conhecer melhor o passado exemplar, os limites e as características territoriais da pátria (Capel, 1976). Ele começou com a ideia, repetida por regimes autoritários, de usar a história e a geografia para forjar o espírito nacional, de grandeza da nação, de doutrinar desde pequeno os estudantes nos enormes valores do seu próprio país, recorrendo a métodos mecânicos e fundamentalmente acríticos (Capel, Solé & Urteaga, 1988). Desse modo, tanto a geografia como a história se beneficiaram de uma situação de privilégio durante o franquismo, o que lhes permitiu estarem presentes em todos os programas educativos de primária e secundária, e poder aproveitar-se da criação de cátedras e, em seguida, de departamentos completos na maioria das universidades públicas do país (Capel, 1976). Sobre a institucionalização da geografia acadêmica

espanhola no ensino superior, é muito útil consultar os trabalhos de J. Bosque e os retratos da geração que protagonizou este processo de J.A. Rodríguez Esteban (Bosque, 1992; Rodríguez Esteban, 1995).

Portanto, na origem da não visibilidade da geografia política na Espanha situa-se, na realidade, um contraste marcante entre uma geografia interpretada pelo poder autoritário como uma disciplina conservadora, possivelmente manipulável para o objetivo de doutrinar as massas, e um conhecimento subversivo, a ciência política, que até o final da ditadura não havia entrado de forma independente nas aulas universitárias. Este panorama tem condicionado a afirmação do grande teórico espanhol da geografia, J. Ortega Valcárcel, que, ao referir-se à institucionalização contemporânea das disciplinas no século XIX, opõe o caráter pró-colonial, conservador e perto do determinismo da Ciência Geográfica, ao dinamismo e posição crítica da economia política da época (Ortega Valcárcel, 2000).

### A resposta evasiva da geografia acadêmica: o método regional-paisagista francês

Nos parágrafos anteriores comentei como o regime franquista espanhol tratou de usar a geografia em seu benefício como instrumento ideológico. Porém, como já estudaram alguns reputados colegas, este objetivo não foi alcançado em plenitude. A geografia acadêmica na maioria das vezes escapou a possível manipulação e, para isso, reivindicou o seu status científico neutro pelo menos nos âmbitos dos investigadores e universitários (Gómez Mendoza, 1997; Lois, Gómez Espín & Plaza, 2021). É certo que um dos pais da Geografia espanhola de meados do século XX (J.M. Casas Torres) era um membro do *Opus Dei*, perto do regime, mas só colaborou com ele explicitamente na elaboração de informes técnicos para os planos de desenvolvimento econômico dos anos de 1960. O resto da academia, incluindo conservadores, liberais e opositores a Franco, optou pelo não compromisso além de algumas responsabilidades universitárias normais.

A tábua de salvação desta posição foi o recurso aos modelos proporcionados pela escola regional-paisagística francesa iniciada por P. Vidal de la Blache (Buttimer, 1980; Robic, 2006). Como indica o

seu nome, o objetivo da geografia deve ser a conquista da síntese regional, a partir de uma análise conjunta dos elementos físicos (relevo, clima, vegetação etc.) e o processo de humanização do território em questão. As especificidades da paisagem regional expressariam o caráter único da região. Como se pode compreender, essa aproximação estritamente acadêmica asséptica constituiu um alibi magnífico para fugir de qualquer manejo político. Isto permitiu o desenvolvimento e a institucionalização universitária da geografia espanhola, o que simultaneamente se convertia em um conhecimento acumulativo, muito erudito, não comprometido e conservador. Como se pode deduzir, a geografia procurou o seu aliado científico na história, que ajudava a explicar o processo de transformação secular das regiões, distanciando-se da economia (os próprios economistas foram expulsando a geografia das antigas Escolas de Comércio) e não quis mais a mínima aproximação com a ciência política ou a sociologia, pelo menos até finais dos anos 1960 (Bosque, 1992; Nogueira & Vicente, 2001).

Na aplicação do paradigma vidaliano, que converte a geografia espanhola em um completo satélite da francesa, manifestou-se uma marcante hegemonia dos estudos e teses em geografia rural. Em um país ainda muito atrasado e destruído pela Guerra Civil (1936-39), a procura da síntese regional deparou-se com uma maioria de comarcas e espaços rurais a estudar, a caracterizar e a descrever paisagens elaboradas ao longo da história (Arroyo, 1987; Mata, 1987; Gómez Mendoza, 1997; Lois *et al.*, 2021). Com o rural, evitava as cidades em contínuo crescimento de onde floresceram conflitos sociais. De fato, a primeira tese de doutorado de conteúdo urbano não foi apresentada até início dos anos de 1960, cujo conteúdo se referia a uma cidade média e a análise brilhante da paisagem e do passado eram os seus sinais de identidade (Bosque, 1962).

Junto ao devastador domínio da geografia rural, outro ramo ganhou importância nos estudos mais voltados aos aspectos naturais, a geomorfologia. Sem dúvida, e como se tem analisado reiteradamente, seguiu-se de jeito atenuado o modelo francês, que muitos geógrafos depois preocupados pela geografia econômica, urbana ou humana, tiveram que fazer as suas primeiras análises ou teses em geomorfologia (Brunet, 1982) – uma geomorfologia convertida na autêntica rainha da geografia física frente a uma subordinação da biogeografia e da hidrografia e, certo caráter autônomo da climatologia (Hamelin, 1964).

Isso tudo definiu o panorama da geografia acadêmica espanhola entre os anos de 1968 e 1975 (os últimos da Ditadura), quando se aprecia uma notável mudança nos interesses gerais da disciplina. A influência do pensamento crítico francês e britânico, da urbanística italiana e a consolidação da oposição a Franco no interior das universidades e entre os professores, animaram um giro de cunho social, urbano e de influência radical-marxista em uma série de trabalhos, não maioria, mas significativos (García Ballesteros, 1986; RSG e AGE, 1992). Isso tudo ocorrendo em um contexto de universidade autoritária, com reitores nomeados pelo regime e em campi, nos quais, não raro, a polícia entrava para reprimir e deter manifestantes que protestavam contra o governo e determinadas normas políticas que reduziam a liberdade. Nessas universidades, a figura do catedrático ainda tinha um enorme poder, tomava muitas decisões sobre a continuidade ou interrupção dos contratos dos professores mais novos e negociava com os catedráticos de outras disciplinas as entregas de poder internas da instituição e com os de outras universidades o elenco de professores estáveis (adjuntos, agregados), que permitiriam consolidar uma carreira acadêmica permanente. Em resumo, a universidade franquista foi hierárquica, muito repressiva e marcada pela existência de caciques, algo também visto na geografia. Esta pegada ainda mostra algumas inércias mais de 45 anos após a morte do ditador.

## Uma escassa atenção à geografia política: do Estado-nação às identidades passando pelos debates regionais e territoriais

Os primeiros anos da transição democrática no final dos anos 1970 foram marcados por uma renovação na academia espanhola e na geografia. Na nossa disciplina, cumpre destacar a fundação da grande Associação Espanhola de Geografia (AGE), precisamente no ano da morte do ditador, sob princípios totalmente democráticos e representativos. Ainda que presidida nos primeiros anos por catedráticos clássicos de geografia (de ideologia mais liberal), o seu impulso se deu no Congresso de Oviedo de 1975 por professores novos e reivindicativos, que estavam ocupando há alguns anos cargos de adjunto ou agregado de universidade (Ciudad, 1977; Gómez Mendoza, 2001). Em paralelo, o professor H. Capel, que participou também no movimento pró-A-

GE, lançou uma revista abertamente crítica e provocativa, que revolucionaria o panorama do debate, conhecida como *Geocrítica*, que logo se transformaria em rótulo comum para uma série de títulos como *Scripta Nova* ou *Biblio3W*, os quais se mantêm até hoje (Lois, 2013; Fani & Benach, 2016). Novos tempos começaram na geografia universitária, seguindo o modelo aparente de troca de paradigma, como defendera o pensador T.S. Kuhn e que seria afirmado como canônico na nossa disciplina (Kuhn, 1962; Capel, 1981). De fato, grupos de profissionais jovens animaram os debates acadêmicos em Madrid, Sevilla, Valencia e outros grandes centros universitários.

Apesar dessas mudanças, que avançaram pouco a pouco do ponto de vista epistemológico e prático, a influência da geografia francesa continuou a ser hegemônica, agora com aportes de professores marxistas (como P. George, J. Dresch, J. Tricart, etc.) ou mesmo com a recuperação crítica da geopolítica por Y. Lacoste, mas como forma de fazer análise espacial e territorial semelhante às análises de anos atrás (Lacoste, 1976; 1977). O resultado foi um jeito de abordar os temas de Geografia Política enquadrados preferentemente nos enfoques gerais da geografia regional do mundo, tão queridos pela nossa disciplina ao longo da história. Nesse campo, cumpre destacar duas obras com vocação enciclopédica de enorme qualidade, que obtiveram um importante sucesso editorial. A primeira, a *Geografía de la Sociedad Humana*, dirigida pelo professor catalão E. Lluch, cuja obra teve como autores um conjunto de jovens profissionais, na maioria das vezes de Barcelona, vários dos quais logo se converteram em figuras importantes da geografia acadêmica (Lluch, 1981). O ponto de vista adotado pela obra era muito crítico, com contínuas referências aos enfoques sociais, à perspectiva do Terceiro Mundo ou, pelo menos, policêntrico em relação à realidade internacional, mas sempre sob o guarda-chuva da geografia regional.

Algo semelhante aconteceu com o livro *Espacios y Sociedades: Introducción a la Geografía regional del mundo*, que trazia as teorias do subdesenvolvimento e da dependência, mas em um formato de manual universitário, para uma matéria de geografia descritiva ou regional do mundo, que ainda subsistia nos planos de estudo universitários (Méndez & Molinero, 1984). Essa obra vendeu milhares de exemplares e abriu as portas para uma nova geografia econômica que se cultivou na

Espanha. Por outro lado, ninguém a considerava como geografia política, enquadramento que, sem dúvida, e em parte, lhe corresponde. Aqui a geografia avançava na compreensão da escala internacional e do Estado-nação, mas continuava completamente desligada do interesse da ciência política que floresceu no país.

As tímidas tentativas de construir uma geografia política autônoma, só produziram um magro resultado na geografia eleitoral (Bosque Sendra, 1988), mais quantitativa que geográfica ou mesmo sem uma análise política profunda. Pelo contrário, a consolidação democrática trouxe com ela o debate da mudança na forma de Estado, de um modelo muito centralizado da Ditadura a outro baseado na regionalização com a constituição das Comunidades Autônomas (Aja, 1999; García Álvarez, 2002). Aqui a geografia estava diante de uma oportunidade única para demonstrar o seu valor para a sociedade, para os debates do momento. Todavia, a disciplina rígida herdada de muitos anos de prática sob o franquismo, respondeu escassamente ao debate sobre a regionalização do país, ao requerimento da delimitação das novas Comunidades Autônomas e à importância que o novo mapa político podia ter para a correção das desigualdades territoriais de desenvolvimento.

As teses rurais, regionais e paisagísticas continuaram a ser a norma nos finais de 1970 e início dos anos de 1980. Em uma iniciativa voluntariosa e em um formato muito acadêmico e clássico, a AGE formulou uma reflexão plural sobre *La región y la Geografía española* (AGE, 1980). Como nos lembra N. Smith quando se refere ao desaparecimento do departamento de geografia na Universidade de Harvard, uma disciplina egoísta e cara a estudos culturais não fora capaz de prever a subida ao poder do nazismo na Alemanha, a conseguinte reconfiguração política na Europa e o surto da 2ª Guerra Mundial, deixando de ser útil em um marco acadêmico exigente (García Herrera & Sabaté, 2015).

As inércias e o conservadorismo impediram a geografia acadêmica espanhola de contribuir com o debate territorial aberto com a descentralização do Estado e a regionalização, mas desde o início do funcionamento das comunidades autônomas havia a presença de novos geógrafos nas equipes de governo. Isso ocorreu desde os anos de 1980 em territórios como Andaluzia, Valência, Catalunha, Castela e Leão ou Astúrias, onde profissionais da nossa disciplina, em geral jovens professores e recentes graduados, assumiram responsabilidades em secreta-

rias, predominantemente na de urbanismo e ordenamento territorial. De fato, as suas experiências foram transferidas cedo à comunidade geográfica em jornadas e seminários organizados ou compilações de textos (Clemente, 1986; BBV, 1995).

A geografia foi incapaz de pensar a regionalização, ajudar o poder político a delimitar o território nacional, mas, paradoxalmente, ao mesmo tempo, ocorreu um desenvolvimento da intervenção territorial prática, um tipo de geografia política não declarada e de caráter aplicado, que se tornou norma em distintos lugares, insistindo no reequilíbrio territorial, na racionalidade urbanista, na preservação do litoral ou na salvaguarda ambiental, como modos de fazer política prática com uma forte influência do conhecimento geográfico. Sem dúvida, a implicação dos geógrafos na atividade política concreta se mantém até a atualidade e marca uma curiosa contradição: a geografia política como ramo disciplinar continua a ser muito fraca, mas as realizações governamentais concretas dos geógrafos foram relevantes em todo o país, em particular nas escalas regional e local.

No que se refere estritamente à geografia política, é certo que durante estes decênios diversos manuais ou livros pensados para um público universitário foram publicados, mostrando rigor científico indiscutível. Também obras estrangeiras foram traduzidas ao espanhol, com um sucesso editorial de vendas. Entre eles a de A. L. Sanguín escrita em francês e a de P.J. Taylor em inglês (Sanguín, 1981; Taylor, 1994). No âmbito editorial, a casa *Síntesis* tentou publicar ao longo dos 1980 e início dos anos de 1990 textos de bolso que servem de referência para matérias que se poderiam utilizar nos cursos em reestruturação. Na coleção destinada à geografia da Espanha, de novo o prestigioso professor R. Méndez foi autor de um texto sobre *geografía e Estado*, no qual já afirmava a geografia política implícita do *Espacios y sociedades* anterior (Méndez & Molinero, 1984b). Este autor sempre cultivou preocupações centradas nos jogos políticos, de poder e da globalização<sup>[5]</sup>, mas a sua enorme reputação como líder da geografia econômica espanhola faz que a maioria do público o situe neste ramo ou, às vezes, na geografia urbana (Méndez, Abad & Echaves, 2015), mas não o interpretem como geógrafo político. O outro título mais geral de *Síntesis* foi a obra de J.E

---

[5] O autor possui interessantes textos editados em anos recentes (Méndez, 2004 e 2011).

Sánchez, um professor formado junto a H. Capel (Sánchez, 1992), também conhecido mais como um teórico marxista das dinâmicas socioespaciais, do espaço social do poder, do que como geógrafo político.

Como iniciativas autônomas interessantes em nosso campo, devo destacar o manual de geografia política elaborado por L. López Trigal e P. Benito del Pozo (1999). O seu conteúdo é endereçado à evolução deste ramo do conhecimento, o sistema internacional, os espaços de fronteira e a cooperação transfronteiriça, o comportamento eleitoral, a administração pública e a organização territorial do Estado. Anos depois, dois geógrafos catalães, J. Nogué e J. Vicente (2001), editam *geopolítica, identidad y globalización*, outro texto de indubitável interesse. A tradição catalã já nos indica que a identidade deve estar presente, junto à análise em diferentes escalas. Na obra, é explicada em profundidade a tradição disciplinar, a crise e reestruturação do Estado-nação, a geopolítica da complexidade e a construção de novos discursos e práticas geopolíticas. Vendo estes dois sérios exemplos, é curioso observar como as visões central, castelhana, e periférica, catalã, vão tratar o mesmo tema desde lógicas distintas, um traço que sempre se aprecia dentro da geografia feita na Espanha.

Além desses dois importantes livros, outras tantas obras mais gerais e renovadoras incluíram preocupações da geografia Política em algum dos seus capítulos. É o caso do manual de *Geografía Humana* editado por J. Romero (2004) e o livro muito original *Las otras geografías* também editado por J. Romero e J. Nogué (2006). No primeiro, de estrutura mais tradicional, já que foi concebida como um texto universitário desta ampla matéria, não há um capítulo específico de geografia política, mas sim um amplo reservado à globalização e à nova desordem mundial, escrito por J. Nogué e J. Romero (2004). De novo, inicia-se com a geopolítica da complexidade para, então, passar à crise e reestruturação do Estado, às políticas públicas e ao governo do território, à democracia e ao Estado em um novo contexto globalizado, isto é, insiste-se na escala global e na do Estado-nação, suas intervenções concretas, mas não se preocupa com a escala do local, do lugar, e de sua importância política.

No segundo livro, mais recente, as questões relacionadas à geografia política são mais evidentes em um capítulo sobre as geografias das crises esquecidas, assinado por membros de Médicos sem Fronteiras (López Zubiaga & Passola, 2006), em outro sobre as nações sem estado (Colomines, 2006), um terceiro sobre os deslocados



forçados no mundo e os seus direitos (de Lucas, 2006), além de outros dois sobre as múltiplas geografias do terrorismo (Folch-Serra, 2006) e a geopolítica dos recursos naturais (Méndez, 2006). Quando se trata de renovar o discurso geográfico na Espanha, é possível dizer que esses cinco capítulos se enquadram no nosso âmbito de conhecimento, que, junto aos de geografia social e cultural, definem o cerne da nova geografia, segundo geógrafos líderes na opinião disciplinar na Espanha como o J. Nogué e o J. Romero.

Sem dúvida, *Las otras geografías* foi um livro feito da periferia mediterrânea, catalã e valenciana, com algum destacado colega de Madrid como R. Méndez. É precisamente da Catalunha que surgem novas propostas da geografia política que insistem na questão da identidade nacional e própria. Este é o caso, de novo, de J. Nogué que, com uma perspectiva crítica, escreveu sobre nacionalismo e território, paisagem e identidade nacional (Nogué & Martín, 1998). Também J. Oliveras se referiu ao encaixe da Catalunha na Espanha (Oliveras, 2019) e A. Luna junto com G. Webster retornaram à questão da identidade nacional simplificada (Webster & Luna, 2012). Junto à Catalunha, foram analisadas na Galícia as relações entre geografia e nacionalismo (Santos, 1999), o vínculo entre paisagem e identidade nacional (Lois & López Silvestre, 2007) e o pertencimento deste território ao mundo de língua portuguesa, até mesmo suas representações simbólicas e geopolíticas brandas (Lois, 2016).

## O tratamento da geografia política em outros temas regionais e urbanos: a política, a participação e a governança urbanas, as fronteiras e repensar o Estado

Como insisto ao longo de todo o texto, a geografia política da Espanha aparece de jeito indireto na maioria das vezes. Agora vamos centrar-nos em três campos nos quais isso se produz de forma mais destacada em épocas recentes. Em primeiro lugar, o debate político na influente geografia urbana acadêmica que, após a crise, dedicou um grande esforço em estudar os movimentos cidadãos pela democracia, a participação pública no urbanismo e a criação de novos modelos justos de governo das grandes cidades (como em Barcelona, Valência, Cádiz, Pontevedra, etc.). Segundo, as fronteiras, as estratégias de integração

regional e a sua superação são temas abordados por muitos grupos de pesquisadores rurais, regionais, urbanos, porém, apenas uma minoria se define como geopolíticos. Terceiro, o debate territorial espanhol e a questão catalã foram tratados desde a constituição de um coletivo muito importante na academia, denominado o Grupo de Toledo.

Com respeito à geografia política urbana, cabe sinalar que em um primeiro momento os trabalhos se centraram em estudar o impacto da grave crise financeiro-imobiliária que estourara em 2008 (Gaja, 2008; Rullan, 2011; Burriel, 2014; Lois, Piñeira & Vives, 2016). Mas, a reação de milhares de cidadãos *indignados* contra o seu empobrecimento massivo, a corrupção de prefeitos frente aos poderosos interesses privados e a repolitização do debate urbano, provocaram as primeiras análises de um fenômeno que se olhava mais na rua que nos gabinetes (Nel.lo, 2015; Vives *et al.*, 2015; Lois & Piñeira, 2015). Resulta evidente que as manifestações nas cidades espanholas e todo movimento social dos *indignados* foram influenciados pela tradição tanto de outros países mediterrâneos (em particular Grécia) como da América Latina. Porém, na Espanha, o alvo dessas lutas sócio-políticas urbanas foi tomar o poder, desenhar um novo modelo de governo da cidade e dos seus bairros. Aqui, a geografia urbana e social se converteu também em política, pegada à prática das prefeituras como já se mostrara em uma série de estudos nos Estados Unidos (Purcell, 2006; Lake, 2016).

A conquista do poder das prefeituras teve uma data, a primavera de 2015, quando muitas das principais cidades espanholas foram ganhas eleitoralmente pela esquerda alternativa oriunda dos movimentos (Madrid, Barcelona, Valência, Zaragoza, La Corunha, Santiago de Compostela, Cádiz, Badalona, Sabadell, etc.). A partir daqui, e em uma sequência que começa com a crise de 2008, três grupos de investigadores desenvolveram análises que misturam a Geografia urbana com a política e que abrem novas vias no âmbito acadêmico espanhol. O primeiro grupo toma como referência o catalão O. Nel.lo, sem dúvida um dos colegas com maior experiência de governo urbano de toda Europa do Sul, já que foi secretário de território no governo da Catalunha por vários anos e hoje dirige boa parte da intervenção nos bairros (normalmente populares) da cidade de Barcelona, de acordo com a prefeitura esquerdista de A. Colau. O. Nel.lo escreveu sobre as mobilizações políticas por uma

nova cidade (Nel.lo, 2015) e o municipalismo do bem comum, junto a dois reputados politólogos (Blanco, Gomá & Nel.lo, 2016).

O segundo se enfoca em Madrid e mantém o citado R. Méndez como referência. Este autor publicou recentemente um atlas da crise com dois colaboradores (Méndez, Abad & Echaves, 2015) e mantém certo paralelismo com o trabalho reivindicativo urbano-político do denominado Observatório Metropolitano de Madrid (López & Rodríguez, 2010). Por último, de Santiago de Compostela se iniciou um projeto de pesquisa sobre os movimentos urbanos e as reivindicações políticas dos *indignados* (Lois & Piñeira, 2015), para culminar com o estudo da política urbana alternativa realizada pelas novas prefeituras das grandes cidades espanholas a partir de 2015 (Piñeira, Lois & González Pérez, 2019).

Quanto ao estudo das fronteiras, às suas dificuldades históricas e à cooperação transfronteiriça, cumpre dizer que este tema foi intensamente desenvolvido desde o momento que a Península Ibérica se integrou plenamente na comunidade europeia, em meados dos anos de 1980. Desde então, e como acontecera com a presença de responsáveis de governo nas comunidades autônomas, os geógrafos assumiram o discurso oficial de superação dos limites nacionais na Europa e de construção de uma unidade política conjunta, iniciando tanto o conselho em planos concretos de intervenção local ou regional, como a reflexão científica (sempre muito aplicada) sobre o tema. As pesquisas proliferaram e proliferaram nas áreas entre Espanha e Portugal, e Espanha e França, sendo mais limitadas com Marrocos ou ao redor do tema de Gibraltar (Trillo, 2012; Trillo & Pires, 2016).

Em um primeiro momento, e muito particularmente no caso hispano-português, o estudo das fronteiras ficou claramente dentro das análises regionais, sob influência francesa da *Maison des Pays Iberiques da Universidade de Burdeus* nos primeiros projetos de estudo (López Trigal Lois & Guichard, 1997; López Trigal & Guichard, 2000). Neste tema, da Espanha foi possível agrupar uma rede de importantes investigadores de universidades próximas à fronteira (R. Lois na Galícia, L. López Trigal e a. Maya em Leão, V. Cabero e J.I. Plaza em Salamanca, A. Campesino na Extremadura e J.A. Márquez em Huelva), que aprofundaram no estudo das sinergias dos territórios da linha, mas, com exceção de L. López Trigal, os demais autores nunca se consideraram geógrafos políticos (Cabero, Campesino & López Trigal, 1996). No caso da

fronteira dos Pirineus, havia uma longa tradição de colaboração entre os geógrafos espanhóis e franceses na pesquisa desse espaço – uma análise influenciada pela aproximação da geografia física e regional desde os inícios do século XX e que deu lugar a criação de uma prestigiosa revista, *Pirénées*, que existe até hoje. Nos primeiros anos de integração ibérica na Europa unida, aparecem vários estudos da fronteira hispano-francesa sempre de um ponto de vista marcadamente regional e de organização do espaço (Cassasas, 1984; Lluelles, 1990; Ruiz Urrestarazu & Galdós, 1995). Por último, sob um enfoque semelhante, J.L. Suárez Japón (1998) se aproximou da fronteira Sul e do tema sobre Gibraltar.

Na última década o panorama parece ter mudado, não totalmente, devido aos jovens colegas que já afirmam situar as suas investigações no âmbito dos estudos de fronteira de acentuada ascendência anglo-saxônica, concordando assim com os *border studies*. Este é o caso de J.M. Trillo com sua tese de doutoramento sobre a fronteira galego-portuguesa (2010) ou de X. Oliveras com uma cronologia similar (Oliveras, 2013). Os dois autores se formam em um contexto no qual a Geografia histórica e regional é muito importante (Oliveras, Durá & Perkmann, 2010; García Álvarez, 2015), mas já destacam a sua comunidade específica relacionada diretamente com os conteúdos de geografia política. O trabalho desta geração é significativo para a ramo da disciplina, apesar de as análises do período anterior seguirem a manter-se no turismo de fronteiras (Campesino, 2013; 2014), em compilações geo-históricas (García Álvarez, 2019) ou em análises centradas no desenvolvimento local (Márquez, 2012). Nesses casos seguem sem aparecer referências explícitas à geografia política.

Um terceiro tema abordado pela geografia espanhola em épocas recentes e de diversas perspectivas são os conflitos territoriais no interior do Estado-nação, as tensões na Catalunha e, em geral, a diversidade interna do país. Em boa medida como consequência da má consciência de não ter contribuído ao debate sobre a regionalização nos 1980, um grupo de professores influentes de várias universidades decidiu se reunir na cidade de Toledo em 2013 para refletir a respeito da questão catalã e os problemas e tensões que acompanharam a consolidação da Espanha constituída por comunidades autônomas (Gómez Mendoza, Lois & Nello, 2013). Cumpre dizer que este tema fora de novo abandonado pela análise geográfica do país durante décadas, exceto a honrosa exceção do valenciano

J. Romero (2006 e 2012), um dos poucos colegas que concordou com a denominação de geógrafo político. A reunião, constituindo o Grupo de Toledo, corrigiu a falta histórica deste debate. Ademais, pela primeira vez, os congregados oscilaram em suas próprias definições como geógrafos políticos ou geógrafos regionais, o que também supõe um passo na superação da longa sombra do franquismo na nossa disciplina.

A reunião e posterior fundação do Grupo de Toledo deu lugar a um livro, que expressa perfeitamente a agenda de debate desenvolvido. Assim, uma primeira parte do livro discute a crise catalã e, em geral, a crise do Estado das autonomias, com interessantes contribuições de J. Gómez Mendoza, J. Font e O. Nel.lo. A segunda, a questão dos recursos e da equidade territorial com M<sup>a</sup>. L. Gómez Moreno, Eugenio Ruíz-Urrestarazu, R. Lois e J. Muñoz; a terceira sobre a financeirização e geopolítica das infraestruturas com G. Morales, J. Cruz Villalón e J.V. Boira; a quarta a respeito do encaixe linguístico e cultural com O. Nel.lo, J. Olcina e O. Rullan; e a quinta sobre as possibilidades de reforma do Estado no contexto europeu, com J. Gómez Mendoza, F. Zoido, R. Mata e J.I. Plaza. De fato, estamos diante da primeira tentativa de boa parte da academia espanhola em tratar os temas de uma geografia política atual, sempre de debate aplicado e de intervenção.

A ciência social deve ser espaço de confronto de ideias e de propostas de soluções para a comunidade onde se desenvolve. As posições muito diferenciadas sobre o tema territorial espanhol conseguiram se canalizar e um discurso da maioria federalizante emergiu das posições progressistas muito hegemônicas.

O Grupo de Toledo não tem nenhum outro produto editorial, mas continuou a reunir-se e, sobretudo, a manter um intenso debate pela internet, com intercâmbio de artigos, crônicas e opiniões até a atualidade. Como demonstrou a segunda reunião em Barcelona de 2019, conseguiu atrair colegas tão influentes como H. Capel e J. Romero que já participam nos debates. Em Barcelona, de novo, voltaram a tratar dos temas (da Catalunha, as desigualdades regionais, os atributos culturais dos territórios e regiões e a organização do Estado) com mais colegas e, alguns deles, novos e com responsabilidades políticas em prefeituras (desde independentes próximos ao PSOE até membros das CUP anticapitalistas). O debate foi muito intenso e rico, e completou-se com uma saída de campo ao bairro de Barcelona com mais imigrantes e voto pro-espanhol (Nou Barris e Trinitat

Nova) e à Vic-Manlleu, o centro do voto independentista. Esta experiência mostra a vontade de boa parte da geografia acadêmica espanhola atual de afrontar as polémicas políticas do país e, por fim, de não negar a importância da geografia política. Uma vez superada a crise do COVID aguarda-se uma nova reunião e textos do Grupo de Toledo (os de Barcelona foram colocados em redes), os quais continuam ainda muito ativos.

### Os outros geógrafos políticos: da Ciência Política, Sociologia e do Direito Público

Felizmente, as ações repressoras do General Franco não puderam eliminar o conhecimento e a institucionalização das outras ciências sociais que nos referimos. A sociologia já goza de um prestígio importante em muitas universidades com grande número de professores e investigadores, enquanto a ciência política atingiu uma influência significativa recente. De fato, os líderes da nova esquerda, como o Vice-Presidente do governo Pablo Iglesias, e vários ministros e deputados, como I. Errejón ou C. Bescansa, saíram do movimento sociopolítico dos *indignados* dirigidos das aulas e corredores da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Complutense de Madrid. Também no direito administrativo, constitucional ou político, e, seguramente, do direito público nasceram reflexões sobre a organização do Estado, suas tensões e os direitos civis das populações.

Desde um ponto de vista territorial e de relacionamento com a nossa disciplina, pode indicar-se que a sociologia aparece muito melhor distribuída pelo território espanhol, pelas suas universidades, que a ciência política. Em concreto, apresenta-se como um corpo mais estendido e diversificado nos seus temas de análise (cidade, migrações, rural, turismo, eleições, etc.), que uma ciência política presente mais nos grandes centros de Madrid e Barcelona (em diversas universidades e faculdades). A sociologia, em um primeiro momento influenciada pelas correntes oriundas dos Estados Unidos, desenvolveu muito bem estudos de opinião e enquetes eleitorais. Alguns dos seus mais destacados membros disciplinares ajudaram muito no conselho do PSOE e do PP, junto com os partidos bascos e catalães. De fato, a constituição do Centro de Estudos Sociológicos oficial e dependente do governo

vem mostrando que professores, catedráticos ou escolas estão mais bem consideradas pelo Executivo de Madrid em cada período entre eleições.

No que se refere às relações da ciência política com a nossa disciplina, cumpre dizer que dois grupos principais e algum núcleo complementar possuem bastante influência sobre a geografia, ou, em outras palavras, fazem uma espécie de geografia sem se reivindicarem explicitamente como geógrafos. Assim, na Universidade Autónoma de Barcelona, o Instituto de Governo e Políticas Públicas (IGOP) conta com acadêmicos como J. Subirats, R. Gomà ou I. Blanco, que trabalham muito sobre a escala do poder local e urbano, colaborando e influenciando geógrafos de todo o país, em especial o grupo de O. Nel.lo. Entre os trabalhos desses autores, há que se destacar *Análisis y Gestión de las políticas públicas* (Subirats et al., 2008), *Gobiernos locales y redes participativas* (Blanco, Gomà & Rosset, 2002) ou a recente publicação que mistura geógrafos e politólogos, *Social Movements and Public Policies in Southern European Cities* (Fregolent & Nel.lo, 2020).

Pela sua parte, na Universidade Complutense de Madrid, o catedrático e antigo decano H. Cairo se define abertamente como geógrafo político e lançou a revista *Geopolíticas* (2010-2021) de grande ascendência na esfera ibero-americana. H. Cairo é autor de *Territorialidad y fronteras del Estado-Nación* (2001), enquanto a também geógrafa política do seu grupo M. Lois Barrio escreveu *Geografía política de las disputas de fronteras* (2014). Junto a estes dois influentes grupos, em Valência uma série de autores colaboram habitualmente com J Romero: na Universidade Carlos III de Madrid o geógrafo J. García Álvarez dirige um mestrado de geopolítica onde colaboram reputados politólogos e, na Galícia, o Instituto de Governança da Universidade de Vigo participa em projetos conjuntos com os geógrafos de Santiago de Compostela.

Em suma, o governo urbano, as fronteiras e a organização do Estado voltam a ser o lugar de encontro entre uma geografia política muito aplicada em afirmação e uma ciência política acadêmica que atingiu uma grande reputação na democracia espanhola, além de uma projeção mediática indiscutível. Nesse sentido, deve-se dizer que na Espanha apenas atualmente se construiu o jeito de fazer geopolítica e de estudar as relações internacionais ao estilo francês, iniciado por Y. Lacoste e B. Giblin, e do *Institut Français de Géopolitique de Paris 8*, exceto um pouco o núcleo da Universidad Carlos III de Madrid. Em segundo

lugar, as relações entre politólogos e geógrafos são distantes, já que estas duas disciplinas apenas compartilham as mesmas faculdades, e os conteúdos de uma matéria em outra carreira e de ofertas conjuntas são escassos. Por último, com os novos sistemas mais flexíveis de estudos e organização acadêmica que se estendem por muitos países do Norte e com a constituição de unidades comuns de investigadores, é possível que toda esta cooperação tenha progresso no curto e médio prazo.

### Conclusão: uma Geografia Política cultivada implicitamente, mas não afirmada como ramo da disciplina

Ao longo desta reflexão mostramos as vicissitudes da geografia política na Espanha – de uma disciplina negada à afirmação de estudos com os seus conteúdos, mas denominados como geografia regional, urbana, rural ou de desenvolvimento local, até as tímidas aparições no presente. Aparições que se concentram nos estudos de fronteira e no título de algum mestrado, instituto de pesquisa ou revista onde colaboram politólogos e geógrafos – tudo isso em um contexto de uma disciplina muito aplicada. Em outras palavras, se os movimentos políticos urbanos são estudados, é para introduzir novos modelos de prefeituras nas cidades; se as fronteiras são analisadas, o objetivo é dar conselho a atores políticos locais e agentes de cooperação; se a organização territorial for tema de pesquisa, o fim é propor uma estrutura mais bem adaptada e conforme com as demandas ou práticas sociais. A geografia política atua todo o tempo na Espanha, por isso, as suas escalas local e regional de ação são muito mais importantes que as reflexões teóricas sobre os Estados-nações ou as relações internacionais.

Já não há dúvida em situar a geografia como disciplina entre as ciências sociais na sua definição dentro dos estudos universitários e nos pedidos de projetos de pesquisa, além de investigadores específicos. Por isso, reflete uma progressiva aproximação de sua comunidade científica com a de sociologia, a de ciência política ou as de ciências da comunicação, enquanto autonomizada da história e das outras humanidades. Neste novo contexto, as possibilidades das geografias social, cultural e política aumentam, sempre e quando a integração completa dos ramos da geografia física e das sensibilidades cartográficas e ambientais se garantam



com a generalização do emprego dos SIGs e do conceito de antropoceno. Ao nosso entender, uma geografia política útil e forte deve abrir caminho na Espanha, reforçando as relações com a sociologia e a ciência política, mas sem perder nenhum dos seus sinais de identidade disciplinar.

## Referências Bibliográficas

- AGE. **La región y la Geografía española**. Valladolid: AGE, 1980.
- AJA, E. **El estado Autonómico. Federalismo y hechos diferenciales**. Madrid, 1999.
- ARROYO ILLERA, F. Evolución y tendencias de la Geografía Rural española. In: VV.AA., **La Geografía española y mundial en los años ochenta. Homenaje a D. Manuel de Terán**, 1987, p. 373-395.
- BBV. *Situación, N.º 3. Economía y Urbanismo; Nuevas tendencias, nuevos problemas*. Bilbao: BBV, 1995.
- BLANCO, I.; GOMÀ, R.; ROSSET, E. **Gobiernos locales y redes participativas, Retos e innovaciones**. Barcelona: Ariel, 2002.
- BOSQUE MAUREL, J. **Geografía urbana de Granada**. Instituto de Geografía Aplicada (CSIC). Zaragoza, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Geografía y geógrafos en la España contemporánea**. Granada: Universidad de Granada, 1992.
- BOSQUE SENDRA, J. **Geografía electoral**. Madrid: Síntesis, 1988.
- BRUNET, R. Rapport sur la géographie française. **Espace Géographique**, Tome 11, n.º. 3, p.196-213, 1982.
- BURRIEL DE ORUETA, E. El estudio de la burbuja inmobiliaria y sus efectos en el territorio. In: ALBERTOS, J. M.; SÁNCHEZ, J. L. (Orgs.). **Geografía de la crisis económica en España**. Valencia. Universitat de Valencia, 2014, p. 101-140.
- BUTTIMER, A. **Sociedad y medio en la tradición geográfica francesa**. Vilasar de Mar: Oikos-Tau, 1980.
- CABERO DIÉGUEZ, V.; CAMPESINO FERNÁNDEZ, A. J.; LÓPEZ TRIGAL, L. El conocimiento de las franjas fronterizas. Aporta-

ción de los geógrafos españoles. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles. La nueva realidad geográfica de España.** *Aportación al 28º Congreso Internacional de Geografía de La Haya.* Madrid: AGE, p. 93-109, 1996.

CAIRO CAROU, H. Territorialidad y fronteras del Estado-Nación. Las condiciones de la política en un mundo fragmentado. **Política y Sociedad**, n. 36, p.29-38, 2001.

CAMPESINO FERNÁNDEZ, A. J. (Org.). **Turismo de frontera, 3 Cols.** Vigo, Cáceres y Huelva: Eixo Atlántico, Universidades de Extremadura y Huelva, 2013-14.

CAPEL SÁEZ, H. La Geografía española tras la Guerra Civil. **Geocrítica. Cuadernos críticos de Geografía Humana**, Universitat de Barcelona. Barcelona, n. 1., 1976.

\_\_\_\_\_. **Filosofía y ciencia em la Geografía contemporânea. Uma introducción a la Geografía.** Barcelona: Barcanova, 1981.

CAPEL SÁEZ, H.; SOLÉ, J.; URTEAGA, L. **El libro de Geografía en España (1800-1939).** Barcelona: Universitat Barcelona, 1988.

CASSASAS I SIMÓ, LI. Papel de la frontera en los valles altos de la cabecera del río Ter. In: **III Coloquio Ibérico de Geografía.** Barcelona: Universidad de Barcelona, 1984.

CLEMENTE CUBILAS, E. (Org.). **Jornadas de Geografía y Urbanismo.** Salamanca: Consejería de Obras Públicas y Ordenación del Territorio, 1986.

CIUDAD. **Ciudad e Industria. IV Coloquio sobre Geografía.** Oviedo: Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, 1977.

COLOMINES, A. Las naciones sin Estado. In: NOGUÉ, J.; ROMERO, J. (Orgs.), **Las Otras Geografías.** Valencia: Tirant, 2006, p. 113-139.

DE LUCAS, J. Los desplazados forzosos en el mundo y sus derechos. Sobre las políticas de inmigración y asilo. In: NOGUÉ, J.; ROMERO, J. (Orgs.), **Las Otras Geografías.** Valencia: Tirant, 2006, p. 139-157.

FANI, A.; BENACH, N. **Horacio Capel: Pensar la ciudad en tiempos de crisis.** Barcelona: Icaria, 2016.

FOLCH-SERRA, M. Las múltiples geografías del terrorismo. In: NOGUÉ, J.; ROMERO, J. (Orgs.), **Las Otras Geografías**. Valencia: Tirant, 2006, p. 139-157.

FREGOLENT, L.; NELLO, O. **Social Movements and Public Policies in Southern European Cities**. Chan (Suiza): Springer, 2020.

GAJA I DÍAZ, F. El tsunami urbanizador en el litoral mediterráneo: el ciclo de la hiperproducción inmobiliaria. **Scripta Nova**, n. Extra 12, p.270, 2008.

GARCÍA ÁLVAREZ, J. **Provincias, Regiones y Comunidades Autónomas. La formación del mapa político español**. Madrid. Temas del Senado, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Revista de Historiografía (Ejemplar dedicado a la frontera hispano-portuguesa. Representaciones geográficas, paisajes y delimitación territorial (siglos XVI-XXI)**. Num. 23. p. 1-217, 2015.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Revista de Historiografía (Ejemplar dedicado a Trazar la línea. Teoría y práctica de las delimitaciones fronterizas luso-francio-españolas)**, n. 30, p. 1-225, 2019.

GARCÍA BALLESTEROS, A. **Teoría y práctica de la Geografía**. Madrid: Alhambra, 1986.

RSG e AGE. **La Geografía en España (1970-1990). Aportación Española a XXXVIIº Congreso de la Unión Geográfica Internacional**. Madrid: Fundación BBV, 1992.

GARCÍA HERRERA, L. M.; SABATÉ BEL, F. Neil Smith. **Gentrificación urbana y desarrollo desigual**. Barcelona: Icaria, 2015.

GÓMEZ MENDOZA, J. La formación de la Escuela Española de Geografía (1940-1952). Instituciones, revistas, congresos y programas. **Revista Eria**, nº. 42, p. 107-146, 1997.

\_\_\_\_\_. La Geografía española: final y principio de capítulo. In: **Actas del XVII Congreso de Geógrafos Españoles**. Oviedo: AGE y Universidad de Oviedo, p. 19-31, 2001.

GÓMEZ MENDOZA, J.; LOIS GONZÁLEZ, R. C.; NELLO, O. **Repensar el Estado: crisis económica, conflictos territoriales e identidades políticas en España**. Santiago de Compostela. Universidade de Santiago de Compostela, 2013.

HAMELIN, L.-E. Géomorphologie : géographie globale – géographie totale – associations internationales. **Cahiers de géographie du Québec**, v. 8, n. 16, p.199-218, 1964.

KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LACOSTE, Y. **La Géographie, ça sert d'abord, à faire la guerre**. Paris: Maspero, 1976.

\_\_\_\_\_. **Geografías, Ideologías, Estrategias Espaciales**. Madrid: Déda-lo, 1977.

LAKE, R. W. The subordination of urban policy in the time of financialization. In: DEFILLIPIS, J. (Org). **Urban policy in the time of Obama**. London: University of Minnesota Press, 2016, p. 45–64.

LLUCH, E. **Geografía de la Sociedad Humana**. Barcelona: Planeta, 1981.

LLUELLES LLALLEROSA, M. J. **El espacio geográfico de Andorra**. Tesis Doctoral defendida en el Departamento de Geografía de la Universidad de Zaragoza. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1990.

LOIS GONZÁLEZ, R.C. Una lectura crítica de los escritos de Horacio Capel sobre la Geografía y las posibilidades de Internet. In: El análisis espacial y la regeneración de la geografía española. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. XVIII, nº. 1013-1, p. 1-20, 2013.

\_\_\_\_\_. Galiza no espaço lusófono. Uma aproximação a partir da Geografia. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 10, p.9-33, 2016.

LOIS GONZÁLEZ, R. C.; LÓPEZ SILVESTRE, F. From political construct to tourist souvenir-building the “National” landscape through advertising in Galicia (Spain). **Social Geography & Social Geography Discussions**, n.3, p.237-272, 2007.

LOIS GONZÁLEZ, R. C.; PIÑEIRA MANTIÑÁN, M. J. The revival of urban social and neighbourhood movements in Spain: a geographical characterization. **Die Erde. Journal of the Geographical Society of Berlin**, v. 146, n. 2-3, p. 127-138, 2015.

LOIS GONZÁLEZ, R. C.; PIÑEIRA MANTIÑÁN, M. J. e VIVES

MIRÓ, S. El proceso urbanizador en España (1990-2014): una interpretación desde la geografía y la teoría de los circuitos de capital. **Scripta Nova**, v.XX, n. 539, p.20, 2016.

LOIS GONZALEZ, R. C.; GOMEZ ESPIN, J. M.; PLAZA GUTIÉRREZ, J.I. La Géographie Rurale en Espagne (1940-2016): D'une influence française marquée à une diversité thématique et méthodologique grandissante. In: **50 Aniversaire de la Commission de Géographie Rurale du CNFG**. Paris (En Prensa), 26 págs, 2021.

LOIS BARRIO, M. Geografía política de las disputas de fronteras: cambios y continuidades en los discursos geopolíticos en América Latina (1990-2013). **Cuadernos de Geografía. Revista Colombiana de Geografía**, n. 23 (2), p.45-67, 2014.

LÓPEZ, I.; RODRÍGUEZ, E. (Observatorio Metropolitano). **Fin de ciclo. Financiarización, territorio y sociedad de propietarios en la onda larga del capitalismo hispano (1959-2010)**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010.

LÓPEZ TRIGAL, L.; LOIS GONZÁLEZ, R. C.; GUICHARD, F. **La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa. Actas Simposium Vilar Formoso**. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, 1997.

LÓPEZ TRIGAL, L.; GUICHARD, F. **La frontera hispano-portuguesa: Nuevo espacio de atracción y cooperación**. Zamora: Rei Afonso Henriques, 2000.

LÓPEZ TRIGAL, L.; BENITO DEL POZO, P. **Geografía política**. Madrid. Cátedra, 1999.

LÓPEZ ZUBIAGA, C.; PASSOLA, J. Las geografías de las crisis olvidadas. In: NOGUÉ, J.; ROMERO, J. (Org.). **Las Otras Geografías**. Valencia: Tirant, 2006, p. 97-113.

MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ, J.A. (Org.). **Desarrollo en la frontera del Bajo Guadiana: documentos para la cooperación luso-andaluza**. Huelva: Universidad de Huelva, 2012.

MATA OLMO, R. Sobre los estudios de Geografía agraria en España (1940-1970). **Revista Eria**, Universidad de Oviedo, n. 12. p. 25-43, 1987.

MÉNDEZ, R. Globalización y organización espacial de la actividad

económica. In: ROMERO, J. (Org.). **Geografía humana. Procesos, riesgos e incertidumbres en un mundo globalizado**. Barcelona: Ariel, 2004, p. 221-275.

\_\_\_\_\_. Geopolítica de los recursos naturales. In: NOGUÉ, J.; ROMERO, J. (Org.). **Las Otras Geografías**. Valencia: Tirant, 2006, p. 301-325.

\_\_\_\_\_. **El nuevo mapa geopolítico del mundo**. Valencia: Tirant, 2011.

MÉNDEZ, R.; MOLINERO, F. **Espacios y Sociedades. Introducción a la Geografía regional del mundo**. Barcelona. Ariel, 1984.

\_\_\_\_\_. **Geografía y Estado. Introducción a la Geografía política**. Madrid: Cincel, 1984b.

MÉNDEZ, R.; ABAD, K. D.; ECHAVES, C. **Atlas de la crisis. Impactos socioeconómicos y territorios vulnerables en España**. Valencia: Tirant, 2015.

NELLO, O. **La ciudad en movimiento. Crisis social y respuesta ciudadana**. Madrid: Díaz & Pons, 2015.

NOGUÉ, J.; MARTÍN, E. L. **Nacionalismo y territorio**. Lleida: Milenio, 1988.

NOGUÉ FONT, J.; VICENTE RUFÍ, J. **Geopolítica, identidad y globalización**. Barcelona: Ariel, 2001.

NOGUÉ, J.; ROMERO, J. (Org.). **Las Otras Geografías**. Valencia: Tirant, 2006.

OLIVERAS GONZÁLEZ, X. La cooperación transfronteriza en la Cerdanya (frontera España-Francia). *Boletín de la AGE*, n.62, p.25-49, 2013.

OLIVERAS, X.; DURÁ, A.; PERKMAN, M. Las regiones transfronterizas: balance de la regionalización de la cooperación transfronteriza europea (1958-2007). *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, n.56 (1), p.21-40, 2010.

OLIVERAS I SAMITIER, J. El encaje de Catalunya en España. In: FARINÓS, J. J.; OJEDA, J.F.; TRILLO, J.M. (Org.), **España; Geo-**

**grafías para un Estado postmoderno.** Madrid/Barcelona: AGE e Geocrítica, 2019, p.89-112.

ORTEGA VALCÁRCEL, J. **Los horizontes de la Geografía. Teoría de la Geografía.** Barcelona: Ariel, 2000.

PIÑEIRA MANTIÑÁN, M. J.; LOIS GONZÁLEZ, R. C.; GONZÁLEZ PÉREZ, J. M. New models of urban governance in Spain during the post-crisis period: the fight against vulnerability on a local scale. **Territory, Politics, Governance**, 7(3), p.336-364, 2019.

PURCELL, M. Urban democracy and the local trap. **Urban Studies**, 43(11), p.1921-1941, 2006.

ROBIC, M. C. (Org.). **Un Grand XXème Siècle de la Géographie Française.** Paris: Ministère des Affaires Étrangères, 2006.

RODRÍGUEZ ESTEBAN, J. A. **La Geografía Española (1940-1969). Repertorio Bibliográfico.** Marcial Pons. Madrid, 1995.

ROMERO GONZÁLEZ, J. (Org): **Geografía humana. Procesos, riesgos e incertidumbres en un mundo globalizado.** Barcelona: Ariel, 2004.

\_\_\_\_\_. **España inacabada.** Valencia: Universitat de Valencia, 2006.

\_\_\_\_\_. España inacabada: organización territorial del Estado, autonomía política y reconocimiento de la diversidad nacional. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, 58 (1), p.13-49, 2012.

RUIZ URRESTARAZU, E.; GALDÓS URRUTIA, R. Potencialidades y proyectos de cooperación transfronteriza en el País Vasco. In: **Actas del VII Coloquio Ibérico de Geografía.** Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 485-295, 1995.

RULLAN SALAMANCA, O. Urbanismo expansivo en el Estado Español: de la utopía a la realidad. In: GOZÁLVEZ, V.; MOLINA, J. A. M. (Org.), **Geografía y desafíos ambientales en el siglo XXI**, Alicante: AGE e Universidad de Alicante, v. 4, 2011, p. 165-209.

SÁNCHEZ, J. E. **Geografía política.** Madrid. Síntesis, 1992.

SANGUIN, A. L. **Geografía Política.** Vilasar de Mar. Oikos Tau, 1981.

SANTOS SOLLA, X. M. Xeografía y nacionalismo en Galicia. In:

**Professor Joan Vilà Valenti. El seu mestratge en la Geografia universitària.** Barcelona: Universitat de Barcelona, 1999, p. 1343-1357.

SUBIRATS, J.; KNOEPFEL, P.; LARRUE, C.; VARONNE, F. **Análisis y gestión de políticas públicas.** Barcelona: Ariel, 2008.

TAYLOR, P. J. **Geografía Política. Economía-Mundo, Estado-Nación y Localidad.** Madrid: Trama, 1994.

TRILLO SANTAMARÍA, J. M. **Fronteras y regiones transfronterizas en europa. El caso de Galicia-Norte de Portugal.** Tesis Doctoral defendida en el Departamento e Humanidades, de la Universidad Carlos III. Getafe: Universidad Carlos III, 2010.

\_\_\_\_\_. Aportaciones recientes al estudio geográfico de las fronteras: reflexiones en torno a la Península Ibérica. In: **XIII Coloquio bérico de Geografía.** Santiago de Compostela: AGE e Universidade de Santiago de Compostela, 2012.

TRILLO SANTAMARÍA, J. M.; PIRES, E. (Org.). **Fronteiras na investigación peninsular: temáticas e abordagens contemporâneas.** Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2016.

VIVES MIRÓ, S.; GONZÁLEZ PÉREZ, J. M.; RULLAN SALAMANCA, O. (2015): Home dispossession: the uneven geography of evictions in Palma (Majorca). **Die Erde. Journal of the Geographical Society of Berlin**, v. 146, n. 2-3. p. 113-126, 2015.

WEBSTER, G.; LUNA, A. National Identity Case Study. How is National Identity Symbolized?. In: **AAG. Center for Global Geography Education.** Washington: AAG, 2012.





# GEOGRAFIA POLÍTICA EM PORTUGAL: BREVE HISTÓRIA DE UM DOMÍNIO DIFUSO

*João Ferrão*

## Introdução

Existem múltiplos estudos de Geografia Política em Portugal. Mas, na verdade, este é um domínio que nunca se individualizou e autonomizou a partir dos elementos identitários próprios de contextos académicos: unidades curriculares obrigatórias em cursos de ensino superior (licenciatura, mestrado e doutoramento), redes de pesquisa estáveis, revistas específicas ou edição de números temáticos de periódicos geográficos de âmbito generalista, manuais ou livros de referência, associações ou secções de associações profissionais, etc. Não houve qualquer tentativa de construir uma comunidade de académicos especialistas em Geografia Política ao longo dos cerca de 100 anos de existência de ensino de uma geografia moderna e institucionalizada nas universidades portuguesas.

A que se deve a inexistência de uma comunidade específica de Geografia Política na academia portuguesa? Existem várias explicações possíveis, com incidências distintas ao longo do tempo. Também a natureza dessas explicações é diferenciada: umas são internas à comunidade dos geógrafos, outras relacionam-se com a história do país, outras ainda refletem contextos de âmbito internacional. A não autonomização de um domínio de estudos de Geografia Política em Portugal deve, portanto, ser entendida à luz da história institucional e das ideias da geografia portuguesa e do modo como os geógrafos foram se envolvendo, individualmente ou de forma coletiva, por iniciativa própria ou por solicitação externa, em determinados debates, ao mesmo tempo que ignoravam assuntos e controvérsias que teriam implicado inevitavelmente uma maior aposta neste subdomínio do conhecimento geográfico.

Os fatores internos à comunidade geográfica são particularmente decisivos para compreender o subdesenvolvimento dos estudos de Geografia Política em Portugal. O fator mais longínquo, mas fundador, relaciona-se com o processo de institucionalização de cursos autónomos de geografia nas universidades portuguesas (Coimbra, Lisboa): as principais figuras de referência do que viriam a ser as escolas de Coimbra (Amorim Girão) e sobretudo de Lisboa (Orlando Ribeiro) adotam a visão da geografia francesa possibilista Vidaliana (Vidal de la Blache, 1845-1918), em oposição clara à perspectiva Ratzeliana (Friedrich Ratzel, 1844-1904) de determinismo geográfico praticada pelos que lecionavam geografia na academia portuguesa antes da criação de cursos superiores autónomos neste domínio. Como salienta Malheiros (2015), a afirmação da Geografia Humana (Vidaliana) implicou o apagamento da Geografia Política (Ratzeliana). Essa influência foi duradoura e tanto mais eficaz quanto a presença da geografia possibilista em Portugal permaneceu muito ativa até meados ou mesmo final dos anos 1970.

Um segundo fator, associado ao primeiro, poderá ter sido um certo distanciamento voluntário da primeira geração de geógrafos portugueses “institucionalizados” em relação a processos de decisão política. Embora, como veremos mais à frente, autores importantes, com destaque para Amorim Girão e Orlando Ribeiro, tenham sido convidados a dar o seu contributo em matérias como a organização regional do país ou a colonização em territórios que Portugal detinha em África e na Ásia, predominou até meados dos anos 1970 uma visão de distanciamento da Universidade em relação aos decisores políticos baseada num misto de espírito de autonomia e liberdade científicas e de superioridade da Universidade em relação ao ‘mundo exterior’ à academia.

Em terceiro lugar, a prevalência teoricamente persistente e temporalmente duradoura de visões positivistas, primeiro na versão naturalista da geografia possibilista de influência francesa e mais tarde na perspectiva funcionalista da Nova Geografia de origem anglo-saxónica, levou a que temas mais controversos associados à Geografia Política tenham sido preteridos ao nível do ensino e da pesquisa a favor de assuntos e abordagens apresentados como cientificamente objetivos, politicamente neutros e socialmente descomprometidos. Ou seja, deste ponto de vista o não interesse pela Geografia Política refletia, consciente ou inconscientemente, uma dupla rejeição: o en-

volvimento em temas suscetíveis de posterior instrumentalização política (uso) e a 'politização' do conhecimento geográfico (produção).

Finalmente, a reduzida dimensão da comunidade dos geógrafos portugueses, sobretudo ao nível académico (existem atualmente cursos de geografia em apenas seis universidades, e três deles foram criados após 1980), não sendo, por si só, um obstáculo ao desenvolvimento do domínio da Geografia Política, dificulta a criação de áreas subdisciplinares com uma relativa autonomia centradas em temas que, pelas razões anteriormente referidas, não ocupam uma posição central nas prioridades dos académicos com maior responsabilidade institucional e reconhecimento científico.

Também algumas características de Portugal poderão ter contribuído para o subdesenvolvimento de temas de Geografia Política. Aspectos tão distintos como a estabilização precoce da fronteira política, ocorrida há cerca de 800 anos, a homogeneidade interna étnico-religiosa e linguística, o regime autocrata e isolacionista do Estado Novo que vigorou entre 1933 e 1974, a localização periférica do país em relação à Europa e externa ao Mediterrâneo, ou até a sua pequena dimensão, explicam a inexistência de conflitos regionalistas e fronteiriços e têm concorrido para diminuir a exposição a guerras e a fenómenos recentes, como o terrorismo internacional ou a chegada de refugiados ao continente europeu. É certo que a expansão marítima de Portugal durante os séculos XV e XVI e a construção de um império colonial que persistiu até tardiamente (1974) poderiam ter justificado, pelo contrário, um forte desenvolvimento da Geografia Política, tanto apologética como crítica. Mas os estudos sobre a geografia da colonização desenvolvidos durante a segunda metade do século XX até à queda do império não se inscrevem, de forma deliberada, numa perspectiva de Geografia Política, o que não significa que não possam – e devam – ser lidos e interpretados a partir dessa perspectiva.

O subdesenvolvimento dos estudos de Geografia Política em Portugal está bem patente nos resultados da análise que Alcoforado *et al.* (2015) realizaram sobre os artigos publicados ao longo dos primeiros 50 anos de existência da *Finisterra* (1966-2015), a principal revista de geografia portuguesa. Os autores identificaram 18 temas, que no seu conjunto cobrem a totalidade da produção científica em geografia: destes, a Geografia Política é a menos representada, com apenas 8 artigos (5 dos quais concentrados na década 1986-95), contrastando de forma

evidente com temas como Geografia social e cultural (72), Geografia urbana, Climatologia e Geomorfologia (todos com perto de 50 referências) ou Planeamento e desenvolvimento (30).

O baixo número de artigos classificados como Geografia Política traduz, no entanto, dois fenómenos distintos: escassez e invisibilidade. O total de publicações de Geografia Política é, efetivamente, reduzido, mas o anátema que recaiu sobre esta designação resultante, quer das visões deterministas iniciais quer do potencial aproveitamento da geografia possibilista por parte do regime autoritário do Estado Novo (1933-1974), levam a que publicações categorizáveis como Geografia Política não sejam assim classificadas pelos seus autores ou por quem os classifica. Também o facto de nem sempre existirem fronteiras nítidas entre os vários subdomínios da geografia (por exemplo, e como veremos mais à frente, entre Geografia Política e Geografia Cultural) leva a que à escassez efetiva de publicações se adicione a invisibilidade de textos que, em função do objeto de estudo e da abordagem efetuada, poderiam ser igualmente integrados naquele domínio. Esta invisibilidade é tanto mais inevitável quanto a ausência de uma comunidade específica impede a existência de referenciais e normas que permitam a delimitação de um campo subdisciplinar autónomo baseada em critérios de identidade interna e de diferenciação externa. A história da Geografia Política em Portugal incide, assim, sobre um universo difuso, com fronteiras porosas e, por isso, demarcado de modo necessariamente subjetivo.

É certo que existem classificações institucionais (União Geográfica Internacional, por exemplo) e manuais de referência que ajudam a delimitar esse universo difuso. E, de forma genérica, há um consenso alargado quanto a colocar a relação Estado-território no centro dos estudos de Geografia Política. Mas, como sucede em qualquer outro domínio científico, coexistem diversas visões, umas mais restritas, outras mais amplas.

A flexibilidade e mesmo ambiguidade presentes na definição de um domínio subdisciplinar ganham uma expressão particularmente significativa no caso da Geografia Política em Portugal, onde nunca existiu um esforço coordenado de definição desta área de estudos nem foram produzidas obras que problematizem a questão. Deste ponto de vista merecem particular destaque duas publicações, pela sistematização que propõem: Teles (2000), que analisa a evolução das concepções de geografia política, geopolítica e geohistória na geografia portuguesa entre

1910 e 1960, enquadrando essa evolução na história geral do pensamento geográfico, e Malheiros (2015), que debate criticamente o conteúdo e os propósitos da Geografia Política enquanto subdomínio da geografia, identificando semelhanças e diferenças em relação aos estudos de Geopolítica desenvolvidos por autores de outras disciplinas. Sendo pertinentes e singulares no quadro português, nenhuma destas publicações fornece, no entanto, um enquadramento suficientemente amplo e integrador dos estudos contemporâneos de Geografia Política realizados em Portugal. Refira-se, a este propósito, a ausência recorrente de obras de geógrafos portugueses nas bibliografias de referência das unidades curriculares do ensino superior sobre Geografia Política<sup>[6]</sup>.

Em face da ausência de referências enquadradoras, e com base numa análise panorâmica das publicações de geógrafos portugueses, propomos uma sistematização do universo difuso em apreciação em torno de três dimensões: temas fundadores, temas (re) emergentes e coalescências promissoras.

## Temas fundadores

Na perspectiva da Geografia Política existem três temas recorrentes na geografia portuguesa, cuja relevância se prende com a importância que tiveram para o processo de institucionalização da geografia como ciência autónoma e com o modo como se metamorfosearam ao longo do tempo, incorporando novas perspectivas e procurando corresponder a novas solicitações. Esses temas foram importantes para o processo de institucionalização da geografia ao nível académico, porque permitiram uma demarcação em relação quer aos percursos do ensino de geografia nas universidades, quer a disciplinas vizinhas. Todos eles se ajustaram posteriormente em função da evolução do pensamento geográfico, mas também de mudanças políticas e sociais profundas: o golpe militar democratizador que pôs fim ao regime autoritário do Estado Novo e ao império colonial português, ocorrido em 25 de abril de 1974; a adesão de Portugal à en-

---

[6] Geografia Política (Universidade de Lisboa), Geografia Política (Universidade Nova de Lisboa), Geografia Política e Desenvolvimento (Universidade de Coimbra) e Geografia Política e Geopolítica (Universidade de Évora), cf. resultados obtidos através do motor de busca Google (17 de junho de 2021).

tão Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União Europeia (UE), em 1986; e a emergência da globalização neoliberal a partir dos anos 1990. Os três temas fundadores são: fronteiras, organização administrativa do território e expansão marítima e colonização.

Pode parecer paradoxal que as fronteiras sejam um dos principais temas de Geografia Política num país com uma delimitação política estável há mais de 800 anos. No entanto, talvez seja o tema que melhor condensa o cruzamento entre a evolução das teorias geográficas e a evolução de contextos supranacionais (europeu e global). A formação do Estado português e os fatores de individualização em relação a Espanha interessaram quer os percursos da geografia moderna portuguesa, quer os responsáveis pela institucionalização do ensino e da investigação da geografia na academia (Teles, 2000; 2012). A explicação do traçado da fronteira luso-espanhola constitui, aliás, um dos temas mais claros do confronto de concepções teóricas ocorrido entre percursos (Silva Telles *apud* Teles, 2000; Basto, 1923), defensores das ideias Ratzelianas e que por isso associavam esse traçado a fatores antropogeográficos, e instituintes (Girão, 1929; Ribeiro, 1987), apoiantes da visão possibilista e historicista Vidaliana. O debate não incide, portanto, sobre disputas entre os dois lados da fronteira, mas sim sobre visões explicativas acerca da fronteira existente.

A adesão de Portugal à CEE trouxe de novo o tema da fronteira para o debate geográfico, mas numa ótica completamente distinta: o esbatimento do efeito-fronteira com a livre circulação de pessoas e bens, e subsequente desenvolvimento de políticas de cooperação transfronteiriça e de novas dinâmicas de relacionamento envolvendo instituições e comunidades dos dois lados da fronteira luso-espanhola. A comparação entre a situação retratada nos estudos pioneiros de Cavaco (1995; 1997), Jacinto (1995) e Ferreira (1998) e as dinâmicas identificadas por Castro (2013), em relação às consequências da eliminação do controlo alfandegário 18 anos após a introdução da livre circulação entre os países aderentes ao designado Espaço Schengen, ou por Pires e Nunes (2018), no que diz respeito à mobilidade laboral no interior da euro-região Galiza-Norte de Portugal, indicia uma evolução muito significativa quer das realidades transfronteiriças, quer do conhecimento sobre elas produzido por geógrafos.

Medeiros (2010) introduziu, entretanto, uma componente de análise comparada internacional das dinâmicas de cooperação transfron-

teiriça (Portugal/Espanha e Noruega/Suécia) e, mais tarde, uma visão abrangente relativa ao conjunto do espaço da União Europeia em torno da relação entre cooperação transfronteiriça e temas específicos como mobilidade (Medeiros, 2019), áreas pertinentes de intervenção de políticas (Medeiros, 2020), gestão de medidas de combate à COVID-19 (Medeiros *et al.*, 2020) e soluções de remoção de obstáculos administrativos e legais à circulação (Medeiros *et al.*, 2021). Como resultado da crescente participação em projetos internacionais, diversos estudos, desde os trabalhos pioneiros de Marques (2005) e Fernandes e Souto González (2007) ao contributo recente de Lange e Pires (2018), têm analisado a evolução das relações transfronteiriças no âmbito do espaço europeu.

O fim do império colonial e a integração de Portugal na CEE/UE suscitaram um novo debate sobre a inserção geoestratégica do país na Europa e no mundo a partir de uma visão atlântica, retirando partido da posição de Portugal numa ótica intercontinental e da extensão muito significativa da sua plataforma continental, que faz com que o país tenha a 5ª maior Zona Económica Exclusiva da Europa e a 20ª do mundo. Em 2013 Jorge Gaspar publicou um texto a que atribuiu significativamente o título “*A Europa entre Portugal e o mar? Uma análise crítica da nova ‘geografia política’ portuguesa*” (Gaspar, 2013). A fronteira marítima e a posição de Portugal ganham uma nova relevância, como atestam as publicações sobre a importância e o futuro do Atlântico (Sequeira, 2014b; Lúcio & Chilão, 2016; Carvalho & Lúcio, 2017) e, mais especificamente, sobre segurança (Chilão & Lúcio, 2016) e significado geopolítico e geoeconómico (Chilão & Lúcio, 2017) da plataforma continental. Estes estudos têm levado geógrafos a desenvolver frentes de cooperação com especialistas em estudos militares e relações internacionais, numa ótica que se aproxima mais da geopolítica do que da geografia política se levarmos em consideração a diferenciação proposta por Malheiros (2015).

Temas como a imigração ilegal ou, mais recentemente, o Brexit, o terrorismo internacional, os refugiados e a pandemia da COVID-19 vêm reforçar a importância da chamada fronteira externa da União Europeia, isto é, dos países-membros com países terceiros, mas também, e em simultâneo, das fronteiras internas entre países vizinhos, com destaque para os encerramentos temporários associados ao controlo da situação pandémica (Pires, 2020). O tema das fronteiras manter-se-á, certamente, como um dos mais persistentes dos estudos de Geografia



Política, tanto mais que, ao nível da gestão dos riscos globais de natureza sistémica, ele é indissociável da tensão que ocorre entre legitimidades nacionais e supranacionais (Oliveira, 2020).

O segundo tema fundador é o da organização administrativa do território. Amorim Girão deu um contributo inovador, influente e duradouro neste domínio, sendo considerado por Silva (1990) o introdutor da geografia da administração em Portugal. Teles (2000, p.13) salienta que as teorias de Girão sobre a divisão político-administrativa do país “foram em parte tornadas realidade na divisão territorial da Constituição Portuguesa de 1933” e Claudino (2006) relembra o modo como o seu trabalho influenciou a divisão em onze províncias consagrada no Código Administrativo de 1936 (Girão, 1930) e contribuiu para a construção de estereótipos regionais (Girão, 1958). Até ao final do Estado Novo (1974) o mapa das províncias de Amorim Girão teve uma presença recorrente nas escolas do país e ainda hoje as suas designações e respetivas caracterizações fazem parte do imaginário social de muitos portugueses.

A revolução democrática de 1974 deu um novo impulso aos estudos sobre organização administrativa do território. A Constituição da República Portuguesa de 1976, ainda em vigor, introduz modificações importantes neste domínio, nomeadamente ao favorecer uma maior descentralização (Ferrão, 2016). É à luz destas alterações que deve ser interpretada a multiplicação de estudos sobre temas como a criação de regiões administrativas (e.g. Gaspar, 1982; 1988; 1989; Santos, 1985) ou o reforço da autonomia política, administrativa e financeira dos municípios e a crescente importância das políticas municipais (e.g. Silva, 1990; 1994; 1995; 2000a; 2002; 2017). O debate sobre a nova organização administrativa do território proporciona uma articulação forte e profícua entre um domínio de investigação com larga tradição na geografia portuguesa – o estudo das divisões regionais (Girão, 1930; Ribeiro, 1957; Gaspar, 1993) – e um domínio de pesquisa então em emergência e que viria a alcançar grande expressão nas décadas seguintes: as políticas públicas, com destaque para o ordenamento do território e o desenvolvimento regional.

Na segunda metade da década de 1980, o tema da organização administrativa do território sofre dois novos impulsos: a adesão de Portugal à CEE/EU (1986) e o referendo à criação de regiões administrativas na parte continental do país (1989). O primeiro impulso vai ter

implicações particularmente importantes em relação a dois aspetos: a aplicação do princípio da subsidiariedade no que se refere à repartição vertical de competências entre a União Europeia e os diferentes níveis administrativos nacionais (governança multinível) e a adoção da designada Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS), isto é, a delimitação de “sub-regiões” que permitam comparar dados geograficamente desagregados relativos a espaços subnacionais dos vários estados-membros. O referendo à criação de regiões administrativas na parte continental do país (ou seja, não incluindo as ilhas dos Açores e da Madeira, que constituem regiões autónomas) suscitou dois tipos de debates: um primeiro, relacionado com a relevância da existência de regiões administrativas e com a sua delimitação geográfica, e um outro, posterior à realização do referendo, em que venceu o ‘não’ à institucionalização das regiões propostas, sobre as consequências desse resultado. O tema da multiplicidade de referências territoriais de nível sub-regional (províncias, distritos, regiões de planeamento, NUTS) – o que Gusma (2021, p.196) designa por “confusão regional” – num contexto de inexistência de regiões administrativas vai ser desenvolvido criticamente por diversos autores (e.g. Silva, 2000b; Claudino, 2006; Pereira, 2014; 2016; Ferrão, 2020). Ao nível infrarregional, os processos de cooperação intermunicipal (Pereira, Teixeira & Gil, 2015) e de reorganização das freguesias (Pereira, *et al.*, 2018), o nível mais baixo do poder local<sup>[7]</sup>, têm igualmente suscitado o interesse dos geógrafos portugueses.

Como o tema anterior (fronteiras), mas neste caso por razões internas ao país (reformas inacabadas ou ineficientes), a organização administrativa do território continuará certamente a mobilizar a atenção dos geógrafos. Saliente-se, aliás, que estes têm sido regularmente chamados pelos poderes públicos (Governo, Assembleia da República, municípios) a participar em debates, estudos e propostas neste domínio, e têm ocupado cargos políticos ou de dirigentes de entidades da administração pública, conforme assinalam Fernandes *et al.* (2021). O tema da organização administrativa do território é indissociável da evolução das concepções sobre o papel do Estado e, portanto, das teorias acerca do Estado e da sua relação com o mercado e a sociedade. Neste contexto, compreende-se a expansão recente de estu-

---

[7] A Constituição da República Portuguesa consagra três tipos de autarquias locais: regiões administrativas (nunca instituídas), municípios e freguesias.

dos sobre governança a diferentes escalas (governança urbana, regional, etc.). Contudo, e dada a sua especificidade, as publicações resultantes desses estudos não serão aqui recensadas.

O terceiro tema fundador prende-se com os processos de expansão marítima e de colonização. Pimenta, Sarmento e Azevedo (2007) efetuam uma boa reconstituição do que designam por tradição geográfica colonial. À imagem do que sucedeu em relação aos temas anteriores, também neste caso foi importante a discórdia científica inicial entre as visões de influência determinista (“teorias racialistas” de Silva Telles, nas palavras daqueles autores) e de orientação culturalista e humanista, bem sintetizada numa das obras mais marcantes de Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1962). Ricardo (2018) e Teles (2000) dão contributos relevantes para o entendimento das posições em confronto, enquadrando-as no contexto político mundial e na evolução do pensamento geográfico da primeira metade do século XX.

Ainda que o conceito de império colonial português tenha sido oficialmente abandonado em 1951, uma resposta política a pressões externas num período em que os movimentos pró-independência estavam particularmente ativos em territórios africanos sob domínio europeu, apenas na reforma do ensino superior de 1957 a designação geografia colonial será substituída pela expressão politicamente neutra de geografia das regiões tropicais (Ricardo, 2018). A análise dos processos de colonização portuguesa em África e na Ásia, envolvendo em alguns casos comparações com o Brasil, irá, no entanto, prosseguir até ao final do regime do Estado Novo e subsequente independência das chamadas províncias ultramarinas. Apesar da participação em algumas “missões geográficas”, da relevância atribuída à originalidade da civilização e da colonização portuguesas e da proximidade a aspetos do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, Orlando Ribeiro e os seus discípulos da Escola de Geografia de Lisboa mantêm um distanciamento prudente ou mesmo crítico em relação aos poderes políticos e às teses da portugalidade. Pimenta, Sarmento e Azevedo (2007, p.21) referem que “para Orlando Ribeiro a geografia da relação africana, ao contrário da que havia sido feita na América e na Índia, é a de uma colonização ‘ignara’”. Teles afirma mesmo, de forma excessivamente linear, que

as ideias do geógrafo português são progressistas, sem sombra de racismo ou de propósitos políticos, ao contrário do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre que sempre defendeu a originalidade da civilização portuguesa no Mundo, baseada na superioridade da colonização europeia, o predomínio da raça branca sobre as outras, elaborando as suas obras sobre o Ultramar português com propósitos políticos, enaltecendo sempre a «obra civilizadora» do Estado Novo em Angola e em Moçambique (Teles, 2000, p.200)<sup>[8]</sup>.

Deve salientar-se que as publicações sobre aspetos de geografia política e geopolítica das colónias (delimitação de fronteiras, organização administrativa, etc.) tiveram uma presença relevante em revistas de geografia não académicas (da Sociedade de Geografia de Lisboa, por exemplo), mas os seus autores não eram geógrafos.

Com a revolução democrática de 1974 termina o império colonial português. O interesse sobre a geografia da colonização desaparece, já que, curiosamente, nunca emergiu entre os geógrafos portugueses uma linha de pesquisa crítica sobre o tema. Excetuando obras cuja preparação se iniciara antes daquela data, a única publicação de relevo publicada nos anos seguintes e pensada a partir do novo contexto político é, mais uma vez, de Orlando Ribeiro e intitula-se significativamente “*A Colonização de Angola e o seu Fracasso*” (Ribeiro, 1981).

Ao contrário dos dois temas fundadores anteriores, que se foram metamorfoseando ao longo dos tempos, o desenvolvimento deste terceiro sofre uma clara interrupção e apenas será retomado com alguma sistematicidade nas primeiras duas décadas do século XXI, com publicações sobre lusofonia e integração internacional (Fernandes, 2018) e legados coloniais (Dias, Lúcio & Coelho, 2015; Dias & Malheiros, 2021) e, de forma teoricamente mais ambiciosa, através de trabalhos explicitamente integrados na perspectiva dos estudos pós-coloniais (Pimenta, Sarmiento & Azevedo, 2007; 2011; Sarmiento, 2011; no prelo; Brito-Henriques, 2014). Dos três temas fundadores, este parece ser o mais vulnerável a possíveis tendências de fragmentação e desagregação no futuro próximo.

---

[8] No Relatório que Orlando Ribeiro elaborou a pedido do governo português no âmbito de uma missão geográfica a Goa (RIBEIRO, 1956, reeditado em 1999), o autor revela uma posição mais complexa: crítica fortemente a administração portuguesa daquela colónia, mas, ao mesmo tempo, identifica a incapacidade de miscigenação verificada neste caso como fator explicativo do facto de Goa ser a colónia “menos portuguesa”.

Aliás, os estudos pós-coloniais são explicitamente integrados pelos seus autores no domínio dos estudos culturais e não da Geografia Política.

## Temas (re)emergentes

Ao contrário dos temas fundadores, os temas emergentes apenas ganharam expressão após a revolução democratizadora de 1974 (geografia eleitoral), a adesão de Portugal à CEE/UE em 1986 (integração europeia), a globalização e ascensão do neoliberalismo nos anos 1990 (dimensão económica, emergência de novos atores e internacionalização dos movimentos migratórios) ou, já neste século, a multiplicação de novos riscos sistémicos globais (segurança).

O Programa dos militares responsáveis pelo golpe de estado de 1974 incluía três objetivos (os designados 3 Ds): Democratizar, Descolonizar, Desenvolver. A realização de eleições livres, diretas e por sufrágio universal constituía, após mais de quatro décadas de ditadura, uma das principais prioridades do primeiro D. É neste contexto que emerge o interesse pelo estudo da geografia eleitoral, tanto mais relevante quanto a repartição espacial quer do voto nos diferentes partidos políticos quer da abstenção evidencia padrões associados a diferenciações regionais há muito identificadas e estudadas pelos geógrafos (estrutura da propriedade fundiária, natureza dos processos de industrialização, grau de urbanização, etc.).

Desenvolve-se, assim, o que constitui um dos exemplos mais bem-sucedidos de afirmação de um tema inovador, coerente e com reconhecimento nacional e internacional. Sob a liderança de Jorge Gaspar, da Universidade de Lisboa, e logo a partir da realização das primeiras eleições (1975), serão realizados múltiplos estudos que darão lugar a uma série de publicações desde as obras pioneiras de meados dos anos 1970 (Gaspar & Vitorino, 1976; Arroz *et al.*, 1977) até às coletâneas publicadas cerca de 15 anos mais tarde (Gaspar & André, 1990), que reúne sete textos previamente publicados, dos quais dois em França e outros dois em Itália, e Gaspar, André e Honório (1990), que inclui três textos. A relevância destes estudos para o conhecimento da geografia eleitoral foi decisiva, como irão salientar, cerca de 25 anos mais tarde, autores não geógrafos que se dedicaram a este tema, como Samagaio (2015) e Morais (2016).

Talvez com apenas uma exceção (Malheiros & Boavida, 2003), o interesse pela geografia eleitoral por parte dos geógrafos irá reemergir mais tarde, no contexto do que se tem vindo a designar por geografia do ressentimento (Ferrão, 2019; 2021). Nesta ótica, Madeira, Silva e Malheiros (2021) analisam a emergência da direita nacionalista em Portugal nas eleições legislativas de 2019, enquadrando-a na tendência de expansão dos fenómenos populistas verificada nas últimas décadas na Europa e na correlativa geografia do descontentamento. Assinale-se que, do ponto de vista metodológico, existe uma clara filiação desta pesquisa nos estudos de geografia eleitoral realizados nas décadas de 1970-90. A significativa ascensão que o principal partido português de extrema-direita tem tido desde então sugere que haverá, por certo, interesse no aprofundamento futuro deste tema, com o objetivo de entender padrões geográficos de voto que, por comparação com os resultados eleitorais dos anos 1970-90, parecem estar mais relacionados com perceções e sentimentos de insegurança, perda e abandono do que com a estrutura social predominante em cada área.

A integração de Portugal no espaço ibérico e europeu no contexto da União Europeia é outro tema emergente. Contudo, e ao contrário do anterior, não tem sido até agora alvo de leituras de conjunto que lhe confirmam uma coerência e uma autonomia significativas na perspectiva dos estudos de Geografia Política. Por exemplo, Sequeira (2013; 2014a), um geógrafo com cursos de especialização em estudos militares, desenvolve uma visão geopolítica sobre os transportes no espaço ibérico e as suas consequências para Portugal. Ferrão (2004) descreve a emergência de estratégias transnacionais de ordenamento do território na União Europeia como forma de governança territorial baseada em procedimentos de *soft power*. Lúcio e Marques (2017; 2018; 2020) identificam cenários possíveis para a União Europeia, incluindo, na publicação mais recente, a situação pós-Brexit. Madeira e Vale (2015) analisam o impacto da globalização neoliberal nas dinâmicas socioeconómicas das regiões da UE, estabelecendo uma relação entre diferentes variedades do capitalismo e desempenho regional desigual, e defendem a necessidade de desenvolver políticas de coesão da União Europeia assentes no conceito de justiça territorial. Finalmente, Madeira (2020) salienta os riscos de dependência externa da União Europeia, que a pandemia COVID-19 veio tornar evidentes no que se refere ao

aprovisionamento de equipamento de proteção pessoal, relacionando essa situação com tendências possíveis de desglobalização associadas à emergência de nacionalismos económicos.

Esta apresentação sucinta revela como a integração de Portugal no espaço ibérico e europeu, no contexto em que tem decorrido, é cada vez mais vista como indissociável da evolução dos processos de globalização, sobretudo económica. Num futuro próximo é expectável que os geógrafos portugueses venham a evidenciar um maior interesse por este tema, nomeadamente em torno de questões relacionadas com coordenação, regulação e governança, por um lado, e com nacionalismos, identidades e cidadania, por outro, a partir de uma visão que olhe para o país como parte integrante do espaço (e do projeto) europeu e dos processos de globalização e suas implicações.

A fronteira entre os temas da integração de Portugal no espaço europeu e da globalização é, pois, cada vez mais ténue. Por outro lado, os processos de globalização têm sido analisados a partir de objetos de estudo distintos. De um ponto de vista mais económico, Madeira (2011) e Madeira e Vale (2020) ressaltam as consequências geopolíticas da globalização neoliberal a partir de duas dimensões: a reconfiguração da geografia económica à escala mundial (expansão dos blocos regionais supranacionais e ressurgência da importância das regiões subnacionais e das grandes áreas metropolitanas como 'atores globais') e a relação entre globalização neoliberal, desenvolvimento territorial desigual e reforço das desigualdades territoriais.

A mobilidade internacional tem igualmente suscitado o interesse dos geógrafos portugueses, sobretudo a partir dos anos 1990, quando Portugal se transformou de um país historicamente de emigração num país de imigração. Os fluxos migratórios e a sua relação com redes internacionais, mecanismos de controlo e regulação nacionais e europeus, e questões de integração no mercado de trabalho e de cidadania, têm sido extensivamente analisados (Malheiros & Baganha, 2000; Fonseca, Caldeira & Esteves, 2002; Esteves, Fonseca & Malheiros, 2003; Malheiros, 2005; 2012), trazendo as questões migratórias para o campo da geografia política dado o papel crescente dos estados e das organizações supranacionais (União Europeia) e internacionais (instituições reguladoras) neste âmbito.

A questão da globalização tem sido igualmente analisada a partir de outras perspetivas, como o ilustram os trabalhos de Fernan-

des, Franca e Martins (2018), sobre o papel de atores transnacionais nos processos de radicalização religiosa a partir do recurso a novas tecnologias e redes sociais, e de Oliveira (2020), que, tendo como referência a atual crise pandémica e duas outras pandemias ocorridas em 2003 e 2009/10, analisa as tensões entre lógicas e legitimidades nacionais (China, EUA) e internacionais (Organização Mundial de Saúde) num quadro de relações internacionais em mutação.

Finalmente, o último tema é a segurança em sentido amplo, isto é, envolvendo as dimensões de segurança em sentido restrito (*safety*) e de proteção e estabilidade (*security*). Como nos temas anteriores, não existe um campo de estudos coeso, mas sim interesses individuais ou de pequenos grupos que, tendencialmente, configuram uma opção que poderá ser mais estável e coordenada nos próximos anos.

As publicações analisadas permitem identificar quatro subgrupos, um primeiro de natureza teórica e os restantes com um carácter aplicado, mas abordando escalas distintas. Fernandes desenvolve abordagens conceituais genéricas em torno das relações entre insegurança e desterritorialização das populações (Fernandes, 2008a) e insegurança (ambiental) e migrações (Fernandes, 2008b). À escala continental destacam-se as publicações do mesmo autor (Fernandes, 2019; 2020), sobre a emergência de soluções securitárias na Europa num contexto de aumento, simultâneo e convergente, de tensões (crise dos refugiados, terrorismo), de desconfiança dos cidadãos em relação à eficácia da intervenção dos estados, de privatização da segurança e de imposição de medidas restritivas por parte da União Europeia, e ainda o artigo de Medeiros (2011), sobre os impactos socio-espaciais da privatização da segurança nas cidades africanas. A escala nacional é valorizada em Ferrão (2012) e Boeno e Ferrão (2016), que centram a sua atenção no contributo das políticas de ordenamento do território para estratégias de segurança nacional, e também no texto de Chilão e Lúcio (2016), já anteriormente referido, sobre segurança (*safety* e *security*) em relação à plataforma continental sob jurisdição portuguesa. Finalmente, o quarto subgrupo de publicações incide sobre a escala local (de proximidade, urbana, municipal) e visa estabelecer relações entre criminalidade, sentimentos de insegurança e respostas do Estado central e local através de políticas públicas de segurança e prevenção da criminalidade, mas também de ordenamento do território e urbanismo (Esteves, 1999; Santa-



na & Roque, 2007; Tedim & Barros, 2010; Vaz, Barros & Fernandes, 2011/2012; Silva & Remoaldo, 2014; Silva, 2019; Amante, Saraiva & Marques, 2020; Bastos, 2020).

A relevância deste quarto subgrupo, o que mais se afasta do foco central dos estudos de Geografia Política, mas cuja inclusão neste tema se justifica pela crescente centralidade atribuída à intervenção do Estado, é particularmente curiosa dado que Portugal tem sido classificado, de forma sistemática, pelo *Institute for Economics & Peace* como um dos países mais seguros do mundo. De um modo geral, a crescente atribuição de tarefas civis de segurança e proteção a militares e o reforço da privatização da segurança contribuem para diluir as fronteiras entre domínios de intervenção até então claramente distintos do ponto de vista de responsabilidades e competências, abrindo novos espaços de análise e questionamento por parte dos estudos de Geografia Política.

### Coalescências promissoras e ausências surpreendentes

Os três temas fundadores e os quatro temas (re)emergentes não esgotam a diversidade de estudos e publicações suscetíveis de serem classificados como Geografia Política. As referências apresentadas pecarão, aliás, tanto por excesso como por defeito. Por excesso, porque várias das obras identificadas não serão certamente consideradas pelos respetivos autores como pertencendo ao subdomínio da Geografia Política. Mas também por defeito porque, para além das falhas inevitáveis de qualquer levantamento bibliográfico abrangente e inclusivo, se optou por não referir quer as obras de geografia política dos percursores da geografia moderna portuguesa, como Luís Schwalbach (1888-1956) (a este propósito, ver o trabalho muito completo de Ricardo, 2018), quer os textos sobre o Brasil de geógrafos de referência como Amorim Girão (1895-1960), Alfredo Fernandes Martins (1916-1982) e Orlando Ribeiro (1911-1992) (ver obras identificadas por Cunha & Jacinto, 2012, e Paiva & Oliveira, 2021), quer ainda as publicações de natureza específica e marginais ao percurso científico dos seus autores, como, por exemplo, os artigos de Amaral (1987), sobre a irrupção de estados-insulares após a segunda guerra mundial, ou de Gama (1994), sobre as cidades com estatuto de capital

nacional enquanto lugares de concentração de poder, decisão e dominação, mas também de centralidade simbólica e cultural.

Às referências indicadas poderiam ainda adicionar-se textos que integram frentes de coalescência temática potencialmente promissoras, isto é, que incidem sobre objetos de estudo ou adotam perspectivas com capacidade para estimular diálogos reciprocamente frutuosos entre a Geografia Política e outros campos do conhecimento geográfico (governança democrática, conflitos territoriais e movimentos sociais, direito à cidade e justiça espacial, construção social e política de identidades territoriais, etc.), ou entre a Geografia Política e domínios externos à geografia, como a ecologia política e a economia política. De uma forma mais genérica, a Geografia Política está inevitavelmente associada quer à geografia das políticas, onde a produção dos geógrafos portugueses é abundante, quer à politização da geografia, que continua a confrontar-se com a longa e persistente herança histórica dos princípios de neutralidade da ciência e de descomprometimento do cientista.

Ao mesmo tempo, há temas surpreendentemente ausentes. De entre eles, dois justificam uma menção particular. O primeiro é sobre o papel do Estado social, um debate que ganhou particular centralidade na sociedade e na academia portuguesas durante a crise financeira internacional iniciada em 2008 e sobretudo após a intervenção em Portugal, no ano de 2011, da chamada troika (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia). É certo que existem diversos estudos de geógrafos, em particular sobre habitação, acerca dos impactos da crise financeira e da intervenção da troika em Portugal. Mas a publicação de Carmo, Ferrão e Malheiros (2014) mantém uma indesejável posição singular em termos de abrangência pelo modo como analisa as geografias do estado social a partir de três componentes: reorganização territorial, habitação e urbanismo.

O segundo tema que surpreende pela ausência de publicações refere-se à geopolítica dos recursos naturais. Neste caso, não é fácil encontrar textos para além do pequeno artigo de Gama (2006) sobre a geopolítica da água e do trabalho, de circulação restrita, de Monteiro (2001) sobre os recursos naturais como potencial geopolítico e geoestratégico, tendo como estudos de caso Portugal e Angola. A emergência da investigação de ecologia política em disciplinas próximas da geografia parece, no entanto, indiciar que essa ausência poderá ser superada no futuro próximo.

## Comentário final

A identificação de três temas fundadores e de quatro temas (re) emergentes exposta nas secções anteriores resultou de um exercício pessoal de sistematização realizado *a posteriori*, isto é, desenvolvido a partir de uma análise panorâmica da produção científica existente sobre questões que considerámos serem integráveis no domínio da Geografia Política, e não, como seria de desejar caso este fosse um domínio de estudos consolidado, a partir das reflexões, categorizações e propostas de autores de estudos de Geografia Política. Reflete, pois, uma opção pessoal e não a visão coletiva de uma comunidade epistémica.

O carácter difuso do universo da Geografia Política em Portugal resulta de vários fatores: fragmentação temática, importância excessiva de trajetórias científicas individuais, falta de diálogo e controvérsia, ausência de obras de referência agregadoras, insuficiente robustez teórica, etc. Contrastando com essa situação genérica, a análise efetuada mostrou como foi decisiva, para certos tópicos e em determinados períodos, a existência de 'sombras tutelares' (Orlando Ribeiro e os estudos sobre expansão portuguesa), de grupos de pesquisa coesos (Jorge Gaspar e a geografia eleitoral) ou de enquadramentos teóricos agregadores (estudos pós-coloniais). A análise realizada revelou ainda a importância, no que diz respeito à emergência de novos temas, dos contextos políticos, das solicitações externas à academia e, mais recentemente, dos projetos de pesquisa com financiamento europeu e da integração de redes de investigação internacionais.

A participação sustentada e crítica dos geógrafos portugueses nos grandes debates sociais, políticos e científicos contemporâneos e, ao nível interno, a construção de uma comunidade epistémica, necessariamente heterogénea mas que compartilhe referências básicas e pratique o diálogo e a controvérsia, são os dois pilares fundamentais para a consolidação da Geografia Política como domínio autónomo e reconhecido. Apesar das limitações identificadas, parece haver sinais encorajadores nesse sentido. Talvez o fator imediato mais decisivo, desde que não sofra interrupções, seja a existência de unidades curriculares específicas de Geografia Política nas universidades portuguesas. Elas poderão ser o foco a partir do qual irradiarão, de forma teórica e

metodologicamente consistente, novos temas, novas conceções e novos contributos tendo a Geografia Política no centro. E esta é tanto mais decisiva para decifrar o mundo atual quanto vivemos um período de profunda reconfiguração das várias fronteiras – funcionais, cognitivas, simbólicas e físicas – que moldaram o capitalismo moderno: estado, economia e sociedade; estados-nação e entidades supra e internacionais; (sub)disciplinas e áreas temáticas transdisciplinares; espaços materiais e redes virtuais; local de trabalho e local de residência, etc. Um mundo desafiante, que exige uma ciência brilhante e uma postura instigante.

## Agradecimentos

Agradeço os comentários que André Carmo, Jorge Macaísta Malheiros e Paulo Miguel Madeira fizeram à versão inicial deste texto. Qualquer lapso ou incorreção é, no entanto, da minha exclusiva responsabilidade.

## Referências Bibliográficas

ALCOFORADO, M. J.; ALEGRIA, M. F.; QUEIRÓS, M.; GARCIA, R. A.; MORGADO, P.; e VIEIRA, R. Finisterra. Biografia de uma revista de geografia (1966-2015). **Finisterra**, 50(100), p. 9-33, 2015.

AMANTE, A.; SARAIVA, M. M.; MARQUES, T. S. A segurança urbana na geografia de proximidade em Portugal”. In **XII Congresso da Geografia Portuguesa: Geografias de Transição para a Sustentabilidade: Livro de Atas**. Guimarães: Universidade do Minho, 2020.

AMARAL, I. A irrupção de estados-insulares após a segunda guerra mundial: um facto novo de geografia política. **Finisterra**, XXII, 44, p. 297-359, 1987.

ARROZ, M. E., FERRÃO, J., ALMEIDA, V.F., SANTOS, J.A., RESENDE, A.I., ABREU, D., MARIN, A., CABELEIRA, E., CORREIA, F., FERREIRA, J.L., CATITA, A.C. **As eleições Legislativas. Algumas Perspectivas Regionais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

BASTO, A. M. **A fronteira hispano-portuguesa: ensaio de geografia**

**política. Separata de O Instituto.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923.

BASTOS, C. F. F. **A Geografia da (in) segurança. Perceção de Insegurança e a sua Relação com as Características dos Espaços na Cidade do Porto.** Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020.

BOENO, R. K. S.; FERRÃO, J. Alterações Climáticas e Ordenamento do Território em Estratégias de Segurança. **Análise Social**, 221, LI (4.º), p. 802-821, 2016.

BRITO-HENRIQUES, E. Visual tourism and post-colonialism: imaginative geographies of Africa in a Portuguese travel magazine. **Journal of Tourism and Cultural Change**, 12.4, p. 320-334, 2014.

CARMO, A.; FERRÃO, J.; MALHEIROS, J. Geografias do Estado Social: Reorganização Territorial, Habitação e Urbanismo. In: CARMO, R. M.; BARATA, A. (Org.). **Estado Social de Todos para Todos.** Lisboa: Tinta da China, 2014, p. 167-200.

CASTRO, M. **A fronteira Portugal/Espanha, 18 anos depois de Schengen. O caso de Portalegre/Elvas – Valência de Alcântara/Badajoz.** Tese de Doutoramento em Geografia Humana – Estudos urbanos, Lisboa: IGOT, Universidade de Lisboa, 2013.

CARVALHO, A.; LÚCIO, J. M. R. Estratégia nacional para o Mar: O caso do Porto de Sines. In: MARQUES, T. S.; FERNANDES, J. A. R.; TEIXEIRA, J.; ABRANTES, P.; MATOS, F.; SOARES, L. (Eds.). **XI Congresso da Geografia Portuguesa: As Dimensões e a Responsabilidade Social da Geografia: Livro de Atas.** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Associação Portuguesa de Geógrafos, 2017, p. 273-275. <http://cgp2017.weebly.com/>

CAVACO, C. Um olhar sobre a fronteira Portugal-Espanha. In: CAVACO, C. (Org.), **As Regiões de Fronteira: Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu.** Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 1995.

\_\_\_\_\_. Fronteira Portugal-Espanha e individualidade territorial. **Finis-terra**, XXXII, 63, p. 159-166, 1997.

CHILÃO, J.; LÚCIO, J. M. R. Safety and security in the Portuguese extended continental shelf. In: SOARES, C. G.; SANTOS, T. A. (Org.), **Proceedings of the 3rd International Conference on Maritime Technology and Engineering: Maritime Technology and Engineering III**. Boca Raton, Florida: CRC Press, 2016, p. 815–821.

\_\_\_\_\_. R. Método Delphi como ferramenta de avaliação geopolítica e geoeconómica: o caso da Plataforma Continental Portuguesa. In: MARQUES, T. S.; FERNANDES, J. A. R.; TEIXEIRA, J.; ABRANTES, P.; MATOS, F.; SOARES, (Eds.). **XI Congresso da Geografia Portuguesa: As Dimensões e a Responsabilidade Social da Geografia: Livro de Atas**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Associação Portuguesa de Geógrafos, 2017, p. 303-306.

CLAUDINO, S. Portugal peninsular e os desafios regionais. **Finisterra**, XLI, 81, p. 105-120, 2006.

CUNHA, L.; JACINTO, R. O Brasil na Universidade de Coimbra. Um diálogo de Geografias. In: PAIVA, J.; BERNARDES, J. (Org.) **A Universidade de Coimbra e o Brasil. Percorso Inconobibliográfico**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 61-70.

DIAS, A. G.; MALHEIROS, J. M. The borders of Macau in a geohistorical perspective: political dispute, (non) definition of limits and migratory phenomena in an original border-city. In: RIBAS-MATEOS, N.; DUNN, T. J. (Orgs.), **Handbook on Human Security, Borders and Migration**. Cheltenham and Camberley: Edward Elgar Publishing, 2021, p. 328–344.

DIAS, A.; LÚCIO, J. M. R.; COELHO, T. Corrupção e pobreza em África: Os legados coloniais em perspectiva comparada. **Revista do Serviço Público**, 66(3), p. 395-424, 2015.

ESTEVES, A. **A Criminalidade na Cidade de Lisboa: uma Geografia da Insegurança**. Lisboa: Colibri, 1999.

ESTEVES, A.; FONSECA, M. L.; MALHEIROS, J. In: NIESSEN, J.; SCHIBEL, Y.; MAGONI, R. (Orgs.), **EU and US Approaches to the Management of Immigration: Portugal**. Brussels/Lisbon: Migration Policy Group, 2003.

FERNANDES, J. L. J. Insegurança ambiental e migrações. Contributo

para uma sistematização de conceitos. **Quinto Encuentro Migraciones, Causas y Consecuencias**, Universidad de Málaga: Eumed.Net (Edição em CD-ROM), 2008b.

\_\_\_\_\_. A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo. **I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais**, Póvoa de Varzim: AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural, p. 423-447, 2008a.

\_\_\_\_\_. Portugal between Lusophony, the European Union and the rest of the world. Strategic challenges and multiterritoriality in the 21st century. **Méditerranée. Revue géographique des pays méditerranéens/Journal of Mediterranean geography**, 130, 2018.

\_\_\_\_\_. Territórios de medo e privatização da segurança na Europa. **Debater a Europa**, 20, p. 41-56, 2019.

\_\_\_\_\_. Episódios de uma Europa securitária – Portos marítimos, refugiados e territórios de espera no Mediterrâneo. **Debater a Europa**, 22, p. 37-53, 2020.

FERNANDES, J. L.; FRANCA, M.; MARTINS, R. Geografia do poder, atores transnacionais e comunicação nos processos de radicalização religiosa. **Espaço e Cultura**, 44, p. 149-161, 2018.

FERNANDES, J. R.; FERRÃO, J.; MALHEIROS, J.; CHAMUSCA, P. Geography as a Social Science in Portugal. In: LOIS-GONZÁLEZ, R. C. (Org.), **Geographies of Mediterranean Europe**. Cham: Springer, 2021, p. 15-37.

FERNANDES, J. A. R.; SOUTO GONZÁLEZ, X. M. (Org.) **Atlas Básico do Eixo Atlântico. Euro-Região Galiza e Norte de Portugal. Euro-Rexión Galiza e Norte de Portugal**. Porto: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, 2007.

FERRÃO, J. A Emergência de Estratégias Transnacionais de Ordenamento do Território na União Europeia: Reimaginar o Espaço Europeu para Criar Novas Formas de Governança Territorial?. **Revista Eure**, XXIX, 89, p. 43-61, 2004.

\_\_\_\_\_. Ordenamento do Território e Segurança. In: LOPES, A. F.; TEIXEIRA, N. S.; VIANA, V. R. (Org.), **Contributos para um Con-**

**ceito Estratégico de Defesa Nacional**. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 77-87, 2012.

\_\_\_\_\_. O Território na Constituição da República Portuguesa (1976-2005). Dos preceitos fundadores às políticas de território do futuro. **Sociologia, Problemas e Práticas**, número especial, p. 123-134, 2016.

\_\_\_\_\_. Para uma Geografia com Todos os Lugares: Reflexões a Partir do Caso Europeu. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Org.). **Produção do Espaço. Emancipação Social, o Comum e a 'Verdadeira Democracia'**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2019, p. 55-72.

\_\_\_\_\_. Território e Administração Pública. In: **Conselho Económico e Social, Administração Pública e Interesse Público. Dos Últimos aos Próximos 20 Anos**, Lisboa: Conselho Económico e Social, p. 47-58, 2020.

\_\_\_\_\_. “Apresentação” do número temático Geografia do Ressentimento. **Revista Cadernos Metrópole**, v. 23, n. 51, p. 435-444, 2021.

FERREIRA, M. J. As regiões fronteiriças portuguesas: potencialidades de desenvolvimento no actual contexto de internacionalização. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, 11, p. 337-353, 1998.

FONSECA, L.; CALDEIRA, M. J.; ESTEVES, A. New forms of migration into the European South: challenges for citizenship and governance – the Portuguese case. **International Journal of Population Geography**, 8, p. 135-152, 2002.

GAMA, A. As Capitais no Discurso Geográfico. **Penélope**, 13, p. 9-21, 1994.

\_\_\_\_\_. A água: uma questão geopolítica. In: JACINTO, R.; BENTO, V. (Org.), **O Interior Raiano do Centro de Portugal – Outras Fronteiras Novos Intercâmbios**. Coleção Iberografias, 8, Porto: Cam-po das Letras, p. 43-59, 2006.

GASPAR, J. Regionalização: uma perspectiva sócio-geográfica. **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 100.1, p. 96-112, 1982.

\_\_\_\_\_. Réseau urbain et régionalisation. **Annales de Géographie**, n.º 541, p. 291-307, 1988.



\_\_\_\_\_. Regionalização ou a necessidade de sair do mito para as realidades. **Vértice**, 19 (II série), p. 2-19, 1989.

\_\_\_\_\_. **As Regiões Portuguesas**. Lisboa: Ministério do Planeamento e Administração do Território, 1993.

\_\_\_\_\_. A Europa entre Portugal e o mar? Uma análise crítica da nova 'geografia política' portuguesa. **Lusíada. Política Internacional e Segurança**, 2, p. 57-84, 2013.

GASPAR, J.; ANDRÉ, I. M. Geografia Eleitoral I: colectânea de artigos. **Estudos para o Planeamento Regional e Urbano**, 33, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 1990.

GASPAR, J.; ANDRÉ, I. M.; HONÓRIO, F. Geografia Eleitoral II: coletânea de artigos. **Estudos para o Planeamento Regional e Urbano**, 34, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 1990.

GASPAR, J.; VITORINO, N. **As Eleições do 25 de Abril - Geografia e Imagens dos Partidos**. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

GIRÃO, A. A. Impossibilidade de sustentar pela geografia a separação política entre Portugal e Espanha. **Biblos**, V, p. 304-314, 1929.

\_\_\_\_\_. **Esboço duma Carta Regional de Portugal: com a Indicação das Bases para a Classificação das Sub-regiões Portuguesas**. Coimbra: Coimbra Editora, 1930.

\_\_\_\_\_. **Atlas de Portugal**. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos, 1958.

BARBOSA, M. I. G. C. A. **A Valorização Cultural e Económica das Identidades dos Territórios: o Caso de Estudo do Norte de Portugal**. Tese de doutoramento em Desenvolvimento Regional e Integração Económica, Universidade de Santiago de Compostela, 2021.

JACINTO, R. As regiões portuguesas de fronteira: perspectivas de desenvolvimento e de cooperação transfronteiriça. **Cadernos de Geografia**, XIV, pp. 37-54, 1995.

LANGE, E.; PIRES, I. The role and rise of European cross-border entities. In: MEDEIROS, E. **European Territorial Cooperation**, Cham: Springer, 2018, p. 135-149.

LÚCIO, J.; MARQUES, B. P. Cenários para a União Europeia: confronto entre uma 'Visão Académica' e uma 'Perspetiva Oficial'. **XI Congresso da Geografia Portuguesa: As Dimensões e a Responsabilidade Social da Geografia**. Porto: Associação Portuguesa de Geógrafos e Universidade do Porto, p. 531-533, 2017.

\_\_\_\_\_. Escenarios posibles para la Unión Europea: de una visión académica a una construcción pragmática. **XVI Colóquio Ibérico de Geografia: Península Ibérica no Mundo - Problemas e Desafios para uma Intervenção Ativa da Geografia**. Lisboa: Centros de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, p. 1335-1343, 2018.

\_\_\_\_\_. Cenários para a União Europeia: Que futuro após 31 de Outubro de 2019?. **XII Congresso da Geografia Portuguesa: Geografias de Transição para a Sustentabilidade**. Guimarães: Universidade do Minho, p. 82-87, 2020.

LÚCIO, J. M. R.; CHILÃO, J. **Mar Calmo Nunca fez Bom Marinheiro: uma Projecção do Atlântico Português para o Século XXI**. Lisboa: Chiado Editora, 2016.

MADEIRA, P. M. Consequências geopolíticas da globalização – a caminho de uma nova geografia política?. **VIII Congresso da Geografia Portuguesa - Repensar a Geografia para Novos Desafios: Competências, Investigação, Acção**, Lisboa: IGOT-UL e Associação Portuguesa de Geógrafos (CR-ROM), 2011.

\_\_\_\_\_. Vírus Expõe Falha Sistémica na União Europeia. **Textos para Discussão**, 1:3, Florianópolis: LABCIT/GEDRI, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

MADEIRA, P. M.; SILVA, K.; MALHEIROS, J. M. A geografia da direita nacionalista em Portugal: contornos de um processo emergente. **Cadernos MetrÓpole**, 23, p. 469-498, 2021.

MADEIRA, P. M.; VALE, M. Desigualdade e espaço no capitalismo contemporâneo: uma questão de (in) justiça territorial?. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, 19.2, p. 196-211, 2015.

\_\_\_\_\_. Globalização e desenvolvimento desigual: perspectivas teóricas e alguns riscos políticos. In: ROSSINI, R. E.; MACHADO, M. R. I.; SAMPAIO, M. A. P. (Orgs.). **Terra e Trabalho: Territorialidades e**

**Desigualdades**, volume II. São Paulo: FFLCH/USP, p. 15-40, 2020.

MALHEIROS, J. M. Jogos de relações internacionais: repensar a posição de Portugal no arquipélago migratório global?. In: BARRETO, A. (org.), **Globalização e Migrações**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 251-272.

\_\_\_\_\_. Framing the Iberian model of labour migration: employment exploitation, de facto regulation and formal compensation. In: OKÓLSKI, M. (Org.), **European Immigrants: Trends, Structures and Policy Implications**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012, p. 159-177.

\_\_\_\_\_. Território, poder e dinâmica espacial: diferenças e complementaridades entre Geografia Política e Geopolítica. **Textos e Debates**, 27:2, p. 305-320, 2015.

MALHEIROS, J. M.; BAGANHA, M. I. Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do século XXI. **Janus 2001 — Anuário de Relações Exteriores**. Lisboa: Público e Universidade Autónoma de Lisboa, p. 190-191, 2000.

MALHEIROS, J. M.; BOAVIDA, M. J. C. El voto, arma del pueblo: la participación política de los emigrantes portugueses. In: CHELIUS, L. C. (Org.), **Votar en la Distancia. La Extensión de los Derechos Políticos a Migrantes, Experiencias Comparadas**. México, D.F.: Instituto Dr. José María Luis Mora, 2003, p. 457-488.

MARQUES, R. J. O dinamismo do sistema urbano e o desenvolvimento local. In: SOUTO, X. M. (Org.), **Segundos Estudos Estratégicos do Eixo Atlântico - Livro I. Sistema Urbano e Desenvolvimento Sustentável**, 2005, p. 39-108.

MEDEIROS, E. Old vs recent cross-border cooperation: Portugal–Spain and Norway–Sweden. **Area**, 42.4, p. 434-443, 2010.

\_\_\_\_\_. Cross-border transports and cross-border mobility in EU border regions. **Case Studies on Transport Policy**, 7.1, p. 1-12, 2019.

\_\_\_\_\_. Delimiting cross-border areas for policy implementation: a multi-factor proposal. **European Planning Studies**, 28.1, p. 125-145, 2020.

MEDEIROS, E.; GUILLERMO RAMÍREZ, M.; DELLAGIACOMA, C.; BRUSTIA, G. Will reducing border barriers via the EU's b-solutions lead towards greater European territorial integration?. **Regional Studies**, p. 1-14, 2021.

MEDEIROS, E.; GUILLERMO RAMÍREZ, M.; OCSKAY, G.; PEYRONY, J. Covidfencing effects on cross-border deterritorialism: the case of Europe. **European Planning Studies**, 29:5, p. 1-21, 2020.

MEDEIROS, I. Impactos socio-espaciais da privatização da segurança nas cidades africanas. **Finisterra**, XLVI, 92, p. 67-76, 2011.

MONTEIRO, A. **Os Recursos Naturais como Potencial Geopolítico e Geoestratégico - Estudo de Caso para Portugal e República Popular de Angola**. Lisboa, Instituto de Defesa Nacional. Trabalho desenvolvido no âmbito do Curso de Defesa Nacional, 35 p, 2001.

MORAIS, D. S. P. **Geografia Eleitoral Portuguesa: Análise das Determinantes do Sentido de Voto em Eleições Legislativas entre 1980 e 2015**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2016.

OLIVEIRA, F. R. Pandemias esporádicas e Estados perenes: geopolítica e cooperação multilateral em contexto de Covid-19. **Finisterra**, LV, 115, p. 205-210, 2020.

PAIVA, D.; OLIVEIRA, F. R. Luso-Brazilian geographies? The making of epistemic communities in semi-peripheral academic human geography. **Progress in Human Geography**, 45.3, p. 489-512, 2021.

PEREIRA, M. Governança territorial multinível: fratura (s) entre teoria e prática (s). **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, 4.2, p. 4-20, 2014.

\_\_\_\_\_. 40 anos de reconfigurações territoriais n(d)o Portugal democrático (1974-2014). **GeoINova**, 13, p. 9-35, 2016.

PEREIRA, M.; TEIXEIRA, J. A.; GIL, D. Governança multinível e reorganização administrativa do Estado em Portugal: afirmação da escala intermunicipal. **Atas II Congresso Internacional SETED - ANTE Seminário “Estado, Território e Desenvolvimento”**, Santiago de Compostela, 2015, p. 299-316.

PEREIRA, M.; TEIXEIRA, J. A.; HENRIQUES, C.; DOMINGUES, A. Reorganização Territorial das Freguesias. **Proceedings of the 25th APDR Congress**, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR), 2018, p. 122-129.

PIMENTA, J. R.; SARMENTO, J. C. V.; AZEVEDO, A. F. Lusotropicalism: Tropical geography under dictatorship, 1926–1974. **Singapore Journal of Tropical Geography**, 32.2, p. 220-235, 2011

PIMENTA, J. R.; SARMENTO, J. C. V.; AZEVEDO, A. F. As geografias culturais pós-coloniais. In: PIMENTA, J. R.; SARMENTO, J.; AZEVEDO, A. F (Orgs). **Geografias Pós-coloniais. Ensaios de Geografia Cultural**. Porto: Figueirinhas, 2007, p. 11-30.

PIRES, I. The Portuguese - Spanish Border... Back Again?!. **Borders in Globalization Review**, 2.1, p. 82-85, 2020.

PIRES, I.; NUNES, F. Labour mobility in the Euroregion Galicia–Norte de Portugal: constraints faced by cross-border commuters. **European Planning Studies**, 26.2, p. 376-395, 2018.

RIBEIRO, O. **Goa em 1956: Relatório ao Governo**. Lisboa: CN-CDP, 1999.

RIBEIRO, O. A Geografia e a Divisão Regional do País. In: **Problemas da Administração Local (separata)**. Lisboa: Centro de Estudos Político-Sociais, p. 239-251, 1957.

\_\_\_\_\_. **Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962.

\_\_\_\_\_. **A Colonização de Angola e o seu Fracasso**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Formação de Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1987.

RICARDO, B. M. M. **Luís Schwalbach (1888-1956): contributos para a História da Geografia Portuguesa**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2018.

SAMAGAIO, A. C. M. T. C. **Geografia Eleitoral: Análise Espacial de Vinte Anos de Resultados Eleitorais**. Tese de Doutoramento em

Gestão de Informação – Sistemas de Informação Geográfica, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, 2015.

SANTANA, P.; ROQUE, N. A (in)segurança na Amadora. In: SANTANA, P. (Org.) **A Cidade e a Saúde**. Coimbra: Almedina, 2007, p.182-195.

SANTOS, J. A. **Regionalização: Processo Histórico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

SARMENTO, J. (no prelo). Space and violence. Critical geographical imagination in face of Syria's reconstruction. In: OLIVEIRA, M. M.; SILVA, C. (Orgs.), **Workshop Building Syria from Within**. Guimarães: Centro de Estudos da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho.

SARMENTO, J. **Fortifications, Post-Colonialism and Power: Ruins and Imperial Legacies**. Farnham: Ashgate Publishing Ltd, 2011.

SEQUEIRA, J. M. D. **Geopolítica – Transportes no Espaço Ibérico**. Lisboa: Letras Itinerantes, 2014a.

\_\_\_\_\_. Geopolítica do Atlântico Sul. In: DIAS, C. M. (Org.), **Geopolítica e o Mar**. Lisboa: Edições MGI, 2014b, p. 93-132.

\_\_\_\_\_. **A Individualidade de Portugal e as Comunicações de Transporte no Espaço Ibérico: Uma Abordagem Geopolítica**. Tese de Doutoramento, IGOT, Universidade de Lisboa, 2013.

SILVA, C. N. Geografia Política e Geografia da administração pública na obra de Amorim Girão. **Biblos (Coimbra)**, LXVI, p. 49-63, 1990.

\_\_\_\_\_. Política e gestão municipal em Lisboa, no século XX: situação e perspectivas da investigação. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, 13, p. 163-174, 1994.

\_\_\_\_\_. Autarquias locais e gestão do território. Que diferença faz o partido político?. **Finisterra**, XXX, 59/60, p. 99-120, 1995.

\_\_\_\_\_. A «região» em Portugal: do reforço da descentralização à fragmentação do estado. **Treballs de la Societat Catalana de Geografia**, p. 231-250, 2000b.

\_\_\_\_\_. Local government growth and retrenchment in Portugal: Politicization, neoliberalism and new forms of governance. In: HOGGART, K.; CLARK, T. N. (Orgs.) **Citizen Responsive Government (Research in Urban Policy, Vol. 8)**, Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2000a, p. 223-241.

\_\_\_\_\_. Local and regional government: continuity and innovation in local governance. In: SYRETT, S. (Org). **Contemporary Portugal. Dimensions of Economic and Political Change**. Aldershot: Ashgate, 2002, p. 197-220.

\_\_\_\_\_. Political and administrative decentralization in Portugal: Four decades of democratic local government. In: SILVA, C. N.; BUCEK, J. (Org.). **Local government and Urban Governance in Europe**. Cham: Springer, 2017, p. 9-32.

\_\_\_\_\_. Citizen participation in spatial planning in Portugal 1920-2020. Non-participation, tokenism and citizen power in local governance. In: SILVA, C. N. **Contemporary Trends in Local Governance**. Cham: Springer, 2020, p. 241-276.

SILVA, S. C. G. S. **Geografia da (in)segurança nos Municípios do Quadrilátero Urbano-Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão**. Tese de Doutoramento em Geografia, especialização em Geografia Humana, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2019.

SILVA, S.; REMOALDO, P. A Geografia da (in) segurança num município português de média dimensão. In: **The Overarching Issues of the European Space: the Territorial Diversity of Opportunities in a Scenario of Crisis**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, p. 157-178.

TEDIM, F.; BARROS, I. A Geografia do Crime na Grande Área Metropolitana do Porto: alguns apontamentos. In: **Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

TELES, P. F. F. C. **Portugal Peninsular na Evolução do Pensamento Geográfico Português (1904-1939)**. Tese de Doutoramento em Geografia, Especialidade de Geografia Humana, Universidade do Minho, 2012.

TELES, P. F. F. C. **A Geopolítica na História e no Ensino da Geo-**

**grafia Portuguesa: 1910-1960.** Dissertação de Mestrado em Geografia - Dinâmicas Espaciais e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000.

VAZ, A. M. C.; BARROS, C. F.; FERNANDES, J. L. J. A percepção da insegurança na cidade de Coimbra. **Cadernos de Geografia**, 30-31, p. 181-192, 2011/2012.





# POLÍTICA É POTÊNCIA E MOVIMENTO: POR UMA GEOGRAFIA POLÍTICA ALÉM DO BEM E DO MAL

Apresentação da mesa de língua espanhola

*Augusto César Pinheiro da Silva*

Segundo Deleuze e Guattari (1998), antes de *ser* está a política. Nesse sentido, os dois artigos aqui apresentados (expostos no 1º Ciclo Virtual do CONGEO em 2020) refletem a capacidade analítica que os espaços “do fazer da política institucional” possibilitam neste momento *sui generis* da humanidade. O encontro virtual, já apresentado nesta publicação, procurou agregar discursos reflexivos sobre a dimensão das políticas territoriais em curso em dois países latino-americanos – México e Venezuela – impactados por ações institucionais e instituintes do poder, que reestruturam, por meio da política, o *ser* individual e coletivo nos seus respectivos territórios. Sob a égide de modelos de representação que sofrem ataques, críticas e justificativas em um mundo “exacerbado pelas ideias de modernidade”, os geógrafos latino-americanos, com suas expertises, reclamam por reflexões mais interativas e proativas da geografia em relação às questões trazidas pelos problemas cotidianos mediados pela política.

Os geógrafos Cutberto Hernandez-Legorreta (México) e Mario Valero Martínéz (Venezuela) apresentam como as dimensões estatais da política marcam as feições sociais e comunitárias em seus países, onde as estratégias do “fazer a política” pelos anteparos institucionais reordenam as células sociais e a cidadania. Essas, abarcadas por intencionalidades contraditórias referendadas pela naturalização de questões estruturais típicas desse espaço regional (América Latina), apelam, muitas vezes, para respostas não políticas e em diferentes escalas nas suas práticas comunitárias cotidianas. As dimensões do capitalismo, do Estado, da democracia, da representação e do sistema eleitoral “como problemas” aparecem nos artigos e reforçam a condição ontológica da política como aquela que pode “superar todos os problemas” para a construção

de uma “nova realidade”. Eles, todavia, ao embaçarem o campo das disputas, geram outras novas dificuldades que dinamizarão a vida no campo histórico-social, fazendo com que ideias e concepções sobre como deve ser a realidade mudem constantemente. A permanente preocupação de superação dos problemas pela política, na verdade, superestima a vontade das maiorias e não a qualifica pelo fato de que as singularidades das minorias quase sempre são subestimadas pelo sentido hegemônico da “verdade através dos números”, que precisa ser aceita “doa a quem doer”.

Nesse contexto reflexivo, o geógrafo mexicano aborda no seu artigo a reengenharia da política de representação no país latino-americano à luz do projeto de modernização institucional e socioespacial do Estado nacional “pós-revolucionário”. Trazendo ao conhecimento dos leitores as ideologias que transformaram a base organizacional do Estado administrador mexicano a partir do advento da globalização e das políticas neoliberais, ele apresenta, de forma contundente, os novos atores e grupos de pressão que passaram a compor a rede de interconexão dos poderes instituídos com outras forças; dentre elas, as do capital corporativo internacional, que alavancou, entre 1990 e 2018, a conexão do México à economia-mundo submetendo-o às dinâmicas do mercado global. Nesse ínterim, emergiram “novas elites” que, contraditoriamente, passaram a representar “o atraso na esfera comunitária” devido ao abandono das políticas sociais. O autor reforça como a geografia política mexicana foi, de alguma forma, conivente com tal redirecionamento do Estado, pois teria se negado a trabalhar com a política das novas relações institucionais. Tal reordenação da política mexicana possibilitou que as vias da democracia trouxessem instituições e grupos não democráticos ao seio da esfera civil em um movimento contraditório do devir da democracia idealizada e das ações das representações para o desmonte do sistema de proteção. Com o lema “modificar para que tudo fique igual”, o autor anuncia as artimanhas político-partidárias para a desordem do modelo social mexicano em prol de um consenso sobre políticas sociais que escamotearam intencionalidades de negação da diferença, da pluralidade e da desigualdade no contexto nacional.

Para o geógrafo mexicano, as políticas neoliberais em curso, notadamente entre 2000 e 2018, impulsionaram a pobreza no México, consumando o projeto neoliberal sob a batuta de elites midiáticas e empresariais interconectadas à economia global. A falta de sensibilidade sobre os

temas sociais estruturais e de transparência nas ações públicas, e a explosão da violência nas periferias regionais do país devido à manutenção da pobreza impulsionaram uma “nova esquerda” nas eleições de 2018, marcando o início da decadência do ciclo neoliberal no país. Com essas forças políticas, houve o retorno de políticas sociais amplas que podem reverter as condições históricas de manutenção das desigualdades socioespaciais pela retomada do papel do Estado em lidar com projetos sociais historicamente anunciados pelas forças progressistas. O sentimento, desde 2018, é o de desenvolvimento de uma economia social de caráter cooperativo e solidário com a mudança dos grupos de controle da esfera estatal.

Já o geógrafo venezuelano, sob a perspectiva do caos distópico e alarmante da realidade do seu país, resgata o papel do espaço político da Venezuela como uma possibilidade fundamental para o desenvolvimento de uma convivência cidadã em uma sociedade em crise humanitária. Após um estudo da arte sobre as temáticas da geografia política em múltiplos contextos e sob perspectivas teóricas diferenciadas, o autor apresenta, de forma muito bem elaborada, a relação do espaço geográfico com o espaço político, por meio da qual as tensões socioespaciais e territoriais se apresentam na forma dos embates entre atores sociais diversos. Eles representam – ou querem representar – a perspectiva da “verdade” de parte da população e, nesse sentido, o enfrentamento de ideias vem gerando debates acalorados sobre a natureza das ações políticas em curso, buscando um mínimo consenso para o estabelecimento da ordem social em tempos sombrios. Todavia, para o geógrafo, o caso da Venezuela é atípico no contexto da transmutação da política, pois o embate em busca do consenso democrático “do fazer política territorial” não consegue sair do estágio de enfrentamento de ideias, tomando perspectivas “não políticas” de violência institucional. A agudização dos problemas humanitários reduziu o espaço da política a um campo de combate permanente, em que a garantia de convivência comunitária se esvai rapidamente devido às permanentes tensões entre sociedade, democracia, governo e governabilidade. Essas dimensões não se autossustentam ou se complementam mais, devido ao esgarçamento e à incapacidade de o debate acatar “ordens sociais consensuais pelas partes fragmentadas e dissonantes do espectro social venezuelano”. A fragilidade institucional esgarça as relações societárias e o embate de ideias retira da arena da política a possibilidade do fa-

zer coletivo voltado para um pretense “bem comum”. Para o autor, o controle e o abuso do uso do espaço político da Venezuela normalizam práticas ditatoriais e seus discursos instituídos de “nós e eles” e de “os bons e os maus”, retirando da cena política o sentido cooperativo em uma imensa restrição do espaço da democracia.

Os mecanismos para o domínio político-espacial na Venezuela refletem um modelo estatizante e confiscador da economia nacional, o que torna os cidadãos ludibriados por ações não democráticas e inconstitucionais, deslegitimados dos seus poderes, frente a uma ordem central autoritária e apoiada pelo Poder Judiciário. A distopia venezuelana se refere a um sistema híbrido entre uma legitimidade consensuada pelo voto e ações deletérias de um poder estatal autoritário e balizado pelas tradicionais relações do populismo instrumental que caracteriza a América Latina. Para finalizar o artigo, o geógrafo venezuelano sinaliza que os estudos de fronteiras – articulando a geografia política com a geopolítica – podem vislumbrar muitos temas de reflexão sobre as dinâmicas não democráticas e as crises humanitárias vivenciadas hoje pela Venezuela. Faz isso chamando a atenção a essa perspectiva, que pode ser extremamente útil não apenas para denunciar pseudodemocracias, mas também estratégias de circulação coordenadas pelos gestores desses espaços sobre grupos demográficos vulneráveis – que tiveram casas e bens confiscados e foram expulsos tanto de suas casas como de seu próprio país. A situação se torna insustentável devido aos fluxos fronteiriços nesse período de pandemia da COVID-19. Nesse sentido, o espaço geográfico como espaço político se torna muito mais um espaço da denúncia de práticas não políticas do que o dos embates da política sobre a qual a geografia deveria se debruçar.

Os dois artigos são interessantíssimos, pois refletem as dimensões da política e sua geografia em espaços nacionais emblemáticos da América Latina. Refletem as questões singulares de sociedades em franco processo de transformação pela ação da institucionalidade de seus agentes e atores a partir de aparatos institucionais com dinâmicas próprias. Portanto, a geografia política deve ser um mecanismo possível para a construção de (des)ordens socioespaciais singulares e ontológicas, assim como concebe Deleuze (1997), para quem a política é, por si só, um “empirismo transcendental” e com ela pode-se marcar o espaço em múltiplas escalas.

## Referências Bibliográficas

DELEUZE, G. *Crítica e clínica*. Tradução brasileira de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed.34, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Diferença e repetição*. São Paulo: Graal, 1998.



# A RECONFIGURAÇÃO DA GEOGRAFIA POLÍTICA MEXICANA NO ALVORECER DO SÉCULO XXI

*Cutberto Hernandez-Legorreta*

A política, como objeto de estudo da Geografia Política no campo acadêmico, encontra-se em certo “abandono”, já que se tem privilegiado o campo econômico. Embora seja verdade que se mantém, de certa forma, uma visão territorial, o que permite uma certa coerência teórica, isso não tem sido suficiente para centrar seu estudo na análise da política, do Estado e, nele, no estudo do poder em suas diferentes escalas, regionais e locais. Implicitamente, tem se orientado para um recorte naturalista do político, como algo dado em si mesmo.

Uma possível explicação para isso se encontra em seus antecedentes: da origem desta ciência como disciplina institucionalizada nos países centrais durante o colonialismo e sua projeção nos periféricos dependentes com graves problemas na construção da ideia de Estado, cujas contradições derivavam das elites que mantiveram o controle do poder durante o seu período de formação, fato demonstrável nos Estados que surgiram na América Latina.

Assim, a Geografia Política se tornou um campo estagnado, distante da análise dos problemas políticos e, apesar do fato de a Geografia Política mexicana ter alguns produtos bastante isolados, não é suficiente para se falar de uma escola da geografia neste campo, menos ainda de uma corrente. Atualmente, tampouco há debates que poderiam proporcionar a possibilidade de uma discussão incipiente. México e Peru foram os países que tiveram as duas maiores durações de processos de independência – quase onze anos – em relação ao centro de poder econômico (a Coroa Espanhola) (Anna, 1991; Bushnell, 1991). Talvez isso explique as dificuldades que o México enfrentou em consolidar um projeto de nação própria.

Com altos e baixos no processo histórico de criação do Estado mexicano, somente cem anos depois se poderia imaginar a forma-



ção do Estado moderno. Em grande medida isso explicaria que, diante da necessidade de reafirmar a institucionalidade do seu Estado, foi criado no México desde sua consolidação em 1938, um sistema com grande controle político de um único partido (Camacho, 2013) e um marcante corporativismo e centralismo, apesar do regime ser definido como federativo. Além da existência de um poder formal e real, de uma constituição política reconhecida por sua decadência social e, simultaneamente, de grande corrupção no judiciário – porém, não somente nesse Poder, já que os mesmos indícios de corrupção têm sido registrados em diferentes grupos políticos e elites econômicas.

Ora, do ponto de vista teórico, a geografia política assume essencialmente o tema do poder como eixo principal de motivação da ação social coletiva, ao mesmo tempo que recupera o seu alcance na transformação espacial do conceito (Sánchez, 1992), a partir do qual se propõe uma ampliação da visão espacial das relações de poder para superar aquela impregnada de localismo. É justamente o que esse texto se propõe: apoiado em temas que serão abordados a partir de uma explicação ampla, sacrificando nesta ocasião o nível de profundidade.

O mesmo Joan-Eugeni Sánchez (1992) nos mostra a crescente correlação e interesse da geografia política com a organização política da sociedade e do espaço geográfico. Sánchez destaca que se baseia no conjunto de normas e valores socialmente construídos, enquanto o espaço geográfico, neste caso o México, dada a sua heterogeneidade, revela certos padrões traçados pelos vários modelos sociais básicos ao longo de sua evolução histórica, como apresentarei mais a frente. Parte-se também da importância das substâncias das relações de poder contidas nas relações sociais, nas quais se percebe certo grau de dominância-dependência, revelando ao mesmo tempo, como no caso mexicano, uma clara assimetria entre os vários grupos.

Por outro lado, as relações de poder expressas como relações sociais entre indivíduos que assumem uma forma espaço-territorial permitem refletir de certa forma a coerência existente entre o espaço e as relações de poder (García & Rofman, 2013), posicionando a política como uma das principais instâncias pelas quais se especifica a gestão do poder nas sociedades democráticas. Por outro lado, fornece a base conceitual que apresenta as diferentes escalas de tais relações de poder em meio à heterogeneidade de um espaço geográfico como

o mexicano, que possui recursos, dimensões geográficas e meios de produção, além de sua posição na globalidade.

## Da modernização interrompida ao Estado administrador

Na perspectiva da geografia política como disciplina é evidente que a esfera política exige ser analisada para o conhecimento dos espaços sociais, o que permite estudar a questão do poder como mecanismo motivador da ação social coletiva, dissipando dúvidas sobre o alcance do conceito nas transformações espaciais na geografia política do México. Isso permite um melhor entendimento de aspectos como os efeitos do controle de um único partido político; a centralização de um poder «federal»; a política informal, mas real, do sistema político mexicano; as leis não escritas; os conflitos armados dos anos setenta e os do final do século; o corporativismo do Estado mexicano; as potências regionais; bem como as mudanças geradas a partir de 2000, com o fim do partido único, a indefinição do Estado em seu papel de Governo para dar lugar ao de Administrador, e o infeliz Estado falido à sombra do crime organizado (Monsiváis, 2009). Esta nova etapa da política no México não foi analisada à luz da disciplina da geografia política.

A velha prática de repetir os limites fronteiriços da guerra do México contra os Estados Unidos e a perda da metade do território nacional continua na observação dos conflitos internacionais como objeto de estudo da geografia e na busca para atualizar a “geografia política” dos nossos atlas. Embora seja verdade, não devemos ignorar esse conhecimento, mas também não devemos permanecer ancorados no passado. Pouca ou nenhuma análise é feita sobre os impactos transformadores das migrações decorrentes da “dessocialização” (Touraine, 1997) das políticas suplantadas pelo mercado no quadro do sistema neoliberal.

É necessário refletir sobre a dinâmica da arena política em que um governo neoliberal está no poder, o impacto de suas decisões para facilitar a incursão do capital transnacional na economia mexicana, os efeitos causados pelo aumento das taxas de pobreza e marginalização, a criação de empresas milionárias sob a proteção de um governo patrimonialista muito longe do exercício do Estado de direito e as influências no desenvolvimento científico e

técnico que foram lideradas por poderosas empresas transnacionais e recursos públicos. Em meio a tudo isso, tem-se mantido o enfoque na geografia política que busca estar preparada para quando o inimigo ianque decidir invadir o território nacional.

Em termos reais, o espaço “mexicano”, desde o final dos anos oitenta do século passado, vem sendo construído para o desenvolvimento do capitalismo multinacional com sofisticados mecanismos que têm procurado incorporar, entre outras coisas, a “modernização” educacional, que se resume à privatização deste serviço sem o mínimo controle de qualidade, incluindo a reforma educacional de 2013, precarizando a educação pública (Silva & Gutiérrez 2020). Junte-se a isso, campanhas agressivas nos meios de comunicação posicionando o México como um país de Primeiro Mundo a partir de 1º de janeiro de 1994<sup>[9]</sup>, bem como mudanças substantivas nas leis herdadas da Revolução Mexicana (Bacaria, 2015) e acordos comerciais com francas desvantagens para o interesse público, dando as costas a uma política externa que tínhamos conseguido manter com grande dignidade nos fóruns internacionais. A globalização e o neoliberalismo surgiram no México, com todas as transformações sociais implicadas no processo (Osorno & Zenteno, 2017).

O México passou do liberalismo do século XIX para um modelo keynesiano do pós-guerra, depois para o neoliberalismo nos últimos vinte anos do século 20 e parte do 21, com a complacência de uma geografia política tradicional no México que não analisa os problemas políticos. Portanto, pode-se dizer que durante o século XX e o que tem ocorrido também no XXI, a geografia política mexicana não analisou os problemas políticos.

Portanto, vale a pena explorar os campos da política que foram impactados e mostrar elementos interessantes que devem fazer parte da agenda no âmbito da geografia política no México, como movimentos sociais, educação, migrações internacionais, meio ambiente, desigualdade social, políticas públicas, instituições e processos políticos, entre outros.

A primeira década do século XXI é marcada pela chegada ao poder do grupo conservador associado à oligarquia contra-revolucionária, que se beneficiou do longo processo de construção das instituições

---

[9] O autor se refere ao início das operações relacionadas ao bloco NAFTA (North American Free Trade Agreement) – acordo econômico que envolve, além do México, Estados Unidos e Canadá (Nota dos Organizadores).

no interior da democracia, cuja criação se deu em meio ao cada vez mais questionado governo autoritário de partido único do processo pós-revolucionário. Nos primeiros anos do século XXI, geraram-se as reformas democratizantes exigidas pelo modelo neoliberal vigente em todo o mundo e, no México, foram gradativamente aprovadas, o que permitiu superar o autoritarismo que governava o país por grande parte do século anterior através do Partido Revolucionário Institucional (PRI).

No entanto, isso não significa que as coisas da sociedade mexicana no âmbito da política tenham necessariamente melhorado. Na verdade, a presença do Estado na sociedade diminuiu, ou seja, seu papel de governo formulador de políticas diminuiu, privilegiando o papel de administrador baseado na demanda do mercado internacional de bens e serviços, no qual os serviços financeiros passam a ser o centro da agenda administrativa do Estado mexicano. Esse tipo de crescimento é identificado como o fator mais importante e central do crescimento econômico. Por outro lado, aparentemente a disputa política se realiza no âmbito de um sistema marcado pelo pluralismo, fato que não passará de mera simulação, pois a realidade está longe de ser uma autêntica prática democrática.

Claro, há uma série de novas experiências que incluem eleitorais e grupos ativos de cidadãos na defesa de seus direitos, muitas legítimas, outras, infelizmente, como grupos *ad hoc* em discreta aliança com o partido no poder, cumprindo novas práticas de governança, cujos primeiros resultados revelam transformações nas identidades sociais. Além disso, podemos citar a existência de novos equilíbrios entre os diferentes poderes, aparentemente unindo-se à participação da sociedade civil ao permitir descaradamente o surgimento de um poder econômico sem vergonha e amplamente legitimado em meio a um sistema neoliberal, no qual as elites econômicas em comunhão com as elites políticas no governo se propuseram a direcionar o crescimento econômico com uma nova fórmula estabelecida no mercado como o eixo de organização de toda a atividade econômica, em particular a sua parte financeira e o investimento estrangeiro (Moreno, Monroy-Gómez & Pedraza, 2019). No que se refere à territorialidade, o avanço mais significativo está na recuperação da soberania dos estados em relação ao governo federal. Por outro lado, a opinião pública tem aberto espaços especialmente com o avanço das tecnologias da informação, em particular a partir do uso da internet e das redes sociais, tornando-se um real fator de poder em benefício da democracia.

Portanto, a política no período estudado tornou-se uma dinâmica caracterizada pela competição aberta, plural e efetiva pelo poder, prática típica das democracias mais consolidadas, exigindo a criação de novas regras e instituições mais eficientes (Reyes, 1993). É surpreendente que essas demandas encontrassem justamente em meio a um sistema neoliberal o modo que permitiria atender às necessidades de participação marcadas por uma pluralidade política da sociedade mexicana, tentando gerar, sem sucesso, nos últimos trinta e cinco anos, o quadro de estabilidade como consequência da nova realidade, política e social (Sandoval, 2017; Schmidt, 2012; Proceso, 2012), buscando fortalecer instituições econômicas e políticas eficientes em uma estrutura democrática.

As transformações registradas gradativamente por não serem o resultado de um colapso radical ou institucional dificultam localizar a ruptura com o *status quo* anterior. A aparente continuidade esconde de certa forma a metamorfose sofrida após o desmantelamento hegemônico do Partido Revolucionário Institucional (PRI) com mais de setenta anos no poder. Como consequência, temos o surgimento de um sistema multipartidário insipiente, com novas regras decorrentes das negociações das elites do regime do PRI com diferentes atores políticos, nem todos de forma voluntária (Reyes, 1993).

A ordem constitucional ao longo deste período foi substancialmente modificada (Carrillo, 2010), porém, vale destacar a manutenção institucional operada com regras diferentes, permitindo aos mesmos protagonistas continuar operando as novas regras do jogo. “Democrático” em uma espécie de “gatopartismo”<sup>[10]</sup> *de mudar, para que tudo permaneça igual*, sendo particularmente perceptível quando os grupos políticos assumem as novas regras sem que isso implique assumir seus próprios princípios.

Portanto, a renovação das elites políticas tem implicado que a transformação institucional produza o surgimento de novos atores, particularmente o cidadão, em paralelo com a emergência intensiva de um processo associativo com formas de organizações da sociedade civil (Hernández, 2019) a nível de Organização Não-Governamental. Pressupondo que quanto maior for o número de organizações autônomas menor

---

[10] *Gatopartismo* é uma expressão amplamente utilizada no México para se referir a uma conduta política que realiza obras sociais que são meramente estéticas, isto é, quando os problemas reais seriam maquiados, mas tudo permaneceria igual, especialmente os privilégios econômicos e os status sociais das classes (Nota dos Organizadores).

será o Estado, a construção promovida a partir de seu encolhimento no quadro do sistema neoliberal vigente legitima a prática da nova gestão pública nos meios de governança. Além de grupos voltados para a reivindicação do direito de participação na luta pelo poder, bem como na formulação de políticas públicas governamentais.

As vicissitudes da geografia política mexicana em seu passado recente, com mudanças significativas hoje, têm a ver com a dinâmica de transformação pelo qual tem passado recentemente. Por estes motivos, a metodologia proposta para o estudo baseia-se na análise dos diferentes atores e mecanismos que têm ajudado nas últimas três décadas a superar – pelo menos formalmente falando – o autoritarismo.

Longe de ser um processo de natureza evolutiva e espontânea, a mudança institucional pelo qual passou o México nos últimos 35 anos foi, na verdade, uma espécie de empurra-empurra entre as elites do antigo regime e as elites que emergiram do neoliberalismo, denominado pelas elites intelectuais orgânicas da oposição, que se beneficiaram das mobilizações construídas sobre o esgotamento do autoritarismo do único partido no poder, como pode ser visto na heterogeneidade de seus atores que impactaram na transformação da cultura política mexicana com algumas conotações democráticas (Attili, 2007; Miguez, 1990)

Depois de 1982, dentro do partido no poder (Collado, 2011) com a ascensão do governo De la Madrid, os primeiros vislumbres de reconstrução do poder do Estado podem ser identificados mornamente na política, mas, a base fundamental na transformação do projeto nacional que veio da economia, o processo de “reconversão industrial”, nada mais foi do que a adoção de medidas destinadas a abrir as portas ao modelo neoliberal da economia que logo afetou a esfera política. Tal objetivo implicou o desmantelamento prévio, a que se seguiu a reestruturação dos vínculos das elites econômicas com o Estado, reestruturação que se manifestou também nos setores político e social.

Não foi fácil e muito menos se deu rapidamente a construção de novas instituições para facilitar a transformação dos princípios “revolucionários” que deram forma e ideologia ao partido no poder, que então exigia sua destruição. Porém, o trabalho das elites reformistas foi eficaz (Méndez & Berrueta, 2015) em desmembrar o autoritarismo anterior, embora isso também tenha afetado a autoridade do Estado, deixando-a exposta à violação das instituições do Estado de Direito e

seu conseqüente enfraquecimento. Isso permitiu nas duas primeiras décadas do século XXI a ascensão de um Estado falido (Monsiváis, 2009) que dificulta a possibilidade do surgimento bem-sucedido de uma experiência democrática da política mexicana.

As mudanças nas funções do Estado que passa de governo político a administrador, pretendendo passar de intervenção na economia a simples regulador das recomendações de agências financeiras internacionais (Requena, 2014), mostra como o desenho das novas instituições enfrenta uma série de problemas práticos herdados das negociações enquadradas em arranjos institucionais previamente existentes, bem como conseqüências de falhas das novas agências estatais como resultado das reformas promovidas.

O papel desempenhado pelos institutos políticos foi fundamental para o processo de mudança da lógica *gatopardista*. Deve ser reconhecido o protagonismo das negociações que produziram as modificações do sistema partidário orgânico simulando um sistema democrático inexistente para um sistema aparentemente mais competitivo, com a desincorporação das funções da *Secretaría de Gobernación* (Ministério do Interior) de seu papel como órgão eleitoral através da criação de um instituto autônomo encarregado de organizar o processo eleitoral (INE, 2010).

Sem dúvida, os partidos não foram os únicos atores envolvidos na busca de um novo e melhor contexto que lhes permitisse atuar em um verdadeiro ambiente democrático. As ações tomadas entre organizações empresariais e dirigentes sindicais (Bensusán & Middlebrook, 2012) para modificar o sistema não podem ser subestimadas. No entanto, as características mais significativas do corporativismo que moldaram o Estado autoritário de boa parte do século 20 não foram eliminadas. Questiona-se, na realidade, se o objetivo não era exatamente permanecer com as características que permitissem a manutenção do *status quo* a favor dos interesses das novas elites políticas e econômicas no quadro atual, já que, no melhor dos casos, foram apenas modificadas. Seu fortalecimento no atual sistema partidário assume novas formas que oferecem novas opções de articulação com as novas práticas democráticas no contexto do sistema neoliberal em que as atuais administrações do país apostaram nos últimos 30 anos.

Esse fenômeno pode ser claramente observado por meio das relações entre as lideranças dos grupos sindicais e a composição do Po-

der Legislativo, por meio do qual o processo de decisões políticas governamentais adquiriu certa preponderância. Embora não seja totalmente claro como agir atualmente nos processos de articulação e agregação dos interesses que representa (Bensusán & Middlebrook, 2012; Bensusán & Middlebrook, 2013), é particularmente interessante decifrar o processo e a articulação que se seguem. Sem dúvida, significa uma interessante veia de estudo, que mostra as características do corporativismo que têm possibilitado não só a sua sobrevivência, mas até o desenvolvimento de novas formas dentro da competição política.

Como é sabido, o quadro político atual é definido a partir da economia e, mais especificamente, a partir de um cenário desenhado no âmbito do mercado mundial. Portanto, vale a pena tentar compreender o campo das decisões políticas associadas à economia a partir da narrativa de empresários e sua influência na tomada de decisões. Torna-se particularmente interessante na medida em que revela a relação entre o campo econômico e o político: especialmente quando mostra como o sistema político produz poucos incentivos de interesse geral diretamente desta esfera, mas, ao contrário, favorece significativamente os interesses privados baseados nos bens públicos e na agenda própria do Estado (Tirado, 2012). Falta analisar as considerações existentes entre esta realidade escondida à primeira vista, da vida associativa e a sua aparente contribuição para o fortalecimento da democracia em tempos de neoliberalismo (Suárez & Aguilera, 2017).

Valeria a pena desenvolver linhas de pesquisa que ajudem a compreender as novas formas de associação e o surpreendente surgimento e multiplicação de grupos de interesses particulares, por vezes sob a forma de organizações não governamentais (ONGs), que se espalharam por todo o país sob a proteção de uma péssima política regulatória promovida por governos de direita amplamente identificados com o projeto neoliberal (Câmara dos Deputados Congresso da União, 2011). Em nome da ampliação do pluralismo, chama a atenção para o crescente número de ONGs ligadas ao governo através da concessão de subsídios de recursos públicos, numa espécie de novo corporativismo – fenômeno que se repete também no quadro dos partidos políticos.

Um novo tema que deve ser revisto com maior atenção sob a perspectiva da geografia política é a territorialidade e a atuação do trabalho das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Nas últimas



décadas, um campo pouco estudado na disciplina, é a necessidade de explorar profundamente a relação entre as OSCs e as práticas democráticas (Hernandez-Legorreta, 2019), levando a avaliar que o alto grau de surgimento de organizações desse tipo não necessariamente impactou em uma maior democracia. Uma revisão a esse respeito permitiria conhecer os desafios que as OSCs enfrentam para conseguir o seu principal objetivo, além de identificar de forma mais eficaz as oportunidades para uma participação melhor e mais eficiente na concepção das políticas públicas no esquema de governação e a estreita necessidade de uma crescente profissionalização entre eles, especialmente para marcar a distância com a más práticas em que caíram todos aqueles que se relacionavam de forma factual com governos ou grupos de poder econômico com o objetivo de simular a incorporação dos sentimentos da sociedade (Hevia & García, 2009).

Por outro lado, é igualmente importante o papel que a opinião pública deve desempenhar no quadro das mudanças recentes, fenômeno que exige analisar a importância crescente dos meios de comunicação no contexto da sociedade em rede, intimamente relacionada ao desenvolvimento de pesquisa e inovação na sociedade – algo que, no caso mexicano, encontra-se de modo desorganizado e fragmentado (Islas & Arribas, 2019). Isso gerou um impacto no processo político, sem regulamentação clara e pertinente por parte do Estado, que esteve inevitavelmente subordinado aos interesses particulares tanto dos proprietários dos meios de comunicação como dos partidos políticos que se aproveitaram de sua eficácia como veículo altamente lucrativo de acesso à opinião pública com a habitual mobilização política.

É necessário estudar melhor e com maior multidimensionalidade a capacidade de influência alcançada para distorcer o sentido das campanhas eleitorais, ao permitir ao candidato o acesso irrestrito ao desenho e ao impacto das mensagens transmitidas sem instrumentos claros de comportamento. Um assunto indubitavelmente pendente no Estado mexicano (Gutiérrez, 2019).

Ao mesmo tempo, é essencial abordar o impacto dos ritos e costumes que marcam a vida pública, tendo em conta a enorme tradição histórica proveniente de sociedades complexas pré e coloniais onde o centralismo e a entidade do governante ou grupos de governantes têm se privilegiado de uma estrutura vertical da sociedade.

Portanto, é interessante dissecar, sob o olhar da geografia política, os hábitos da vida pública no quadro das mudanças democráticas, onde as expressões da política como ato de show business e escândalo são cada vez mais frequentes (Contreras, 2019).

Há diferenças significativas em relação ao regime pós-revolucionário, no qual a ideia de ordem estava diretamente relacionada à política sendo a área onde estavam presentes seres especialmente dotados de uma série de dons que os separavam do resto da população ordinária, que veria a política a partir de uma visão despolitizada e enfadonha. Hoje, pelo contrário, a política tem tido uma sonoridade impressionante, graças ao acesso às redes sociais e à internet, um passaporte não só para os conhecedores, mas também para pessoas comuns, como donas de casa, trabalhadores, estudantes, etc. – um ecossistema totalmente diferente com diferentes atores, na maioria das vezes novos na arena política. É claro que o novo ecossistema mediado por redes não é nada isento de riscos e manipulações e, é por isso, que é necessário pensar em termos de uma abordagem cuidadosa dessa politização repentina na maioria das vezes ocupada por “formadores de opinião” ancorados, na maior parte das vezes, nos meios de comunicação tradicionais, cuja credibilidade se constrói no descrédito da classe política e no escândalo midiático que lhes dá origem, o que definitivamente não significa um crescimento da democracia e das suas instituições, ou seja, a qualidade e o nível disso estão em questão.

Ao mesmo tempo, merecem menção os mecanismos de diálogo utilizados na política uma vez instalada no seio da sociedade do conhecimento, uma vez que, em termos reais e transcendentais, o referido uso das redes e da Internet não se cristalizou necessariamente em melhores resultados nas reformas eleitorais (Ramírez, 2009). É preciso dar visibilidade e promover reflexões sérias lideradas por especialistas, que nos permitam distinguir e abordar os dois tipos de reforma promovidas pelo governo: por um lado, as reformas “preventivas” com as quais o governo tentou oxigenar e, ao mesmo tempo, legitimar o questionado sistema pluralista a partir do qual tem buscado ganhar a confiança da sociedade mexicana; por outro, as reformas “reativas”, que colocou em jogo a criação de um marco regulatório amparado por leis, normas e códigos equitativos e transparentes capazes de gerar confiança e dar segurança jurídica e política às disputas eleitorais, registrando uma construção insipiente gerada

pelos governos mas sustentada pela prática parlamentar (Bacaria, 2015). A reforma de 2008 a 2009 foi a cristalização do novo modelo, uma tentativa de negociação ocorreu pela primeira vez no Congresso com um certo grau de legitimidade gerado pela participação plural dos partidos políticos, bem como pela intervenção e consulta da organização da sociedade civil que lhe conferiu uma certa legitimidade.

Uma das maiores conquistas após a série de reformas negociadas sob o novo regime de freios e contrapesos dos últimos 35 anos foi a separação gradual de poderes, algo perfeitamente normalizado nas democracias mais avançadas, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio e separação relativa entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Infelizmente, não é o caso do Poder Judiciário, que ainda está sob a sombra e controle do Executivo.

Por fim, temos a territorialidade no quadro das mudanças de poder que levaram a outros aspectos essenciais, como a percepção que os mexicanos têm de nós mesmos, em meio ao crescente pluralismo do sistema político e à dispersão dos recursos de poder exercidos que impactaram na concepção de identidade nacional. É possível dizer que essa identidade atualmente está em decomposição com o sistema herdado do liberalismo da Reforma e da Revolução do século XIX, questionando o caráter mestiço da sociedade mexicana e colocando no debate as raízes de classe profundas, racistas e discriminatórias, que obscurecem o horizonte de um país diverso e multicultural mais característico das democracias mais desenvolvidas do alvorecer do século XXI.

## A 4<sup>T</sup><sup>[11]</sup> vai

Sabemos que na política nada é fortuito. Tudo tem causalidade, motivos que geram consequências. As mudanças registradas desde as eleições no México revelam uma série de fatores concretos que mudaram drasticamente a geografia política do país em julho de 2018.

---

[11] Ao longo das eleições de 2018, a campanha eleitoral do então candidato Andrés Manuel López Obrador (AMLO) afirmava que sua vitória significaria a quarta grande transformação (4<sup>T</sup>) da história do México. A primeira teria sido, segundo AMLO, a Guerra de Independência (1810-1821), a segunda a Guerra de Reforma (1858-1861) e a terceira a Revolução Mexicana (1910-1917) (Nota dos Organizadores).

A partir daquele momento da história da geografia política mexicana, enfrenta-se a refundação do projeto nacional, apesar dos interesses velados de diversos setores da sociedade, evidentemente identificados com o projeto anterior. As elites políticas, econômicas e intelectuais têm sido constantes em demonstrar e tentar deixar claro o erro em que caímos, mas onde eles foram os maiores prejudicados. Por outro lado, ao se tentar compreender o processo, nem tudo se explica pelo desgaste dos partidos. Durante anos, eles atuaram e moldaram a geometria política, de centro e direita, com um grande vazio à esquerda. Há tendências universais, mas acima de tudo, atores políticos com um nome e um rosto que não corresponderam às demandas do povo mexicano nos últimos 35 anos.

No México, nem tudo pode ser visto através da tendência histórica. Para começar, os governos da “alternância fracassada”, de 2000 a 2012, liderados por Vicente Fox e Felipe Calderón, apoiados pelo Partido da Ação Nacional (PAN) com uma clara ideologia de direita, não puderam ou não quiseram promover um maior crescimento econômico para além do próprio aumento populacional – isso apesar de ter sido parte essencial de sua plataforma política e um dos objetivos que promoveram dentro do projeto neoliberal. A pobreza não foi reduzida, como apontam os relatórios do Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (Coneval) com uma metodologia multidimensional, utilizando informações da Pesquisa Nacional de Rendimentos de Despesas Domiciliares (organismo criado de qualquer jeito dentro da tendência de reduzir o papel do Estado na política).

Tampouco reduziu a desigualdade e menos ainda pôde ser garantida a segurança dos mexicanos, fatos que também não se resolveram, pelo contrário, se aprofundaram com a volta do PRI ao poder encabeçado por Enrique Peña Nieto e apoiado pelo “jovem PRI”, que logo levaram o país à beira do colapso em meio ao escândalo da mídia, entre o show business e a corrupção nos altos escalões do governo. Mais importante ainda, não sabiam ou não queriam romper com a prática de fazer política imposta pelo partido com mais de 70 anos no poder.

O retorno do PRI ao governo federal, em 2012, acelerou o aprofundamento da desigualdade no México, já que sua forma de fazer política é focada em promover reformas “modernizadoras” com o objetivo de liquidar qualquer indício de regime pós-revolucionário, ou seja, dizer diretamente que devem sua existência a ele. Longe de atuar contra a pobre-

za, permitiu uma concentração ainda maior de riquezas e o surgimento de uma nova classe econômica que, ao contrário de outros tempos, estava muito interessada em empreendimentos políticos. Dessa forma, a política ganhou força com os políticos, já que que na onda modernizadora do momento não lhes causava constrangimento se mostrar como amigos de empresários ou como os próprios empresários (Santes-Álvarez, 2018)

A ação social desses governos está cristalizada na indolência e falta de sensibilidade política no caso Ayotzinapa, como também antes com San Fernando em 2010 (Hernández-Hernández, 2020) e Tlatlaya em 2014 (Zepeda, 2014). Além disso, a falta de transparência em algumas questões de grande repercussão midiática, a persistência da violência em amplas áreas do país e a manutenção de altos indicadores de pobreza (embora a pobreza extrema tenha sido substancialmente reduzida) são fatores que contribuíram para a derrota retumbante do partido no poder. Em 2018, foi revelada a falta de capacidade e intencionalidade do patrimônio político do governo e seus aliados no Congresso (Elizondo, 2017; Rocha, 2013), como resultado de uma atuação política ineficaz, reativa e à serviço do grupo no poder, com protagonistas distantes das necessidades e demandas de um México cidadão e crítico.

Nesse contexto, omissões e insuficiências dão conta do cenário político que permitiu o surgimento do projeto López-obraidorista, cujo trabalho se deu das profundezas da sociedade mexicana na linha de frente dos sempre excluídos, por meio de “caminhar” por todo o país, permitindo ser consistente com a perseverança e consistência da mensagem do atual presidente, dois anos após assumir a presidência do país.

A vitória eleitoral adquire um sentido transcendental porque se confronta diretamente com o projeto construído ao longo de mais de três décadas, pois marca o fim do ciclo neoliberal (Figueroa, 2016) caracterizado pela desnacionalização da economia e a dessocialização da política, traduzido, como já foi assinalado, no aumento da pobreza e das desigualdades sociais, na precariedade do emprego, no aumento da informalidade e evidentemente no nível de segurança, que transborda de violência. É também importante assinalar, o ato de reconhecer o triunfo de Andrés Manuel significou um certo avanço da democracia ao romper com o espectro da fraude eleitoral que está presente desde as eleições de 1988, já que o cidadão, pela primeira vez, é reconhecido como fonte de legitimida-

de. Ao mesmo tempo, a democracia é reconhecida como o processo de outorga de autoridade à força política majoritária.

A partir de AMLO, um novo regime se instala como uma nova hegemonia (não sem fraturas internas), no seio do interesse geral do país, com fração dominante (Poulantzas, 1973) no Congresso da União, conforme um novo bloco de poder. Procura ser consistente com uma nova unidade intelectual e moral onde convergem vastos interesses e cujo horizonte é modificar o futuro da nação.

O novo projeto tem enfrentado resistências de setores de direita e de extrema direita intimamente ligados ao setor empresarial e à mídia, que há longas décadas estão a serviço do poder por meio de suculentos contratos publicitários de governos anteriores e, claro, de um setor conservador que anseia por seus privilégios mais antigos desde a construção de uma cultura classista e racista da luta das oligarquias que se recusaram a morrer.

Ora, é primordial considerar os elementos que permitiram validar os fatos que não foram consequência de uma vontade do céu, mas, pelo contrário, é o reflexo da forma atual da estrutura social, da construção de um sistema, da dimensão e função do Estado, do regime político e do tipo de dominação desenvolvida nas últimas três décadas no seio de uma cultura política com capacidade de conferir ou não a legitimidade eleitoral aos governos que surgiram em seu interior. Assim, a geografia política a partir da qual se propõe a visão do fenômeno deve contemplar os fatores sistêmicos e/ou orgânicos da institucionalidade do Estado e do lugar e dimensão que ocupa a prática governamental.

Julho de 2018 veio mostrar um fato inédito na política mexicana, surpreendendo a opinião mexicana e internacional pelos resultados alcançados apesar das más práticas eleitorais endemicamente presentes no sistema político mexicano. Pela primeira vez na vida independente do país, uma maioria dos cidadãos decidiu por meios pacíficos no quadro da democracia representativa o destino do país rumo a um projeto de governo nacionalista com orientação de esquerda, fato que é particularmente importante devido à sua localização geopolítica em relação aos Estados Unidos.

A “revolução pacífica” que colocou em xeque o desatualizado sistema político mexicano dá lugar à transformação do regime político, apoiado por ampla maioria de votos desde a existência do sistema multipartidário no México (Salinas, 2018), dando origem ao colapso

do status quo político por meio de um amplo triunfo eleitoral, gerando uma legitimidade indiscutível como não acontecia há muito tempo (Forbes, 2018; CNN em espanhol, 2018). Por outro lado, é verdade que a vitória eleitoral da esquerda representa a oportunidade de uma reorientação das políticas públicas ao nos permitir pensar em dar-lhes um caráter social, que inevitavelmente nos levam a pensar sobre as bases do desenho político em seus objetivos e estratégias, bem como suas principais áreas de atuação a partir das quais a gestão dos governos e o conteúdo das políticas a serem empreendidas permitem vislumbrar as resistências que enfrentam no tempo.

É importante resgatar a realidade global em que se pretende desenvolver o projeto do atual governo, já que não seria correto deixar de lado a existência da crise civilizacional contemporânea que a Humanidade enfrenta como um todo, em uma dessocialização cada vez maior da Política como uma práxis criadora de laços sociais e solidários afastados do centro do debate e dos interesses das elites políticas e acadêmicas, incapazes de imaginar e construir projetos alternativos (Furedi, 2003), longe da típica gestão de curto prazo dos problemas públicos. É claro que os chamados valores universais do liberalismo, como dignidade individual, mercados abertos, governo limitado e fé no progresso humano a partir do debate e da reforma racional das instituições estão em xeque, apesar dos avanços em bem-estar, como afirma o periódico, liberal por excelência, *The Economist*, em sua publicação de setembro de 2018, a respeito do seu 175º aniversário (2018).

Soma-se a isso, o fato de que o atual projeto nacional que emergiu do processo eleitoral de julho de 2018, tem de enfrentar os poderes de fato chamados, na melhor das hipóteses, a condicionar, senão a dificultar o projeto. Daí a necessidade de enfatizar os riscos de possíveis inconsistências no discurso já no campo dos eventos. Em segundo plano, percebe-se mais o desejo e a utopia gerada na sociedade de ser tocada pelos verdadeiros ventos de mudança que ajudam a superar o atual estado de coisas, do que um projeto com sustentação e linhas bem definidas, algo não apenas desejável, mas também urgente.

Entre os primeiros elementos a serem desenvolvidos pode-se localizar a geração de bases sólidas de um novo quadro institucional, que garanta o projeto nacional a partir do consenso dos diferentes atores. A práxis política exige atenção na hora de definir e chamar a projetar o futu-

ro com as novas e velhas elites políticas. Apesar dos momentos atuais em que se ausentam as ideologias e dificultam a negociação do rumo que deve seguir o Estado mexicano, o importante será gerar ideias além do impulso de manter o status quo como já foi reiterado antes neste texto.

A definição de políticas públicas sólidas não pode ser desconsiderada dentro de um roteiro com prazos bem definidos que atendam à demanda de chamar a julgamento funcionários do regime de corrupção, impunidade e privilégio das administrações anteriormente à frente do PRI e do PAN, governos que cresceram desde sua origem junto a uma elite tecnocrática criada no exterior sob os signos da Escola de Chicago. Governos extrativistas, rentistas, excludentes, especuladores, predadores do bem público, dedicados a transnacionalizar os setores estratégicos da economia e a dismantelar o setor industrial através da implementação do modelo neoliberal amparado no discurso da competitividade internacional através da reconversão da indústria, dando lugar à flexibilização e à precariedade das condições de trabalho. Ampliaram-se as lacunas de desigualdade, reforçando assimetrias e desequilíbrios interregionais e intrarregionais, o que resultou no aumento da população em condições de pobreza.

Seguindo a linha da desigualdade, vale a pena revisar a evolução que o Governo terá na questão da corrupção das elites políticas e tecnocráticas, traduzida em políticas públicas e ações judiciais destinadas a saná-las e puni-las, não transformando o tema em mera retórica. Ao desviar o discurso do modelo econômico para a corrupção, acaba-se evitando a causalidade dos problemas públicos e os relacionados à desigualdade na distribuição da riqueza.

Será preciso atender ao discurso e distingui-lo da mera retórica no campo dos fatos, principalmente pelas indicações segundo o ponto de vista de alguns intelectuais orgânicos e tantos outros agentes políticos através dos meios de comunicação tradicionais que remetem à falta de clareza sobre a questão do distanciamento da plataforma do atual presidente López Obrador e da política econômica das últimas décadas. A política tributária pode ser muito útil para mostrar o que é verdade nesses argumentos.

Quero finalizar o exercício de análise do cenário atual do Estado mexicano desde a perspectiva da geografia política com o tema que a meu ver é o mais sensível, no campo político em um ambiente democrático, como é o assunto da agenda social nos tempos atuais. Parece



que o atual governo AMLO mostra uma certa tendência progressiva na tentativa de iniciar uma redistribuição da riqueza, nos quais as faixas de adultos mais velhos e jovens aparecem como atores da linha de frente. As políticas públicas identificadas têm a ver com um desenho de transferências monetárias a partir de dois programas, o Bem-estar do Idoso (*Bienestar de las Personas Adultas Mayores*) e o Jovens Escrevendo o Futuro (*Jóvenes Escribiendo el Futuro*), procurando oferecer aos jovens sem acesso aos estudos ou ao emprego uma possibilidade de desenvolvimento. Nessa agenda social, destaca-se a ênfase em áreas como a economia social de caráter cooperativo e solidário no âmbito territorial, com os programas Semeando Vida (*Sembrando Vida*) e Crédito Pecuária à Palavra<sup>[12]</sup> (*Crédito Ganadero a la Palabra*). Tem-se que dar continuidade às mudanças reais sem restrições ou nuances.

## Referências Bibliográficas

ANNA, T. La independencia de México y América Central. In: BETHELL, L. (Org.) **Historia de América Latina**. Barcelona: Ed. Crítica, 1991, p.41-74.

ATTILI, A. Democracia y Estado de derecho en México. Entre pasado y porvenir. **Polis**, v. 3, n. 1, p.21-53, 2007.

BACARIA, J. (Org.) **Las reformas estructurales en México Una perspectiva para las relaciones España-México**. Barcelona: CIDOB, 2015.

BENSUSÁN, G.; MIDDLEBROOK, K. **Sindicatos y política en México: cambios, continuidades y contradicciones**. México: FLACSO México: UAM-Xochimilco: CLACSO, 2013.

BENSUSÁN, G.; MIDDLEBROOK, K. El sindicalismo y la democratización en México. **Foro Internacional**, v. LII, n. 4, p.796-835, 2012.

BUSHNELL, D. La independencia de la América del Sur española. In: BETHELL, L. (Org.) **Historia de América Latina**. Barcelona: Ed.

---

[12] Essa expressão diz respeito aos empréstimos sem nenhum tipo de garantia econômica, isto é, o Estado confia apenas na palavra do devedor, sem nenhuma necessidade de comprovação (Nota dos Organizadores).

Crítica, 1991, p.75-123.

CAMACHO VARGAS, J. L. Historia e ideología del continuum PNR-PRM-PRI. **Revista de Derecho Estasiológico. Ideología y Militancia**, (2), p.143-157, 2013.

CÁMARA DE DIPUTADOS DEL H. CONGRESO DE LA UNIÓN. **Ley Federal de Fomento a las actividades realizadas por Organizaciones de la Sociedad Civil**. México: Cámara de Diputados/Gobernación, 2011.

CARRILLO, J. La transformación del proyecto constitucional mexicano en el neoliberalismo. **Política y Cultura**, n.33, p.107-132, 2010.

CNN en Español (2018). Elecciones México 2018: los ganadores y perdedores de la jornada, CNN en Español, Sección México Voto 2018, Ciudad de México, 2 de julio <https://cnnespanol.cnn.com/2018/07/02/elecciones-mexico-2018-los-ganadores-y-perdedores-de-la-jornada/>

COLLADO, M. Autoritarismo en tiempos de crisis. Miguel de la Madrid 1982-1988. **Historia y Grafía**, n. 37, p.149-177, 2011.

CONTRERAS, S. Contienda política en red: despolitización y teatralidad. In: ISLAS, O.; ARRIBAS, A (Orgs.). **El uso de internet en las elecciones presidenciales en México, 2018**. *En Cuadernos Artesanos de Comunicación / 169* Tenerife: Sociedad Latina de Comunicación Social, 2019.

ELIZONDO, C. Reforma de la Constitución: la economía política del Pacto por México. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, 62 (230), p.21-49, 2017.

FIGUEROA, C. Crisis Neoliberal y cambio de régimen en México. Morena en México. **En Papeles de Trabajo**, 32(12), p.89-112, 2016.

FORBES (2018). AMLO es el candidato con más votos en la historia de México. En *Forbes, Sección Forbes Política*, Ciudad de México, 2 de julio disponible en <https://www.forbes.com.mx/amlo-es-el-candidato-con-mas-votos-en-la-historia-de-mexico>

FUREDÌ, F. **Culture of fear. Risk-taking and the morality of low expectation**, London: Continuum, 2003.

GARCÍA, A.; ROFMAN, A. Poder y espacio. Hacia una revisión teórica de la cuestión regional. **Revista Problemas del Desarrollo**, 175 (44), 2013.

GUTIÉRREZ, F. (2019) Una mirada a la ecología de las redes sociales digitales en México durante el tercer lustro del actual milenio. In: ISLAS, O.; ARRIBAS, A. (Orgs.). **El uso de internet en las elecciones presidenciales en México, 2018**. En Cuadernos Artesanos de Comunicación, Tenerife: Sociedad Latina de Comunicación Social.

ISLAS, O.; ARRIBAS, A. (Orgs.). El uso de internet en las elecciones presidenciales en México, 2018. **Cuadernos Artesanos de Comunicación**, Tenerife: Sociedad Latina de Comunicación Social, 2019.

INE. **Instituto Federal Electoral 20 años**. México: Instituto Federal Electoral, 2010.

HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, O. Antropología de las masacres en San Fernando, Tamaulipas. **Nexos**, agosto 24, 2020.

HERNÁNDEZ-LEGORRETA, C. **Organizaciones de la sociedad civil: su impacto en la construcción de la gobernanza**. México: Editorial Parmenia, 2019.

HEVIA, F.; GARCÍA, S. Las Organizaciones de la Sociedad Civil y su relación con la sociedad política y con el gobierno federal en México. In: **Memorias del IX Congreso Anual de Investigación sobre el Tercer Sector y la VII Conferencia Regional de América Latina y el Caribe de la Sociedad Internacional de Investigación sobre el Tercer Sector**. México, 2009.

MÉNDEZ Y BERRUETA, L. Del nacimiento de un nuevo-viejo PRI y de su sepulturero, Ayotzinapa. **El Cotidiano**, n. 189, p. 18-30, 2015.

MIGUEZ, S. La Transición a la democracia en México. Una Aproximación. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**, n. 69, p.87-139, 1990.

MONSIVÁIS, C. (2009). La crisis, el narcotráfico, la derecha medieval, el retorno del PRI feudal, la nación globalizada. **Nueva Sociedad**, 220 marzo-abril, disponible en : <https://nuso.org/articulo/la-crisis-el-narcotrafico-la-derecha-medieval-el-retorno-del-pri-feudal-la-nacion-globalizada/>

MORENO, J.; MONROY-GÓMEZ, L.; PEDRAZA, N. El camino menos transitado Políticas para la igualdad social. In: BAYÓN, M. **Las grietas del neoliberalismo. Dimensiones de la desigualdad contemporánea en México**. México, UNAM-IIS: 2019, p.39-66.

MUÑOZ-ARMENTA, A. El sindicalismo corporativo mexicano y los partidos políticos en tiempos de alternancia. **Nueva antropología**, 20 (66), p.135-155, 2006.

OSORNO, A.; ZENTENO, B. (2017). Reformas estructurales en México, Reflexiones en materia fiscal-hacendaria, educativa, electoral y constitucional en el sector de hidrocarburos. **Tla-Melau, revista de Ciencias Sociales. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales**. N.11, v.42, p.274-278, 2017.

POULANTZAS, N. **Poder político y clases sociales en el Estado capitalista**. México: Siglo XXI, 1973.

PROCESO. Ante el Estado fallido, narcoestado sustituto. **Proceso**, n.1853, p.36-38, 2012.

RAMÍREZ, M. Las reformas del Estado y la administración pública en América Latina y los intentos de aplicación del New Public Management. **Estudios Políticos**, 34, p. 115-141, 2009.

REQUENA, C. **Gobernanza, retos en la relación Estado-Sociedad**. México: LID, 2014.

REYES, J. La reforma del Estado en México. **Perfiles Latinoamericanos**, n. 1, p.171-194, 1993.

ROCHA, R. El Pacto Por México bajo la lupa. **Análisis Plural**, n.1, 2013.

SALINAS, P. (2018). Elección México 2018: Una lección para la historia. **ADN Político, Sección Opinión**, Ciudad de México, 2 de julio [[https://adnpolitico.com/voces/2018/07/02/opinion-eleccion-mexico-2018-una-leccion-para-la-historia?internal\\_source=PLAYLIST](https://adnpolitico.com/voces/2018/07/02/opinion-eleccion-mexico-2018-una-leccion-para-la-historia?internal_source=PLAYLIST)], Data de consulta: 11 de julho de 2014.

SANDOVAL, D. (2017) México no es un Estado fallido, es un narcoestado. **Universo, Sistema de noticias de la Universidad Veracruzana**. Disponible en <https://www.uv.mx/prensa/general/mexico-no>

-es-un-estado-fallido-es-un-narcoestado/

SÁNCHEZ, J-E. **Geografía Política**. Madrid: Síntesis, 1991.

SÁNCHEZ, J.; GUZMÁN, O. La estrategia de desarrollo neoliberal en México, 1983-2010. **Aportes, Revista de la Facultad de Economía**, BUAP, Año XVII, n.46, 2012.

SANTES-ÁLVAREZ, R. Corrupción en asociaciones público-privadas para la creación de infraestructura: la estela de Odebrecht en México. **Revista Andina de Estudios Políticos** 8 (2), p.1-24, 2018.

SCHMIDT, S. México: un Estado suplantado. **IUS, Revista del Instituto de Ciencias jurídicas de Puebla**, 30, p.67-83, 2012.

SILVA, C.; GUTIÉRREZ, A. La reforma educativa de 2013 y sus efectos en la precarización del trabajo docente en México. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, n.28 (140), 2020.

SUÁREZ, F.; AGUILERA, M. **La gobernabilidad en México ante los desafíos del entorno global**. México: Universidad Nacional Autónoma de México/Facultad de Contaduría y Administración, 2017.

THE ECONOMIST (2018) 1843-2018: A manifesto for renewing liberalism. *The Economist*, vol. 428, n. 9109, septiembre de 2018.

TIRADO, R. El nuevo espacio político de los empresarios. In: LERNER, B.; UVALLE, R.; MORENO, R. (2012) **Gobernabilidad y gobernanza en los albores del siglo XXI y reflexiones sobre el México contemporáneo**. México: UNAM; Instituto de Investigaciones Sociales; Instituto de Administración Pública del Estado de México, 2012, p.321-356.

TOURAINÉ, A. *¿Podremos vivir Juntos? Iguales y diferentes*. Madrid: PPC Editorial, 1997.

ZEPEDA, M. ¿Qué ocurrió en Tlatlaya minuto a minuto, según la CNDH?. **Animal Político**, 2014.

## OUTROS ESPAÇOS PARA A GEOGRAFIA POLÍTICA

*Mario Valero Martínez*

O exame dos desafios e dos novos debates da Geografia Política contemporânea nos leva previamente à sua ligação indissociável com os desafios permanentes da Geografia, o que sugere assumir um ponto de vista não compartimentado do seu objeto de estudo – o espaço geográfico. Esse ponto de vista sustenta-se em uma tarefa investigativa orientada para a compreensão e para a interpretação integral e interrelacionada dos temas particulares que constituem o seu vasto campo de estudo. Isso não pressupõe uma proposta nova, já que em várias tendências, e mesmo em paradigmas opostos, questões de natureza semelhante têm sido abordadas e analisadas nos textos dedicados às correntes do pensamento geográfico. Porém, não é meu propósito entrar neste campo discursivo. Torna-se interessante apresentar, inicialmente, algumas considerações sobre o campo de estudo da geografia política e, em seguida, refletir sobre o espaço político como uma dimensão do espaço geográfico ligado a aspectos de importância renovada na convivência cidadã. Para tanto, vamos sustentar nossos exemplos na caótica, alarmante e distópica situação venezuelana.

Temas tradicionais como o papel dos Estados-nação na esfera internacional e as relações de poder e governança em tempos de globalização mantêm uma posição forte em certas abordagens da Geografia Política e, em alguns casos, seu tratamento é indistinguível da Geopolítica. Os dois termos são, muitas vezes, apresentados como sinônimos ou usados de forma alternativa e indiferenciada. Nesse contexto, surgiram também propostas identificadas com o rótulo de “novas geografias políticas”, algumas dessas ancoradas no estudo da decadência do poder dos Estados-nação, outras, ao contrário, buscando demonstrar sua transformação e reposicionamento em relações articuladas entre espaços nacionais e globais através da formação de poderes transfronteiriços. As abordagens usuais das questões eleitorais também foram parcialmente renovadas e os estudos de fronteira foram ampliados e

reavaliados. Da mesma forma, aumentaram as análises específicas voltadas para a exploração das incidências socioespaciais e políticas das ações e gestões dos regimes governamentais em suas esferas nacionais. Junto a este variado campo de estudo, têm avançado progressivamente tópicos desafiadores que visam explorar processos políticos e conflitos sociais em diferentes escalas territoriais, como a incidência espacial dos direitos humanos, a convivência cidadã e a vida cotidiana.

Os tópicos apresentados poderiam ser inseridos nas abordagens dos demandantes que, durante décadas e permanentemente, embora dispersos e isolados, propuseram-se a analisar o estudo relacionado à participação e organização das pessoas em seus espaços e lugares como objeto da Geografia Política. Assim, o trabalho de Hägerstrand (1975) pode ser visto como um marco, pois questiona a fragilidade conceitual da geografia humana para captar as condições em que as ações humanas ocorrem, apontando para a necessidade de desenvolver uma estrutura própria na definição de seu campo de estudo. O autor fez duas considerações: em primeiro lugar, sugeriu analisar as conexões entre as ações humanas em grande escala e o que acontecia nos microespaços, onde os atores manuseiam suas ferramentas diretamente; em segundo lugar, avaliar as estruturas, deslocamentos e meios de transporte, tecnologias e instituições, estudando o que as pessoas – indivíduos ou grupos – fazem em suas interações imediatas. Tudo isso a partir das relações espaço-temporais de poder, campo a ser explorado na geografia humana, a qual sugere a construção de uma geografia política claramente definida.

Nesta abordagem, destaca-se a importância atribuída às relações espaço-temporais de poder e procura-se despertar o interesse no estudo dos sistemas de domínio em várias escalas territoriais, bem como no funcionamento de estruturas informais, como, por exemplo, os microespaços domésticos. Com base em sua experiência pessoal na participação no desenho de novas divisões administrativas e na reorganização das fronteiras locais na Suécia, Hägerstrand (1975) chamou atenção para a falta de pesquisas que se concentrassem em investigar a incidência de decisões de alto nível, sua modulação e como isso chega em outros planos. Ele propôs para seu estudo um novo tipo de geografia política, a qual trata do “poder em termos de espaço-tempo de considerável precisão”.

Em outro momento e lugar, de uma perspectiva diferente, Kirby (1989) critica a versão tradicional da geografia política voltada para

o estudo do Estado em sua insuficiente distinção de tratamento em relação à ciência política ou à sociologia, ao mesmo tempo que reclama sobre a ausência de tópicos sobre a vida cotidiana. O autor defende que a ação política, parte da reprodução da vida humana em um determinado local, não deve ser ignorada. Ele se questiona sobre “em que consistiria uma geografia política que fosse mais do que um casamento forçado entre geografia e política” e recria os desafios para enfrentar a complexidade política como uma manifestação coletiva, sugerindo “estabelecer um mapa político do mundo que não se restrinja a unidades formais de Estados-nação, mas, em vez disso, consistem em um conjunto de espaços políticos” (Kirby, 1989, p.76). Esses espaços são concebidos como uma série de relações entre indivíduos, famílias e instituições que constituem uma real interação política, sustentada por elementos e projetos de ação coletiva em um determinado território.

Da mesma forma, Kirby se interessa pela tensão entre o espaço político e o conflito como expressão da ação coletiva, seu impulso ascendente e o encontro com o impulso descendente de formação e expansão do Estado. A resolução do conflito determinará a compreensão – vencedor-perdedor – do crescimento ou declínio dos Estados ou, ainda, os sucessos ou os fracassos da ação coletiva. Nessas áreas, percebe-se o interesse do autor em dar importância aos espaços políticos e ao cotidiano nas investigações da geografia política.

Castro (2005), por sua vez, celebra a expansão temática nos estudos da geografia política que visa compreender os conflitos surgidos na sociedade e no território. Conflitos que se impõem a partir da identificação dos valores simbólicos inerentes à cidadania, à justiça e ao direito, que só podem ser resolvidos no campo da política e de suas instituições e que surgem no campo dos conflitos de interesses organizados nos espaços da sociedade. A autora traça como objetivo fundamental a reintrodução da política na geografia, questão considerada necessária para compreender os conflitos e tensões nos espaços sociais.

A partir dessas considerações, ela se propõe a repensar uma geografia política para o Brasil. Na abordagem geral, reitera-se que a geografia política se define na relação entre a política, expressão do controle do conflito social, e o território, base material e simbólica da sociedade, tendo em vista os marcos conceituais da política – que é um modo de organizar os interesses e o território visto como recorte e



conteúdo desses interesses. O espaço político é pensado como recurso metodológico para a identificação das condições que o diferenciam de outros espaços que também são objeto de estudo da geografia, considerando as perspectivas das escalas territoriais dos fenômenos políticos e a identificação do campo disciplinar da geografia política.

Nessa linha de trabalho, Castro propõe três dimensões de análise. Uma diz respeito à política em um sentido restritivo, visto em seu propósito central de definir os limites da vida cotidiana das sociedades. Outra dimensão atenta para o território como materialidade e campo de interesses dos agentes sociais. A terceira se refere ao poder como exercício resultante das relações assimétricas que se organizam no espaço do mundo social. Trata-se, então, de estudar a centralidade do território no âmbito da política, que se define nas questões geradas por conflitos de interesses, materializados na inércia/dinâmica de espaços territorializados pelas ações e usos da sociedade, bem como nas ações provenientes de diferentes atores institucionais, que em diferentes escalas afetam o território. A autora aborda também a questão da globalização e dos conflitos distributivos, organizados na lógica relacional de poder das instituições políticas em escala global ou da atuação dos Estados nacionais na formação do sistema global.

Nos textos, citados aqui com intencionalidade cronológica, os autores, a partir das suas contribuições e pontos de vista, mostram o interesse que tem pairado no campo da geografia política em construir outros caminhos ligados ao espaço político da vida cotidiana, às comunidades, aos cidadãos e à relação entre política e território em diferentes escalas. Estas tendências crescentes se expandem progressivamente nas geografias políticas, ao mesmo tempo em que abordagens renovadas são propostas para o estudo de tópicos tradicionais, em correspondência com as demandas interpretativas das mudanças de eventos contemporâneos em suas dinâmicas socioespaciais, territoriais e políticas, as quais, além disso, desdobram-se em escopos escalares entre global e local.

Oriento minha pesquisa investigativa nesses campos exploratórios renovados, procurando compreender os desafios que se colocam em questões particulares relativas ao espaço político, à convivência e às relações socioespaciais, como um estudo da geografia política. Inicialmente, o espaço político é considerado como uma dimensão do espaço geográfico que, segundo Rojas e Gómez (2010, p.19-20), deve ser estudado

em seu “movimento constante, múltiplo diferenciado, desigualmente interrelacionado e percebido pela sociedade no curso histórico”. E, como assinalado anteriormente, usaremos exemplos da situação venezuelana.

## O espaço geográfico – espaço político

O espaço, objeto de estudo da geografia, é inerente às ações humanas e resultado do habitat e da convivência que se desdobram nas diferentes formas organizacionais, bem como das interações e mobilidades estabelecidas em múltiplas escalas geográfico-relacionais as quais articulam áreas econômico-produtivas, políticas, cultural, ambiental, biofísica, informacional e ciberespaço. As organizações e as relações socioespaciais configuradas são multiformes e variam desde estruturas formais, como o Estado nacional (organização da sociedade), passando por áreas tão diversas como as cidades, até a configuração de locais difusos e disfuncionais que se estabelecem em áreas territoriais definidas. As organizações espaciais emergentes em escalas de relações geopolíticas transfronteiriças não estão excluídas.

A escala é de singular importância na compreensão das relações socioespaciais e políticas que, segundo Nogué e Rufi (2001, p.20), é entendida “como uma hierarquia de níveis em cada um dos quais se observam fenômenos específicos e dinâmicas territoriais próprias, que interagem com aquelas que ocorrem em níveis inferiores e superiores” e fazem alusão a cada uma das áreas de referência dimensionais e conceituais envolvidas na análise do território. As ações humanas, as práticas espaciais e a convivência constroem geografias e paisagens de afetos, raízes e identificações em esferas socioespaciais e territoriais definidas e diversas. Também se desenvolvem em sistemas relacionais complexos determinados por entendimentos e acordos, diferenças, desacordos e conflitos que surgem nos cenários de ações e tensões derivadas de tarefas individuais e sociais, bem como atores e agentes com seus objetivos específicos, que se movem em múltiplas direções e escalas territoriais diferenciadas.

Na especificidade da convivência, define-se uma parte da dimensão política do espaço geográfico que é objeto de estudo da geografia política. Nesta perspectiva, identificamos o espaço político como a esfera de convergências e diferenças, encontros e discrepâncias, onde se

resolvem os conflitos que surgem nos processos e relações socioespaciais. O conflito, como já apontamos anteriormente (Valero, 2020a), é um instrumento útil para compreender outras facetas das relações sociais e faz parte das práticas socioespaciais, do funcionamento das organizações territoriais e está presente na convivência e no dia a dia das pessoas. Surge nas posições discrepantes decorrentes dos variados interesses dos sujeitos – individuais ou sociais – que habitam em uma comunidade, em um lugar, em uma cidade, em uma área de fronteira, em relações transfronteiriças, e conduzem à formação de cenários de confronto. Os conflitos, é bem sabido, têm múltiplas expressões derivadas das reivindicações e demandas exigidas pelos movimentos sociais, das polêmicas advindas dos atores e agentes da esfera econômico-produtiva, dos dilemas gerados em torno das mudanças climáticas, das identidades culturais, do meio ambiente. Também são gerados nos movimentos migratórios massivos, no jogo dos interesses geopolíticos nacionais e internacionais.

O reconhecimento, no espaço político, das diferenças entre atores divergentes pode facilitar suas interações na busca satisfatória de resolução da controvérsia. No entanto, isto depende das partes envolvidas, da complexidade e escala do conflito, bem como das posições radicais de uma ou das partes opostas. Os conflitos adquirem outras expressões socioespaciais e territoriais quando extrapolam os limites de suas áreas naturais de confronto e um dos atores decide tornar visíveis suas demandas por meio de protestos em espaços públicos ou em locais simbólicos, como mecanismo de pressão para alcançar uma solução para o conflito, a controvérsia ou o seu desfecho. Essas ações-reações são observadas com certa frequência na América Latina, basicamente nas capitais e nos principais espaços urbanos. São lideradas por movimentos sociais e políticos com demandas diversas e, em pouquíssimas ocasiões, tiveram desfecho favorável às forças cidadãs que as promoveram. Alguns levaram à violência nas ruas ou tiveram como resposta a repressão governamental.

O caso da Venezuela constitui um dos exemplos mais críticos que se apresentaram nas duas décadas deste século, caracterizado pela profunda crise econômica, social e política que se expressa em um ambiente de permanente tensão e enfrentamento. De acordo com o Observatório Venezuelano de Conflitos Sociais, entre 2011 e 2020, ocorreram 86.159 protestos em toda a geografia nacional pelos direitos fundamentais. Trata-se da externalização da dramática situação vivida

pela sociedade venezuelana, inicialmente, definida como crise humanitária pela *Human Rights Watch* (2016) e, posteriormente, devido ao seu agravamento, declarada como uma emergência humanitária complexa, a qual, como veremos adiante, faz parte de um grande problema originado no fracasso do modelo econômico e político venezuelano.

## Espaço político e participação cidadã

No espaço político, para além do conflito/diálogo, convergem agentes e instituições que possuem princípios, objetivos e interesses comuns. Portanto, é o campo das relações especializadas entre a sociedade, definida como um ambiente organizado de convivência, liberdades, interações sociais, acordos e discrepâncias, e democracia. A democracia, seguindo a proposta do PNUD (2004, p.54), é concebida como uma forma de organização da sociedade, a qual promove a ampliação da cidadania, estabelece as regras do jogo para as relações políticas, bem como define que a estruturação e exercício do poder estejam de acordo com a concepção de ser humano portador de direitos, autônomo, responsável e razoável, que está por trás de toda noção de cidadania, até mesmo de cidadania política. Linz (1989, p.17) define a democracia observando três aspectos marcantes: (1) “a liberdade legal de formular e propor alternativas políticas com concomitantes direitos de liberdade de associação, liberdade de expressão e outras liberdades básicas da pessoa”; (2) “competição livre e não violenta entre lideranças com revalidação periódica de seu direito de governar”; e (3) “a inclusão de todos os cargos políticos efetivos no processo democrático, bem como medidas para a participação de todos os membros do corpo político comunidade, quaisquer que sejam suas preferências políticas”.

Destacamos a importância dos processos eleitorais como espaços políticos onde são selecionados os protagonistas, projetos e orientações do regime democrático. Esses processos envolvem a governação, a gestão do território e a garantia da proteção dos direitos humanos internacionais e domésticos. Amartya Sen argumenta que a democracia necessita de certos requisitos como

o direito de voto, respeito por ele nos resultados eleitorais; mas exige também a proteção da liberdade, o respeito pelos direitos no marco legal e a

garantia da liberdade de expressão, bem como que não haja censura à imprensa e que a informação possa circular livremente (SEN, 2006, p.72).

Essa relação entrelaçada com as práticas cidadãs no exercício das liberdades políticas que, como aponta Sen, fazem parte da liberdade geral, é o que torna o exercício dos direitos civis e políticos aspectos cruciais para a boa vida e o bem-estar dos cidadãos.

Uma sociedade democrática deve ser a garantia da defesa dos direitos humanos, e um governo democrático deve ser o responsável por salvaguardar e respeitar esses direitos. Isto é inerente ao fortalecimento do espaço político como esfera de conflito/diálogo e campo de convergência de diversos interesses, e para o qual se voltam as partes – indivíduos, comunidades, grupos sociais, políticos, instituições e sociedades – que, em suas diferentes escalas geográficas, buscam resolver suas diferenças, estabelecer alianças, ou decidir livremente a opção e orientação dos poderes públicos (em suas diferentes escalas territoriais), amparados nos respectivos normativos legais e institucionais que garantem a convivência.

Entretanto, é sabido que em muitos países do mundo essa relação ideal entre sociedade-democracia-governo-governança tem deficiências marcantes e diferenciadas. Em alguns casos, tal relação é usada apenas como parte da fachada por trás da qual se estabelecem as autocracias ditatoriais que buscam reconhecimento geopolítico em cenários internacionais. Na América Latina, a situação na Venezuela no século XXI é especialmente alarmante, uma vez que a democracia é cerceada, os direitos humanos são violados, as liberdades são confiscadas, a divisão dos poderes públicos foi abolida e, por uma década, sua “legitimidade” foi simulada em atos eleitorais ilegais e coercitivos. Não há dúvida em descrever o governo da Venezuela como uma autocracia de crescentes práticas ditatoriais. O relatório sobre a democracia para o ano 2021 do instituto V-DEM da Universidade de Gotemburgo, na Suécia, coloca a Venezuela entre as 63 autocracias eleitorais, ocupando a posição 164 na lista de 179 países avaliados em cinco altos índices de democracia, correspondendo aos componentes eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e igualitária.

No contexto em que observamos o espaço político, a situação venezuelana nos leva a propor outra faceta de estudo desafiadora para a

geografia política que se conecta com as discussões e reflexões contemporâneas destinadas a avaliar a situação dos regimes democráticos, bem como os casos em que há desvios e mutações que deram lugar a novas formas não democráticas, autocráticas e ditatoriais no exercício do poder neste século. O debate é denso e aponta para a análise desses fenômenos políticos para além da dicotomia clássica ditadura/democracia, enquanto novas variantes surgiram e, apoiadas em processos eleitorais legais, derivaram e construíram poderosas estruturas antidemocráticas baseadas em práticas eleitorais duvidosas e ilegais. Além de perversas formas de controle socioespacial ou ainda na gestão populista da institucionalidade democrático-eleitoral e dos direitos dos cidadãos que colocam em risco a própria essência da democracia.

Em um texto interessante, Levitsky e Ziblatty (2018), preocupados com o futuro da democracia nos Estados Unidos sob a presidência de Donald Trump, realizaram um estudo comparativo tomando como referência a situação crítica surgida em outras democracias, inclusive o caso venezuelano, para entender os próprios desafios dos Estados Unidos nesta matéria. Eles investigam os processos históricos e as razões que levaram os autocratas ao poder, mas também analisam os exemplos de democracias que contiveram o acesso de movimentos extremistas. Como os autores apontam, essa perspectiva os levou a observar como autocratas eleitos em diferentes partes do mundo usam estratégias semelhantes para destruir e mudar as instituições democráticas. No denso texto, outras variáveis relacionadas ao papel dos cidadãos, instituições e partidos políticos se cruzam para resistir à investida dos autocratas ou aos erros cometidos que possibilitaram seu avanço. Desse ponto de vista, eles cotejam as aventuras durante a gestão de Trump, para alertar sobre os riscos da democracia americana.

Inúmeras investigações e reflexões têm surgido em torno da avaliação da democracia, com faixas classificatórias e seus retrocessos. Interesse especial é dado aos regimes que se transmutaram em autocracias através de mecanismos eleitorais e de ambientes democráticos do que às diferenças dos procedimentos ditatoriais clássicos de acesso ao poder. Kenneth Roth, diretor executivo da *Human Rights Watch*, faz uma distinção precisa, argumentando que a maioria das autocracias eleitorais tem uma estratégia de duas fases para minar a democracia. Na primeira fase, “as minorias vulneráveis são demonizadas e transforma-

das em bodes expiatórios para reforçar o seu apoio popular”, enquanto, na segunda fase, se dedicam a enfraquecer as instituições de controle do poder governamental indispensáveis “para preservar os direitos humanos e o Estado de direito, como mídia livre, um judiciário independente e grupos da sociedade civil comprometidos”. Nessas circunstâncias, é criado um processo de apropriação e uso do espaço político para subordiná-lo ao poder autocrático, o que implica o uso desvirtuado e restrito das liberdades políticas e o confisco dos direitos humanos, manipulando a convivência cidadã e afetando o bem-estar dos seres humanos.

Esses tópicos têm recebido crescente atenção multidisciplinar devido às suas transformações contemporâneas e suas implicações na vida humana, constituindo um campo de estudo formidável para a geografia política. Destacamos a importância da interrelação que gira em torno do espaço político, da convivência e dos direitos dos cidadãos que ao mesmo tempo tecem interconexões indissociáveis com outros componentes do espaço geográfico, pois, como Bailly e Beguin (1992, p.54) apontaram, a geografia “interessa-se por aspectos da vida das sociedades, dedica-se ao conhecimento do espaço e das práticas espaciais”. Mas estes são campos intrínsecos, que se desdobram em múltiplas interações e em diversas formas organizacionais. É o espaço geográfico inerente às ações humanas onde predominam as configurações dos espaços políticos das sociedades.

Da perspectiva levantada, exploramos o espaço político venezuelano, em um contexto no qual definimos o regime político como uma autocracia com práticas ditatoriais acentuadas e crescentes. Autocracia cuja natureza se encontra no projeto socialista-bolivariano que foi imposto à Venezuela desde o início do século XXI. Teve seus primeiros avanços colonizadores nas mudanças radicais introduzidas no domínio indiferenciado dos poderes do Estado, colocando-os a serviço das ações e reações do então presidente Hugo Chávez, e permaneceu predominante, exceto por alguns momentos, há 22 anos, através da implementação de múltiplos mecanismos, truques e estratégias implementadas por diferentes vertentes, algumas institucionais, outras até fora da lei. Seleccionamos um conjunto de fatores que consideramos relevantes para o propósito delineado neste artigo, enfocando o controle, o uso e abuso dos espaços do cidadão, o confisco das liberdades e a violação dos direitos humanos. Uma parte final é dedicada a mostrar o uso político e geopolítico que o regime

venezuelano faz dos espaços e habitantes das fronteiras, que se tornaram áreas predominantes de confronto e conflito, quase sempre usado como fator de distração da caótica situação nacional.

## Controle, uso e abuso do espaço político: o caso venezuelano

Na situação venezuelana do século atual, configurou-se progressivamente uma geografia política de repressões, obstáculos, proibições e ilegalidades institucionais que transgridem o exercício dos direitos civis e políticos, afetam o cotidiano dos cidadãos e perturbam consideravelmente o desenvolvimento da sociedade. É um processo promovido para consolidar a subordinação social e política ao modelo autocrático de governo que tem passado pelo fechamento essencial, em alguns casos, e pela redução, em outros, dos espaços de resolução de conflitos, ao mesmo tempo em que se estimula a polarização e a fragmentação da sociedade.

Em um primeiro momento, observa-se o uso político e social dos espaços, que tem suas raízes no discurso incendiário e permanentemente usado por Hugo Chávez desde seu início como Presidente da República em 1999, focado na divisão da sociedade venezuelana em dois polos opostos identificados: de um lado, os inimigos, oponentes da traição, apátridas e, de outro, os partidários e patriotas afetados pela revolução. Este foi um estratagema polarizador de grande significado que impactou e afetou até mesmo as relações familiares venezuelanas. Como assinala Krauze (2008, p.280), “com esta lógica existem apenas dois tipos de venezuelanos: eles e nós, os bons e os maus, os patriotas e os traidores [...]. O adversário se tornou um inimigo radical, um inimigo teleológico, a quem é negada qualquer possibilidade de patriotismo, de razão para a humanidade”. O autor acrescenta, então, que esta é uma visão incompatível com a democracia.

O discurso se instalou como uma constante declaração de guerra, abreviou o diálogo e alimentou outro conflito que teve sua manifestação espacial na ocupação, apropriação e controle de lugares simbólicos e outros espaços urbanos onde por vários anos foram traçadas fronteiras que funcionavam como muros impenetráveis vigiados por gangues armadas (denominadas *círculos bolivarianos*), para vetar e impedir qualquer manifestação contra o governo nacional. Emblemá-



tica foi a divisão de Caracas entre o oeste revolucionário e o leste da oposição, mas o mesmo aconteceu em outras partes da geografia nacional. Embora este último cenário tenha mudado, determinado pela perda majoritária de apoio ao fracassado projeto bolivariano, os grupos armados ou coletivos continuam operando em ações de intimidação e violência seletiva sob a proteção do regime.

Essa escravidão discursiva e socioespacial da construção e reconstrução governamental permanente é baseada nos confiscos e restrições das liberdades políticas e sociais, que não se limitam aos atos repressivos das organizações de segurança, mas também se estende a um conjunto de normativas ilegais e mecanismos inconstitucionais, que visa punir, perseguir, prender e desqualificar dirigentes políticos da oposição, deputados, representantes sindicais, dirigentes sindicais, partidos políticos estudantis, organizações não governamentais e até mesmo cidadãos que os incomodem com suas mensagens nas redes sociais. Não apenas descrevemos o que acontece com a sociedade de oposição, aqui incluímos todos os cidadãos que, ao reivindicarem seus direitos, são coagidos pelo poder central, seus direitos são limitados e suas liberdades suprimidas.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em seu relatório de 2009, incluiu um conjunto de denúncias e, em comparação com as ações do Estado, concluiu pela preocupante situação dos direitos humanos na Venezuela ao confirmar a intolerância política e a falta de independência dos Poderes do Estado em relação ao Executivo Nacional presidido por Hugo Chávez. Denunciou as restrições acentuadas à liberdade de expressão e a repressão a protestos pacíficos, a implantação de um ambiente hostil às liberdades de participação política da oposição, o assédio a organizações de direitos humanos e a impunidade em casos de violação dos direitos dos cidadãos. Mais recentemente, o relatório apresentado pelo Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, OHCHR (2019), detalhou as graves violações dos direitos econômicos e sociais, incluindo alimentação e saúde na Venezuela, denunciando o governo pelo uso discriminatório dos poucos programas sociais por motivos políticos e como instrumentos de controle social.

O relatório observou, ainda, que por mais de uma década o governo aplicou um conjunto de leis políticas e práticas que restringiram o espaço democrático, enfraqueceram as instituições públicas e minaram a independência do judiciário. Aumentaram a militarização

das instituições do Estado e utilizaram a população civil em tarefas de inteligência e defesa, justificando tais medidas em supostas ameaças internas e externas. Sob estes argumentos, o documento denunciou o governo da Venezuela sob comando de Nicolás Maduro por ter cometido numerosas violações dos direitos humanos, por ter atacado pessoas, grupos e membros da oposição política considerados ameaças ao governo devido suas capacidades de articular posições críticas e mobilizar outras pessoas. Isso é classificado como *repressão seletiva*, que se manifesta em uma infinidade de violações de direitos humanos que, com efeito, constituem perseguição por motivos políticos, tornando como necessária uma investigação para determinar as responsabilidades do Estado.

Da mesma forma, este relatório apresenta as milhares de pessoas, principalmente jovens, assassinados em supostos confrontos com forças do Estado, indicando que existem indícios razoáveis para acreditar que essas mortes são execuções extrajudiciais perpetradas pelas forças de segurança e em particular pela Força de Ações Especiais (*Fuerzas de Acciones Especiales*) – FAES – entidade pertencente à polícia nacional, registrando preocupação pelo fato de as autoridades governamentais utilizarem este órgão e provavelmente outras forças de segurança como parte de uma política de controle social. O relatório do ACNUDH alerta para a delicada situação que vive os povos indígenas venezuelanos por serem objeto de graves violações de seus direitos individuais e coletivos. Também expressa preocupação com as ameaças e atos de violação contra autoridades e líderes indígenas e a repressão seletiva da comunidade Pemon (*Pueblo Pemón*), bem como com as violações de seus direitos coletivos à terra e aos recursos. Por fim, indica que a impunidade permitiu a repetição de violações de direitos humanos, encorajou os perpetradores e deixou as vítimas de lado. O ACNUDH esteve preocupado com o fato de que se a situação continuar a melhorar ou não, o êxodo sem precedentes de migrantes e refugiados venezuelanos aumentará, assim como o impacto sobre os que permanecem no país.

Por outro lado, nas considerações da Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos sobre a República Bolivariana da Venezuela, exibidas no 45º período do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2020, foi apresentado um panorama conclusivo sobre as execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e torturas e outros tratamentos cruéis, desuma-

nos ou degradantes, cometidos na Venezuela desde 2014. A missão observou, finalmente, que tem motivos razoáveis para acreditar que foram cometidos crimes contra a humanidade na República Bolivariana da Venezuela no período em análise.

As denúncias e as avaliações apresentadas nesses relatórios descrevem a situação complexa e dramática da Venezuela em torno da violação dos direitos humanos e das liberdades, implícita na repressão, na reclusão em outros e no controle repressivo dos espaços políticos. O panorama abordado se insere na geografia da precariedade e da vulnerabilidade cidadã. A Venezuela está imersa no agravamento da pobreza, sobrecarregada por uma situação econômica de contração sustentada durante os últimos sete anos de hiperinflação e liquidação das áreas de oportunidades individuais e sociais. Nesse conglomerado de fatores estão os motivos que impulsionaram o êxodo maciço de 5,7 milhões de venezuelanos desde 2016 – uma emigração sem precedentes na história da América do Sul – que, sem dúvida, pode ser qualificado como a fuga ou saída forçada de um país que, como a Venezuela, se encontra em complexa emergência humanitária.

## Repressões e controles político-espaciais

Os espaços de participação político-eleitoral não são afetados “apenas” pelo controle progressivo das instituições e processos eleitorais subordinados e moldados ao poder governamental, as quais se acentuaram nos últimos cinco anos a partir do triunfo majoritário das forças de oposição nas eleições para a Assembleia Nacional em 2015. Mas também pela utilização de recursos do Estado venezuelano nas campanhas eleitorais em favor de partidários do regime, especialmente do Partido Socialista Unido da Venezuela; pela desqualificação de líderes e partidos políticos da oposição; bem como uma vasta exibição de corrupção em torno dos eventos eleitorais. Sua credibilidade também é prejudicada pelas ações e reações pós-eleitorais do governo nacional sobre prefeitos, governadores e a Assembleia Nacional, onde a maioria dos votos dos cidadãos elegeu representantes contrários ao regime bolivariano. Nestes casos, medidas ilegais foram impostas, instrumentos legais foram reformados para privar os órgãos de governos intermediários e municipais

constitucionalmente competentes, e que foram transferidos para o controle do governo central ou estão atribuídos à administração de estruturas militares. Além disso, é nomeada a figura denominada Protetor (*Protector*) que, dependendo diretamente da presidência, exerce funções paralelas nos estados onde os cidadãos elegeram um governador contrário ao regime, enfraquecendo não só o voto como direito democrático, mas também o quadro institucional descentralizado, fortalecendo a figura de controlador de governo e usurpador de funções.

Atenção especial requer à situação da Assembleia Nacional eleita em 2015 com uma maioria de oposição, à qual não só foi aplicada uma medida de desacato inconstitucional emitida pela Câmara Constitucional do Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela, como também foi criada uma Assembleia Nacional Constituinte ilegal como contrapeso legislativo a favor do governo, além de seus representantes também terem sofrido perseguições permanentes. O Observatório de Justiça da Venezuela registrou que até 2020 mais de 96 parlamentares da oposição e outros dissidentes da linha de governo sofreram algum assédio de grupos irregulares e órgãos de segurança, dos quais 29 foram julgados sem respeito pela imunidade parlamentar e 15 tiveram seus direitos à identidade e movimento violados. Seis foram desqualificados sem julgamento pela Controladoria-Geral da República, quatro foram detidos arbitrariamente e três representantes indígenas tiveram sua eleição como deputado invalidada. A perseguição levou ao exílio de 29 deputados.

O mesmo ocorre em relação à subjugação governamental e a coerção contra a liberdade de expressão por meio de múltiplos canais repressivos, materializados no fechamento, negação ou chantagem de renovação de concessões para emissoras de televisão e rádio, e também à perseguição de comunicadores sociais – panorama complexo de repressão e confisco das liberdades civis que vem sendo denunciado e documentado em diversas organizações não governamentais nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos.

Também os mecanismos para o domínio político-espacial são refletidos no modelo econômico sustentado na criação, nacionalização, confisco, expropriação, nacionalização de empresas controladas pelo Estado que afetaram todos os setores produtivos nacionais. De acordo com o estudo da organização *Transparencia Venezuela*, nessas modalidades, entre 2001 e 2017, passaram de 74 para 526 em-

presas estatais. A maioria, conforme indicado neste estudo, não relatou benefícios ao país, nem bens e serviços à sociedade. No entanto, o controle estatal dos espaços produtivos também tem operado como mecanismo político restritivo das liberdades econômicas em claro confronto com os setores produtivos privados.

Um fator transversal na geografia política nacional, limitante dos direitos cidadãos e democráticos, define-se na aliança cívico-militar, inserida nos programas de governo e base da gestão governamental nos 22 anos de imposição do projeto bolivariano. Essa aliança responde às modificações introduzidas durante o mandato de Hugo Chávez para atender os interesses de seu projeto político, perdendo a condição de instituição neutra subordinada ao mundo civil. Desde então, as Forças Armadas Nacionais foram promovidas como uma força revolucionária e socialista, lema que os altos comandantes militares repetem com assiduidade. O estabelecimento militar se impôs aos mecanismos institucionais do poder político.

Segundo a *Transparencia Venezuela*, em 2020, os militares ocuparam oito dos 33 ministérios governamentais e quase todos eles estão relacionados aos setores de alimentação, construção de moradias, obras públicas e agricultura e têm presença importante nas empresas estatais. Neste quadro nacional, o militar teve um peso preponderante sobre o civil e assenta uma estrutura geopolítica de controle de espaços e territórios, hierarquicamente composta por Regiões Estratégicas de Defesa Integral, Zonas Operacionais de Defesa Integral e Áreas de Defesa Integral, como o estabelecido na Lei Orgânica das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas, às quais são frequentemente atribuídas ações operacionais que não as funções de defesa nacional estabelecidas na Lei, que podem ser consideradas como invasivas da vida civil.

Finalmente, e de acordo com a abordagem aqui proposta, três casos foram selecionados no âmbito do uso político e geopolítico das fronteiras e habitat fronteiriço pelo regime venezuelano, vinculados à violação dos direitos humanos. Estes casos são uma síntese de extensos trabalhos publicados em outros textos. Eles servem de modelo para continuarmos insistindo, como fizemos em Valero (2014), na importância de buscar olhares renovadores no estudo dos espaços de fronteira, focalizando a atenção no humano que habita, convive e ali transita. Esse continua sendo um dos desafios permanentes da geografia política.

## Uso político e geopolítico de espaços de fronteira

Desde o nascente século XXI, e com a chegada de um novo governo venezuelano, presidido pelo líder populista Hugo Chávez (1999-2013), as relações com a vizinha Colômbia voltaram a ser uma causa predominantemente conflituosa. As fronteiras, por sua vez, têm sido utilizadas como cenários de confrontos bilaterais, que se expressaram basicamente pelos governos da Venezuela em uma geopolítica de confronto baseada em ameaças militares, militarização e fechamento de fronteiras.

Nos primeiros anos da segunda década deste século, em decorrência da profunda crise na Venezuela, foram decretados fechamentos progressivos e parciais das passagens de fronteira entre os dois países, justificados pelo controle do contrabando de alimentos, remédios e combustíveis – como aconteceu, por exemplo, em 2014 com o decreto de fechamento parcial e militarização das fronteiras por meio de uma entidade denominada Estado-Maior Civil-Militar de Fronteiras (*Estado Mayor Fronterizo Cívico-militar*). Essas medidas não tiveram sucesso e levaram a ações repressivas que apenas procuraram desviar a atenção das reais causas do aumento da escassez de alimentos, medicamentos e, em geral, do agravamento da crise social e econômica que se alastrava por toda a geografia nacional.

Um ano depois, em agosto de 2015, o governo da Venezuela surpreendentemente decretou estado de exceção e o fechamento definitivo das fronteiras, inicialmente em alguns municípios e, dois dias depois, a medida foi estendida a toda a fronteira com a Colômbia. Esta foi acompanhada de um forte destacamento militar e de uma repressão brutal, especialmente na cidade de San Antonio del Táchira – com particular crueldade no bairro La Invasión, de onde foram deportados cerca de 1.360 habitantes pobres e indocumentados de origem colombiana. Nas ações repulsivas das Forças Armadas Bolivarianas, os núcleos familiares de composição colombiano-venezuelana foram obrigatoriamente separados, além disso foi aplicada uma medida sinistra que consistia em marcar as casas e fazendas com duas letras vermelhas: *R* para as casas revisadas e *D* as casas a serem destruídas. Em meio a essa situação asquerosa, famílias colombianas que viviam na fronteira com a Venezuela fugiam da repressão ao longo das trilhas ou estradas clandestinas que cruzavam o Rio Táchira, fronteira entre os dois países.

Em 2016, foi anunciado o levantamento parcial desta medida e, desde então, apenas a passagem de pedestres é permitida através das fronteiras. Mas nessas áreas foram instalados obstáculos materiais constituídos por cercas feitas de estruturas metálicas de diferentes tamanhos, atravessadas nas ruas de cidades fronteiriças e nas proximidades dos limites da Venezuela, com o objetivo de restringir os espaços para a mobilidade humana. Não se trata apenas de uma medida repressiva, mas também percebida como um símbolo material ultrajante e violento que desvaloriza a condição de cidadão e viola os direitos humanos. Essas cercas tornam a paisagem urbana da fronteira venezuelana sombria (Valero, 2020c).

## Fronteiras e emergência humanitária

Fronteiras e emergência humanitária formaram um tema de conflito em fevereiro de 2019, devido ao acordo de ajuda humanitária firmado pela Assembleia Nacional da Venezuela com várias organizações não governamentais e com a participação e apoio dos governos dos Estados Unidos, Canadá e vários da América Latina e Europa. O acordo previa a entrada de insumos em território venezuelano através das fronteiras terrestres da Colômbia e do Brasil e, ainda, da fronteira marítima de Aruba. O evento teve amplo respaldo nacional por meio de mobilizações de apoio ao ingresso da ajuda humanitária e, na arena política, gerou um estado de tensão e confronto entre as forças repressivas do governo e os atores políticos representados na Assembleia Nacional.

A reação do regime venezuelano – sob o comando de Nicolás Maduro – foi a de negar a crise humanitária, escondendo o fracasso da revolução cívico-militar bolivariana, fechando e bloqueando todas as passagens de fronteira. Deslocou órgãos de segurança, como as Forças Armadas Nacionais e grupos ou coletivos de civis armados, desencadeando uma repressão brutal e gerando um estado de violência, violando os direitos humanos – com forte incidência nas cidades de San Antonio e Ureña e outras áreas na fronteira com a Colômbia, bem como na cidade De Santa Elena de Uairen, seu entorno imediato e na comunidade indígena Pemón de Kamarapacay, onde três de seus membros foram assassinados na fronteira com o Brasil (Valero, 2020c). Este evento não só revelou a profunda crise venezuelana e o caráter repressivo do regime, mas também

foi um reflexo do enfrentamento nacional pela restituição da democracia, de igual modo projetado no cenário geopolítico internacional.

## Fronteiras - migrantes que retornam e Covid-19

No ambiente inesperado de incerteza e preocupação em que nos envolveu a pandemia provocada pelo COVID-19, é impossível ignorar as repercussões e dissonâncias que este doloroso evento planetário está deixando não só como um problema de saúde pública, mas também por suas implicações socioespaciais, territoriais e político-governamentais derivadas de situações como o necessário confinamento humano, as limitações impostas às mobilidades e deslocamentos nacionais e internacionais e ao fechamento de fronteiras, sobre as quais se debate intensamente. Outros temas adicionais que causam alarme são identificados na exclusão e estigmatização de imigrantes que se encontram em condições de vulnerabilidade. Também em certas ações governamentais de uso e abuso da pandemia em seus conflitos geopolíticos de vizinhança e fronteira; no uso político nas esferas nacionais frente a seus problemas internos, estendidos ao uso clientelista e populista do controle político da vacinação. Todas essas situações, sem dúvida, constituem os mais recentes desafios da geografia política.

A pandemia causada por Covid-19 influenciou a decisão dos imigrantes venezuelanos que estão em condições vulneráveis na América do Sul de retornar. Em viagens arriscadas e árduas, eles alcançam a fronteira. Entretanto, entrar na Venezuela não é fácil, já que as restrições impostas limitam a entrada no território nacional. A entrada ocorre apenas três dias por semana. O martírio se completa com as péssimas condições dos abrigos onde estão de quarentena, juntamente com a atitude perversa do governo de Maduro nesta trágica situação mundial, ao estigmatizar os venezuelanos que voltam.

Além disso, o governo projeta a imagem de que o Brasil e a Colômbia são ameaças de contaminação, chegando ao extremo absurdo de acusar o presidente colombiano de dirigir ações premeditadas para “infectar” a Venezuela por meio de imigrantes. Para o governo venezuelano, as fronteiras são fontes de infecção e quem não se submete às condições impostas para retornar é considerado como uma “arma biológica”, como



descreveu um funcionário público. Com a terrível mensagem “um migrante que retorna é um bioterrorista que coloca em risco a saúde de todos”, as Forças Armadas Nacionais iniciaram uma campanha em 2020 para denunciar anonimamente a entrada “irregular” de venezuelanos no país pelas trilhas ou as passagens ilegais de fronteira. Mais uma vez, como aconteceu nas duas décadas deste século, o uso das fronteiras está de acordo com os interesses geopolíticos do regime autocrático bolivariano independentemente dos danos causados aos habitantes das fronteiras independentemente da sua nacionalidade (Valero, 2020d).

## Referências Bibliográficas

BEGUIN, H.; BAILLY, A. **Introducción a la geografía Humana**. Barcelona: Massson Ediciones, 1992.

CASTRO, I. E. **Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2005.

HÄGERSTRAND, T. **El terreno propio de la geografía humana. En Nuevas Tendencia en Geografía**. Madrid: Colección Nuevo Urbanismo, 1975.

KIRBY, A. *Tiempo, espacio y acción colectiva: Espacio político & geografía política*. **Document's D'Analisi geográfica**, n.15, p. 67-88, 1989.

KRAUZE, E. **El delirio y el poder**. Caracas: Editorial Alfa, 2008.

LEVITSKY, S.; ZIBLATTY, D. **Cómo mueren las democracias**. México: Editorial Ariel, 2018.

LINZ, J. **La quiebra de la democracia**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

NOGUÉ, J.; RUFÍ, J. **Geopolítica, identidad y Globalización**. Editorial Ariel, 2001.

PNUD. Programa de las Naciones Unidad para el Desarrollo. **La democracia en América Latina. Hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas**. Buenos Aires: Edición Aguilar, Altea, Taurus. Alfaguara, 2004.

ROJAS, L.; GÓMEZ, E. **Tiempos del pensamiento geográfico**. Mérida: Archivo Arquidiocesano de Mérida, 2010.

SEN, A. **El valor de la democracia**. Madrid: Editorial el Viejo topo, 2006.

VALERO MARTÍNEZ, M. Notas sobre geografía política. El paisaje fronterizo venezolano. **Acta Geográfica**, número especial, p. 169-184, 2014.

\_\_\_\_\_. Conflicto. In: BENEDETTI, A. (Org.) **Palabras clave para el estudio de la fronteras**, 2020a. Disponible en: <https://www.te-seopress.com/palabrasclavefronteras/>

\_\_\_\_\_. Del país receptor a la sociedad del *éxodo*. In: DOS SANTOS, F. *et al.* (Org.) **Estudos transdisciplinares em regiões de fronteira**. Boa Vista: Editora UFRR, 2020b.

\_\_\_\_\_. Regiones fronterizas: territorios de encuentros, desencuentros y oportunidades. In: VALERO, M.; RAMREZ, J.; MORALES, F. **Regiones fronterizas en América Latina. Facetas y Desafíos**. Merida: Editorial Humanic-Fermentum, 2020c



# NOVAS E RECORRENTES DISCUSSÕES NA GEOGRAFIA POLÍTICA

## Apresentação da mesa de língua inglesa

*Daniel A. de Azevedo*

As origens da geografia política têm como marca línguas de raiz saxônica, inicialmente o alemão, porém é inegável que sua difusão é anglófona. Autores clássicos lidos e referenciados até hoje refletiram sobre fenômenos político-espaciais a partir de realidades específicas do mundo de língua inglesa, como Halford Mackinder, Alfred Mahan, Isaiah Bowman e Nicholas Spykman. Atualmente, não somente porque o inglês se tornou o principal idioma da ciência, mas também pela qualidade e quantidade de publicações, é possível dizer que a língua da geografia política é a inglesa. Revistas científicas como a *Political Geography* e a *Geopolitics* são exemplos da importância dessa produção.

O CONGEO contou, nessa mesa, com dois nomes de peso e grande influência na produção referente à geografia política de outros países. Os textos demonstram que foram representadas perspectivas e gerações distintas de geógrafos políticos a partir de temáticas que instigam qualquer pesquisador na área das ciências sociais, sendo ou não geógrafo. Como parece evidente, *capitalismo* e *justiça* são discussões atemporais, com reflexões constantemente repensadas – a partir de novos olhares ou de clássicos argumentos revisitados – e que reacendem o interesse pela espacialidade desses fenômenos.

Kevin Cox, formado na década de 1960 pela Universidade de Cambridge, é um renomado geógrafo político norte-americano que se dedicou a diferentes temas do nosso campo de conhecimento. Seus artigos sobre geografia eleitoral com o consagrado “efeito vizinhança” (Cox, 1969), sobre política de escala (Cox, 1998) e os compêndios que percorrem toda a geografia política (Cox, 2002), já são textos considerados obrigatórios para todos que buscam se aprofundar no tema. Ao longo de sua carreira, o autor percorreu diferentes tradições epistemológicas da geografia, como em suas análises eleitorais sob o prisma das discussões

teorético-quantitativas. Porém, é dentro da tradição crítica que podemos posicionar a maior parte de sua produção acadêmica das últimas décadas, assim como o texto que ora disponibilizamos nesse livro.

A discussão trazida por Cox resgata argumentos já conhecidos pelos geógrafos, mas em uma estrutura de pensamento original que nos auxilia na reflexão sobre a capacidade analítica dos conceitos na geografia. Ao unir as ideias de “palavras-chave” e “níveis de abstração”, o autor nos conduz a entender território, Estado e geopolítica em uma interessante imbricação sob a complexidade do capitalismo. Para os amantes da perspectiva marxista sobre a política e sua subordinação ao sistema econômico capitalista, o texto aqui publicado tem a capacidade singular de unir, sob o olhar de um geógrafo político, temas que podem ser encontrados dispersos entre outros especialistas da geografia, como aqueles presentes em trabalhos ligados ao Urbano, ao Agrário e, especialmente, ao Econômico. Cox demonstra, assim, que essas compartimentações da disciplina precisam minimamente ser vistas com cuidado.

O texto *Palavras-chave para uma Geografia Política do Capitalismo* parte do conceito de “coerência estruturada”, defendido por David Harvey, e busca demonstrar como “território”, “Estado” e “geopolítica” precisam ser entendidos dentro do sistema capitalista. Nesse contexto, o território seria filho da contradição dos momentos de localização e deslocalização do capital; já o Estado, na concepção de Cox e baseado na ideia do neomarxista Bob Jessop, possui uma autonomia relativa no que diz respeito às forças econômicas, mas não deixa de funcionar para a manutenção do sistema capitalista. Por último, a geopolítica, tomada pelo autor apenas na escala internacional, deve ser vista, antes de mais nada, como uma geopolítica do capitalismo, isto é, o modo pelo qual os Estados em conflito buscam, por meio de discursos identitários, mantê-lo coeso nos termos da classe que vê a coerência estruturada em ameaça. Cox consegue, assim, vincular as três palavras-chave que, para ele, são fundacionais para compreender a *Geografia Política do Capitalismo*.

Clive Barnett, também formado na Universidade de Cambridge, mas vinte anos depois do primeiro autor, é atualmente professor da Universidade de Exeter, no Reino Unido, e um importante autor nas discussões contemporâneas sobre espaço e democracia. Já possui uma obra que se tornou bibliografia fundamental para todo aquele que busca avançar nas interpretações e na busca de soluções para o siste-

ma democrático contemporâneo. Livros como o que foi organizado em conjunto com o geógrafo Murray Low (Barnett & Low, 2004) e artigos publicados nos mais importantes periódicos da área (Barnett, 2004; Barnett, 2005; Barnett, 2017) refletem a imagem de um autor que toma a política e o sistema democrático como fenômenos autônomos – mas não independentes – em relação ao econômico, deslocando a geografia política de seu viés crítico marxista.

É também nessa direção que caminha o texto aqui publicado. Fruto de sua mais recente obra, *The priority of injustice: locating democracy in critical theory* (2017), o autor polemiza ao colocar em xeque concepções de justiça consagradas dentro da geografia, especialmente aquelas derivadas do conceito lefebvriano de “direito à cidade”. Barnett defende que o enfoque em uma concepção de justiça e injustiça como se o último fosse a falta de um suposto ideal do primeiro produziu trabalhos que pouco discutiram as suas implicações políticas (e democráticas), resumindo-se, muitas vezes, à discussão e ao mapeamento da falta de certos serviços públicos. O autor propõe, portanto, priorizar a discussão sobre a ideia de injustiça não mais como oposição à justiça, mas como tendo valor próprio em seu conteúdo político. Concordando ou não, esse texto é leitura obrigatória para tornar a discussão sobre *justiça* mais robusta, qualificando a produção intelectual da ciência geográfica.

Ao propor que as análises sejam feitas sobre a ideia de injustiça, Barnett prioriza não o que as pessoas têm, mas como são tratadas, trazendo o atual interesse da geografia humana pelo afeto político, pelas emoções e pelos sentimentos, além de expandir a própria concepção de reivindicação (*claim-making*) usada, em geral, pelos geógrafos em suas pesquisas. É amplamente discutida na geografia a relação entre espaço público e democracia – a rua e a praça como encontro entre os diferentes, qualificando ou não o sistema democrático. Ao inverter a lógica de análise sobre a justiça espacial, o autor busca expandir essa contribuição das reflexões espaciais sobre a democracia, já que uma complexa imbricação entre práticas de administração, governo, gestão e regra também necessitaria ser pensada para o tratamento das reivindicações realizadas.

A partir de sua evidente divergência epistemológica, ambos os textos reforçam a vitalidade das reflexões sobre a espacialidade do fenômeno político dentro da geografia. O CONGEO reforça, desse modo, seu compromisso em trazer ao público pesquisas de qualidade e que

prezem a pluralidade. Afinal, não defender tal característica seria, em si mesmo, um contrassenso à própria ideia de política defendida por seus organizadores. Desejo a todos uma excelente leitura!

## Referências Bibliográficas

BARNETT, C. Deconstructing radical democracy: articulation, representation, and being-with-others. **Political Geography**, v.23, n.5, p.503-528, 2004.

\_\_\_\_\_. The consolations of “neoliberalism”. **Geoforum**, v.36, n.1, p.7-12, 2005.

\_\_\_\_\_. The situations of urban inquiry: thinking problematically about the city. **International Journal of Urban and Regional research**, v.40, n.6, p.1186-1204, 2016.

BARNETT, C. LOW, M. **Spaces of democracy: geographical perspectives on citizenship, participation and representation**. SAGE Publications, 2004.

COX, V. The voting decision in a spatial context. In: BOARD, C.; CHORLEY, R. J.; HAGGETT, P; STODDART, D. R. (Org). **Progress in Geography I**, London, Edward Arnold, 1969, p.81-117.

\_\_\_\_\_. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale. **Political Geography**, v.17, n.1, 1998, p.1-24.

\_\_\_\_\_. **Political geography: state, territory and politics**. Oxford: Blackwell, 2002.

# PALAVRAS-CHAVE PARA UMA GEOGRAFIA POLÍTICA DO CAPITALISMO

*Kevin R. Cox*

## Introdução

*Palavras-chave* é uma ideia originalmente popularizada pelo crítico literário marxista Raymond Williams. Ele escreveu um livro intitulado *Palavras-chave* (1976), no qual examinou as palavras mais comuns em uso, particularmente entre acadêmicos, e traçou o desenvolvimento dos seus significados – geralmente em disputa – ao longo do tempo, indicando de que modo algumas delas mudaram: “capitalismo”, “consumidor”, “país”, “indivíduo”, “interesse” etc. Nesse sentido, Harvey (2006) pegou a ideia em um *festschrift*<sup>[13]</sup> para Williams, apontando que “espaço” havia sido uma palavra-chave omitida pelo autor. O texto “*Space as a keyword*”<sup>[14]</sup> não mergulha na Idade Média ou antes, como fez Williams com grande parte de suas palavras-chave, mas enfatiza o espaço sob o capitalismo.

Pego a dica de Harvey de colocar em primeiro plano o significado do termo capitalismo para o vocabulário compartilhado na geografia humana contemporânea e, em particular, para entender a geografia política. A própria ideia de geografia *política* expressa a separação que emerge, em geral, nos discursos sob o capitalismo. Apesar disso, não é ela o meu foco, mas, sim as palavras-chave desse subcampo, que, novamente, possuem um significado particular sob o capitalismo. As três palavras-chave são “território”, “Estado” e “geopolítica”.

Lidarei com elas nessa ordem, cuja construção segue a ideia de níveis de abstração, quando uma menor pressupõe a existência de maiores. Em outras palavras, um nível maior de abstração é um pré-

[13] O termo em alemão é utilizado como referência a um livro produzido para homenagear alguém. Nesse caso, o autor se refere ao livro *Os Sentidos do Mundo*. (Nota dos Organizadores).

[14] O texto citado foi traduzido e publicado na Revista GEOgraphia no ano de 2018. (Nota dos Organizadores).



-requisito para a abstração daquilo que é de menor nível. Assim, por exemplo, segundo Marx, não se pode abstrair “labor” se “capitalismo” já não houver sido abstraído. Isso ocorre porque o significado de “labor” como sendo a indiferença às formas concretas de trabalho subsequentes à desqualificação das tarefas, só emerge após a compreensão das formas de desenvolvimento capitalista (1973, p.104-105). É possível trazer o mesmo argumento para a palavra “localização”: não há sentido se não for em uma sociedade na qual localizações são substituíveis umas pelas outras (Cox, 2014, p.173). O meu foco é, portanto, como entender essas palavras-chave da geografia política quando emergem sob o capital e, ao mesmo tempo, refletem suas contradições.

## Território

Para a geografia política, essa palavra é totalmente fundacional. Tratá-la-ei de modo mais extenso do que as outras exatamente por essa razão. Ela não foi uma das palavras-chave citadas por Williams apesar de existir claramente um potencial para discuti-la historicamente, já que significados pré-capitalistas eram bastante diferentes (Elden, 2013). Devemos levar em consideração também que o conceito contou com um considerável tempo sem discussão crítica. Somente após a década de 1970, os geógrafos políticos falaram explicitamente sobre esse conceito, apesar de Hägerstrand (1973, p.85) ter apontado as possibilidades de seu uso bem antes, ao expor suas ideias sobre projetos e como encaixá-los no tempo-espaço<sup>[15]</sup>. A geopolítica clássica, notadamente com Mackinder e Bowman, foi completamente sobre território, porém teríamos dificuldade de encontrar em suas obras o uso direto do termo. Tornando as coisas ainda mais complicadas, geógrafos econômicos da década de 1970 em diante usaram o termo para indicar quando algo está localizado, como, por exemplo, em “desenvolvimento territorializado”<sup>[16]</sup>.

---

[15] O que está sendo de fato defendido é um novo tipo de geografia política, que lida com o poder em termos espaço-temporais de considerável precisão conceitual. Uma geografia política bem definida pode trazer para dentro do coração da geografia humana a ideia de que relações de poder são de imensa importância no entendimento de como projetos competem por espaços disponíveis.

[16] Como exemplo, o título do livro organizado por Allen Scott e Michael Storper (1986): *Production, Work, Territory: the geographical anatomy of industrial capitalism*.

Em *The Dictionary of Human Geography* (2009, p.745), John Agnew define território como “a unidade de espaço contínuo que é usado, organizado e administrado por um grupo social, pessoa individual ou instituição para restringir e controlar o acesso de pessoas e lugares”. Ele destaca que a ênfase política tem sido dominante nas discussões sobre território como um poder de limitar o acesso ou, etimologicamente, como a territorialidade de pássaros ou outros animais. Concordo com essa definição, pois ela evita diferentes versões estat(d)istas encontradas em dicionários que relacionam território somente aos Estados, até porque associações de moradores nos Estados Unidos e na Europa Ocidental se organizam de modo a serem afastados certos tipos de desenvolvimento considerados indesejáveis. Território é, seguramente, sobre fronteiras, mas não necessariamente as formais reconhecidas por um Estado. É sobre os “de dentro” (*insiders*) e os “de fora” (*outsiders*); exclusão e inclusão. Esses são tipos de características gerais que se podem inferir sobre os usos históricos do termo, porém, definições generalizadas são úteis até certo ponto. Enquanto servem para indicar algumas propriedades comuns, afastam os conceitos de suas relações histórico-sociais, cujas particularidades as energizam e as preenchem de significados únicos. Território é diferente sob o capitalismo ou sob formas de produção pré-capitalistas.

Sendo uma condição para as noções sobre território, o desenvolvimento capitalista lida com dois diferentes níveis que, mesmo estando conectados, estão subordinados um ao outro. O primeiro é sobre “interesses” (*interests*): sobre como interesses de classe se transformam em territoriais – um “território” contra o outro em vez de classes em disputa. O segundo é sobre “identidade” (*identity*): “nossa” cidade, região, país. Entretanto, esses interesses e identidades tendem sempre a trabalhar a favor do capital e reproduzir suas relações de exploração.

Como David Harvey (1985) argumentou em seu artigo inovador sobre geopolítica do capitalismo, o *território* nasceu da contradição entre os momentos de localização e de deslocalização do capital. Sob o capitalismo, a produção é socializada em um nível sem precedentes. Isso ocorre por meio do desenvolvimento da divisão do trabalho dentro das fábricas, tanto em diferentes unidades da produção capitalista quanto entre cidade e campo. Isso também depende da criação de meios de produção compartilhados, outra vez, tanto dentro do próprio espaço de trabalho, como nas linhas de montagem ou nas refinarias de petróleo,

quanto daqueles meios de produção que são divididos entre empresas, como meios de transporte e provisão de água, ou, ainda, atualmente, instalações de treinamento subsidiadas pelo Estado. Há, ainda, os meios compartilhados de (re)produção da força de trabalho (*labor power*): um investimento imobiliário que muda de dono, escolas, modos de locomoção ao trabalho etc. Ao mesmo tempo, é necessário que haja uma certa coerência nas relações sociais, notadamente: um compromisso de classe para que a produção não seja continuamente interrompida; alguns valores e discernimentos (mesmo que funcionem mais para uns do que para outros) e alguma complementaridade entre produção e consumo, o que Harvey denomina “coerência estruturada”.

Tudo isso ocorre dentro de um espaço no qual o capital pode circular de modo lucrativo, tendo em vista os já existentes meios de transporte e de comunicação. A moradia dos trabalhadores precisa estar relativamente próxima dos lugares de trabalho. Fornecedores de matérias-primas não podem estar localizados muito distantes ao ponto de os custos de transporte não serem recuperados nas vendas. Isso, obviamente, possui elementos escalares; o espaço do mercado imobiliário é diferente daquele da divisão espacial do trabalho, mas as escalas são complementares. A jornada diária destinada para o trabalho é limitada em seu alcance, mas isso não significa que o trabalho não possa fazer movimentos mais longos e permanentes sobre uma área maior que corresponda mais àquela em que as outras formas de troca de mercadorias estão ocorrendo. Isso será chamado aqui de “espaço de acumulação”.

Este é o momento localizacional do capital: suas criações de espaços de acumulação em conjunto com uma coerência estruturada que facilita a continuidade de um regime árduo e explorador. É, definitivamente, a base para a expansão capitalista: para a exploração de mercados mais distantes, na medida em que os transportes permitam; para a expansão ao adquirir nova força de trabalho de outro lugar, novas fontes de matérias-primas e produtos de consumo necessários e para o desenvolvimento de uma mais intensa divisão do trabalho que facilite a produtividade e aumente a habilidade de invadir novos mercados e expurgar competidores.

Isso significa, contudo, que o capital também tem seu momento *deslocalizante*. Sendo resultado de suas contradições, ele transborda de seu anterior espaço de acumulação. Sua falha, devido à sua própria natureza, em criar um mercado que seja suficiente para absorver seu crescente

fluxo de produtos, o força a procurar consumidores em outros locais. A contínua busca por menores custos para ganhar a competição resulta em tentativas de substituir as matérias-primas usadas por outras mais baratas a serem encontradas a uma distância maior. Novas tecnologias significam uma nova geografia: enquanto as transformações oriundas da mudança da máquina à vapor para a eletricidade são clássicas – mudanças radicais em todas as escalas geográficas<sup>[17]</sup> –, as tendências de superprodução sinalizadas por crises podem resultar na emergência de setores completamente novos com geografias ainda mais expansivas, como as têxteis de algodão, as industriais automobilísticas e muitas outras. Isso se baseia na redução contínua dos custos de transporte e no melhoramento da comunicação, ambos empurrados pela demanda de outros capitalistas, mas também pelo desejo próprio da indústria de transporte de atrair consumidores por meio da diminuição paulatina dos custos de deslocamento.

Seguramente, pode variar o modo pelo qual os primeiros pontos de crescimento são afetados. Alguns não serão perturbados, operando em setores que não são desafiados; outros irão passar por grande aperto. A criação de maiores espaços de acumulação pode ameaçar os já existentes de múltiplos modos. Novos produtos de diferentes locais ou, simplesmente, mais baratos, podem ameaçar a base econômica de uma região em particular. Como os mercados nacionais substituem os regionais, empresas podem criar plantas de filiais em qualquer lugar, minando antigos centros de emprego.

O problema é de fixidez: a necessária mobilidade do capital entra em contradição com sua necessária fixidez (Harvey, 1985). Espaços de acumulação são baseados na socialização da produção, que, por sua vez, depende de massivos investimentos fixos: infraestrutura física como estradas e portos, nas próprias fábricas de produção (minas, siderúrgicas, fábricas de montagem de automóveis, plantas de engenharia pesada) e habitação para os trabalhadores. Em um espaço econômico relativamente estável, isso cria condições físicas e sociais para uma coerência estruturada que gera bases para seu crescimento contínuo; porém, em um espaço instável, como é o caso mais típico, isso pode ser profundamente problemático.

---

[17] É possível citar a emancipação da indústria em relação à localização das minas de carvão e, dentro das regiões metropolitanas, a capacidade de ter uma indústria de apenas um andar, o que significou a possibilidade de localizar as fábricas nas periferias das cidades onde a terra era ou é mais barata.

A maioria dos investimentos físicos é de longa duração, o que significa que pode não ter sido amortizado ainda. Por sua vez, os bancos podem sentir o calote com seus empréstimos a serem pagos. Além dos investimentos fixos, há uma rede de relações sociais que facilita a produção em determinados lugares ou regiões. São relações de confiança entre empresas, cuja existência permite que trabalhadores saibam sobre a existência de vagas de trabalho, tornando o recrutamento muito mais fácil (para não mencionar os laços que se estendem entre as famílias). Essa alta complexidade das práticas sociais e dos consumidores impede que as pessoas se mudem: não apenas trabalhadores, mas também pequenos empresários. Em resumo, pelo menos com algumas produções, não é fácil se mudar em sua decadência, liquidando o capital fixo existente e as relações construídas entre pessoas e firmas durante um considerável espaço de tempo: realocar-se pode vir acompanhado de grandes custos.

É nesse momento que emergem ideias de território como algo localizável a ser defendido. Capital e trabalho, ambos compartilham dilemas. Esta é uma importante condição para o surgimento da ideia de território, pois permite que emergjam unidades enganosas de interesses que são contextualizadas como “nós aqui” *versus* “eles lá”. Os dois incluem grande parte que são fixas por variadas razões: incorporando uma divisão do trabalho particular – como no Vale do Silício –, na qual há uma dependência de indicações de conhecidos por vagas de emprego, a posse de uma casa própria, um pequeno negócio que depende da visibilidade local e das diferentes conexões da vida social. No contexto de uma maior circulação global do capital, ambos podem ter estratégias convergentes com objetivo de manter e expandir o fluxo de valor por meio das relações sociais locais, principalmente de uma base econômica, mas, depois, em consequência, pela divisão do trabalho e do mercado imobiliário. Essas estratégias podem envolver diferentes formas de relações de confiança que provocam uma disseminação do risco e podem incluir maneiras distintas de donos cruzados dos estoques: algo bastante comum na organização empresarial no Japão (SAYER IJURR). As iniciativas de novos treinamentos, as renegociações de contratos laborais e a dispersão de alguns aspectos da produção para reduzir os custos com salários são, na verdade, exemplos do que, na década de 1980, era denominada “reestruturação” e, de maneira significativa, não necessariamente envolvia o Estado.

Portanto, considera-se o território como uma questão de interesses de classes, mesmo quando eles se fundem em uma coalizão em torno de possibilidades futuras para garantir que o capital flua por meio das relações sociais locais/regionais/nacionais. Território é, portanto, mais que uma questão de interesse material; é também o objeto de identidades sociais. Pertencimentos – em termos não materiais – a certos locais constituídos por relações de determinadas pessoas são ameaçados pelas mudanças na economia espacial. Essas identidades podem ser – e são – desenhadas para defender posições no espaço econômico mais amplo.

O capitalismo pulveriza formas preexistentes de comunidade. A pessoalidade é substituída pela impessoalidade; o reconhecimento mútuo é trocado pela indiferença; as pessoas não mais precisam estar próximas umas às outras para construir relações (mesmo que opressivas), estabelecendo-as a partir de algo objetivo que se move acima de seus próprios controles – o mercado em suas várias formas, especialmente o mercado de trabalho. Para o capital, esse colapso foi um problema porque destruiu formas de interação social que minimizavam a sensação de exploração. É nesse momento social central que podemos localizar a fundação da nova disciplina da Sociologia. Enquanto isso, capitalistas procuraram outras soluções para esses problemas, como o paternalismo na fábrica e a criação de comunidades-modelo.

Todavia, do ponto de vista da classe trabalhadora, esse processo foi sentido como uma perda, apesar de diferente. Em seu livro *Nations and Nationalism* (1990), Hobsbawm se refere à busca por uma nova forma de comunidade como uma compensação pelo que havia sido destruído, o que alguém pode, de modo compreensível, conceber como um mundo perfeito em oposição a um mundo que existe, do concreto e não do abstrato, do pessoal e não do impessoal, o mundo que se afeta, em oposição a um mundo da indiferença. A solução imediata seria a recriação do local, do face a face, no qual o reconhecimento mútuo e o sentido de significância podem ser restaurados, como, por exemplo, a família, a igreja, os círculos de amizade, os times de esporte e o que é atualmente denominado como “associações voluntárias”. Em geral, são respostas oriundas dos locais de moradia, apesar de amizades continuarem sendo criadas em ambientes de trabalho, o que torna o fechamento de fábricas algo ainda mais entristecedor. Novas estruturas localizadas são construídas, envolvendo

não somente pessoas, mas também o meio ambiente físico, natural e artificial, que é interno à prática, como a casa, o bairro e a igreja.

A construção dessas formas de comunidade é algo que envolve pessoas muito distantes geograficamente, motivo pelo qual é possível denominá-las “pseudo-comunidades”. “Pseudo” porque não são mais relações face a face e envolvem mais abstrações que práticas concretas. Em seu livro *Imagined Communities*, Benedict Anderson (1983) apresentou o papel do que ele denomina como “capitalismo de imprensa” e a formação de comunidades que não são mais face a face, mas reforçam certos sentimentos de pertencimento ao estilo de vida particular enraizado geograficamente. Seu argumento não é muito satisfatório sobre como esse efeito acontece, pois prefere apontar o modo pelo qual a mídia aproxima as pessoas em um mundo de simultaneidade imaginada, como naquela conhecida frase: “Enquanto isso, em algum lugar no mundo...”. O que a mídia faz – o que precisa fazer para ser lucrativa – é reapresentar para sua audiência, em formas abstratas, o que é reconhecido como relevante para suas vidas locais e alguma coisa que as pessoas imaginem que estejam participando, como se atuassem em um drama local. Novas histórias são dados de relevância local, como na famosa manchete do jornal galês, *The Western Mail*, “Titanic afundou. Três galeses afogaram”. Pessoas simples se sentem importantes em um palco mais amplo. Novelas são programas que não saem das grades da televisão por uma boa razão: elas celebram a família, cuja dinâmica é central para o entendimento moderno de comunidade e suas experiências cotidianas.

Atuando desse modo, a mídia de massa claramente assume um espaço prévio de interpretação criado notadamente por ser uma língua compartilhada, com tradições e práticas repartidas que podem ser reinterpretadas como uma condição para a relação face a face. As abstrações que a mídia de massa realiza vêm junto com uma inclinação que é visivelmente burguesa. Mesmo as famílias da classe trabalhadora na novela britânica *Coronation Street* entram nessa ideia. Essas inclinações incluem valores de consumo, ideias de mobilidade de classe, competição e escolha. Algumas coisas são reforçadas e outras, filtradas. Por outro lado, a mídia impressa pode também ser formativa, sentindo algumas necessidades compartilhadas e, então, quando satisfeitas, transformando-se em parte da pseudo-comunidade. Na Inglaterra, o interior é um elemento-chave do tipo de vida nacional: não à toa, viajar para “o in-

terior” é um objeto de desejo para unir a família em feriados e férias. Patrick Wright (1985, p.56-68) sugeriu que uma das razões para isso ocorrer é o reconhecimento da empresa de petróleo, Shell, de que as pessoas necessitam de razões para usar seus carros; o famoso Guia Shell (*Shell Guides*) para diferentes municípios ingleses do interior é resultado disso. Minha suspeita é que algo similar aconteceu na França por meio dos “Guias Verdes Michelin” (*Michelin Green Guides*) produzido para diferentes regiões, enquanto o Guia Michelin (*Guide Michelin*) criou uma forma diferente de difundir a ideia de gastronomia como uma paixão compartilhada dos franceses.

Sem dúvida alguma, isso é algo que pode ser conceitualizado sem trazer o Estado. Ele se soma ao efeito e, assim, o explora. Participa da sua própria função de construção de “país” e do sentimento de algo compartilhado, mas não necessariamente em um sentido opressivo. O sistema público de ensino, a propagação da língua nacional, o estabelecimento dos direitos civis para todos, as experiências compartilhadas do voto e das políticas públicas, a cultura nacional compartilhada na literatura e na História, as mídias e os ícones das produções cinematográficas – todos necessitam do sentimento profundo de pertencimento ao Estado. É, também, o foco da mídia, conectando o tipo de vida “do interior” às pessoas de outras localidades e criando uma base para conversação ampla dentro do país, a qual onde todas as pessoas possam conviver em virtude da equidade sob a lei e o direito de voto.

O Estado aprofunda não apenas o sentido, mas também a realidade do país como um espaço exclusivo, uma moldura territorial, portanto. Por meio de suas fronteiras e produzindo atividades exclusivas para quem está dentro, o Estado transforma o país em um contêiner, no qual práticas específicas circulam, como formas culturais, incluindo, até mesmo, as formas da paisagem que são experienciadas diariamente e geram uma sensação de lar. A França é diferente: postes de concreto para transmissão de energia elétrica, cruzeiros verdes para as farmácias, casas cercadas por muros com portas grandes de metal que dão entrada para o resto. No Reino Unido, por outro lado, alguém pode ter a impressão de que prevalecem casas geminadas, paisagens de cercas-vivas ou muros feitos de pedras nativas talhadas e, muitas vezes, campos ainda pequenos, cuja preservação é atribuição do planejamento do uso do solo realizado pelo Estado.



O resultado é a formação de algo que pode ser denominado como um espaço econômico moral, no qual a mídia, pela formação de pseudocomunidades (muitas delas amplamente divulgadas no país, outras mais regionais ou até mesmo locais) adiciona um forte elemento hierárquico: “nossa cidade”, “nossa região”, “nosso país”. Em sua base, a necessária condição dessas pseudocomunidades são as estruturas que emanam das interações face a face nas quais pessoas concretas já agem de modo internacionalizado, naturalizado e sem questionamento. Generalizadas pela mídia, essas estruturas de significado entram, então, na relação com outras, de um modo que pode ser disruptivo, desafiando as crenças naturalizadas. Isso ocorre não apenas no tipo de vida constituído pelo sistema de significado, mas também pela paisagem – de diferentes formas de estruturas físicas, como igrejas, ou, até mesmo, nas diferentes vestimentas que imigrantes trazem consigo – que a condiciona, fazendo com que qualquer mudança seja de difícil assimilação. A comunidade não é apenas diferenciada, mas também gera fortes impulsos de exclusão em diferentes níveis – da vizinhança até o país como um todo.

A mudança no espaço econômico, portanto, desestabiliza essas formas de comunidade, tanto a concreta, face a face, quanto a mais abstrata, como “o nosso país”. O desemprego pode significar que membros de famílias precisam se separar. O fechamento de fábricas destrói mais que empregos: destrói também conexões forjadas entre pessoas durante toda a vida. Renovações urbanas significam, para muitos, “o luto pelo lar perdido” (Fried, 1986). Os “de dentro” (*insiders*) são confrontados com os “de fora” (*outsiders*), com os quais não há nenhuma história de conexão e que poderiam trazer distintos valores cosmopolitas. Os objetos, como paisagens específicas ou tipos de arquitetura, que são dotados de valores positivos e fazem a mediação entre pessoas, desaparecem.

Esse sentimento de algo ameaçado torna as pessoas mais suscetíveis a acreditarem não somente que vivem um modo diferente de vida, mas também um modo *superior* de vida (como em “por que eles não vivem como a gente?”). Os “de fora” (*outsiders*) são preteridos pelos “de dentro” (*insiders*) em qualquer escala de comunidade considerada. Isso permite que supostos líderes de comunidades, muitas vezes empresários, tomem controle, mas sempre formados pela consciência burguesa, mobilizando uma economia moral mais ampla e,

consequentemente, uma política econômica mais abrangente. Comunidade como identidade se transforma em comunidade como interesse, cuja busca legítima disputas territoriais.

## O Estado

Estados sempre possuem fronteiras, porém, no caso de Estados capitalistas, suas formas territoriais se apresentam de um modo diferente. Na Europa feudal, do ponto de vista da classe dominante, território significava aluguel sobre a terra<sup>[18]</sup>, principados, ducados, bispados etc., que poderia ser de fato dispersos entre um e outro – um pouco aqui, um pouco acolá, separado por um pouco de cada ducado e por aí vai. Em geral, isso era um produto de casamento interdinastias como um modo de aumentar suas receitas. Em contraste, o território de Estado capitalista tende a ser geograficamente compacto<sup>[19]</sup>, não perfurado<sup>[20]</sup> e, exceto pelos Estados insulares, como Indonésia ou Nova Zelândia, não fragmentado<sup>[21]</sup>.

Isso também é verdade para as regiões metropolitanas, regiões e províncias nos quais Estados são divididos, visto que elas são mobilizadas para batalharem umas contra as outras. Por sua vez, isso reflete uma característica muito particular de base material do território sob o capitalismo: reflexos de espaços de acumulação, alguns ainda relevantes, outros incorporados a diferentes formas territoriais, que são, por sua vez, estruturadas geograficamente pelos custos relativos de fazer o capital circular por eles. Já que os espaços de acumulação foram mobilizados pelo capital, seja como um modo de defender a coerência estruturada no lugar, seja como uma estratégia para se expandir para outras áreas (um tipo de defesa a partir do ataque), formas territoriais preexistentes são mobilizadas com esses objetivos ou novas são criadas por meio de atos, como, por exemplo, a unificação nacional.

Em resumo, enquanto os Estados forem capitalistas, não podemos compreendê-los em suas funções atuais sem levar em consideração que são, também, territoriais em suas formas e, ainda mais, que interes-

---

[18] Embora não pago e recebido sempre em dinheiro.

[19] Uma referência essencial sobre a característica compacta dos territórios estatais é Taylor (1971).

[20] Como, por exemplo, a África do Sul circunda Lesoto.

[21] O Alasca e o Havaí tornam os Estados Unidos um caso peculiar.

ses territoriais e identidades são suas condições necessárias, mais do que o Estado como requisito do território. Eles perseguem conflitos territoriais com outros Estados no comércio, no investimento, na mudança da divisão internacional do trabalho e, outrora, sobre os impérios. Além disso, Estados também, de modo crucial, fazem a mediação dos conflitos territoriais dentro de sua jurisdição e permitem que expressões sejam dadas para interesses e identidades de natureza territorial. Isso é evidente no modo pelo qual Estados funcionam internamente, tanto quanto externamente, já que é por meio de resoluções de conflitos internos que Estados se posicionam para perseguir interesses territoriais em escala global. A dominância de Londres e do Sudeste do país nas trocas comerciais britânicas e nas políticas de investimento público são excelentes exemplos disso.

Bob Jessop (2000, Capítulo 12) se referiu a três dimensões do Estado contemporâneo que denomina como o modo pelo qual as demandas são feitas pelo Estado (*inputs*); as políticas públicas resultantes (*policy outputs*); e o modo pelo qual o Estado organiza sua divisão do trabalho (*through-puts*)<sup>[22]</sup>. Todos possuem momentos territoriais (ver Tabela 1). Governos são tipicamente eleitos por constituintes, por distritos eleitorais ou por comunas; política pública *sempre* tem um aspecto geográfico diferenciador, algumas vezes implícito – como no modo pelo qual a tributação é realizada diferentemente segundo o desenvolvimento desigual da economia nacional – ou explícito, em políticas que possuem alvos geograficamente delimitados – como a renovação urbana ou as políticas públicas que buscam limitar o crescimento de cidades grandes. O Estado, então, organiza a divisão do trabalho territorialmente, não apenas na distinção entre governo local e nacional e a variação da distribuição de poderes, mas também no Judiciário e nos seus diferentes circuitos.

Por razões relacionadas à estrutura coerente na qual estão envolvidos, os Estados, então, variam muito em forma. O Estado americano é extraordinariamente descentralizado, cedendo poderes e responsabilidades às escalas locais e estaduais de um modo que contrasta muito com Estados mais centralizados como a França e o Reino Unido. A representação é mais territorializada por meio das eleições primárias e do sistema de comitê eleitoral, no qual legisladores trabalham em comissões que são de interesse particular de seu respectivo distrito eleitoral (Cox, 2016, capítulo 8). Do mesmo modo e analisando melhor

---

[22] Ver Cox (2016, p.300-318) para discussão mais desenvolvida sobre o tema.

o caso americano, políticas públicas explicitamente territoriais foram utilizadas de modo diferente historicamente na França e no Reino Unido. Esse último tinha uma política regional formal, enquanto isso era praticamente ausente nos Estados Unidos (*ibidem*).

Tabela 1: Aspectos territoriais do Estado

<i>Inputs</i>	Organização territorial das eleições; Grupos de pressão regionais; Associações de moradores; Coalizões nacionais de organizações de imobiliárias locais.
<i>Through-puts</i>	Organização territorial do Estado: centralização x descentralização de poderes e responsabilidades; Organização territorial de áreas metropolitanas; Territorialidade implícita das responsabilidades das mais diversas áreas do Governo: agricultura e habitação.
<i>Outputs</i>	Política pública e a Geografia do desemprego; Política regional; Uso de atributos locais na estruturação de subsídios governamentais para governos locais.

Por razões relacionadas à estrutura coerente na qual estão envolvidos, os Estados, então, variam muito em forma. O Estado americano é extraordinariamente descentralizado, cedendo poderes e responsabilidades às escalas locais e estaduais de um modo que contrasta muito com Estados mais centralizados como a França e o Reino Unido. A representação é mais territorializada por meio das eleições primárias e do sistema de comitê eleitoral, no qual legisladores trabalham em comissões que são de interesse particular de seu respectivo distrito eleitoral (Cox, 2016, capítulo 8). Do mesmo modo e analisando melhor o caso americano, políticas públicas explicitamente territoriais foram utilizadas de modo diferente historicamente na França e no Reino Unido. Esse último tinha uma política regional formal, enquanto isso era praticamente ausente nos Estados Unidos (*ibidem*).

Os Estados são condicionados pelas particularidades de suas respectivas coerências estruturadas enquanto servem, ao mesmo tempo, para reforçá-las. O Estado americano, em sua forma descentralizada, expressa valores centrais em sua formação social. Isso inclui uma suspeição em relação a um Estado ativista, uma ênfase de mérito do mercado e de virtude do esforço individual mais do que da ação coletiva representada por movimentos sociais ligados ao trabalho. Essa descentralização cria uma competição entre governos locais e entre governos estaduais, que imitam o mercado e servem para pender a balança mais para a ideia de mérito individual do que para os movimentos de trabalhadores. Estados competem em seus ambientes de negócios por novos investimentos – parte da história contada pelos Estados a ideia de crescimento individual, aumentando os salários de modo pulverizado. Governos locais competem por cidadãos de “alto nível”, cujas riquezas serão compartilhadas na forma de aumento das receitas escolares e, portanto, dos gastos por aluno. Tudo isso contrasta com Estados mais centralizados como França e Reino Unido e suas diferentes formas de balancear as forças de classe, pois são países com longas histórias de militância, nos quais há maior ressonância da ideia de um Estado de bem-estar social que todos compartilham.

Esses contrastes ajudam a explicar as distintas políticas territoriais. Nos Estados Unidos, uma forma de aliança territorial implícita entre classes tende a dominar. A forma descentralizada do Estado americano facilitou a formação de coalizões de crescimento em áreas urbanas (Cox, 2017). Governos locais anseiam por suas cobranças de impostos e empresas ligadas ao desenvolvimento urbano se preocupam com seus aluguéis, porém todo o ímpeto desenvolvimentista tem que ser legitimado pelas massas por meio de uma política do coletivo. Isso pode tomar a forma de como construir uma “maior e melhor Chicago” ou afirmar que todo mundo se beneficia de um desenvolvimento por um (dúbio) processo de gotejamento social (*trickledown*). A coalizão por trás da famosa frase de Trump, “*Make America Great Again*”, é outro exemplo: traz consigo um conjunto de forças diversas, mas, por meio das estatísticas eleitorais, inclui pequenos comerciantes de todas as partes (tanto empresários locais quanto o próprio [antes] proletariado), além de áreas que foram desindustrializadas e cidades pequenas que cambalearam com o fechamento de fábricas.

A forma assumida pelas políticas territoriais na França e no Reino Unido tem sido marcadamente diferente. Há uma história de

política regional em ambos e, apesar da recente devolução de responsabilidades regionais na França, o Estado central continua com as rédeas ao associar a liberação de dinheiro com a consistência do plano regional ao plano nacional. No Reino Unido, governos locais planejam e regulam o uso do solo, mas o governo central tem o poder de decisão final em casos relacionados ao interesse nacional. Além disso, todos os interesses locais ou regionais e os movimentos sociais se adaptam às particularidades da estrutura coerente em questão, incluindo a forma de Estado ou, como no caso do Reino Unido e dos movimentos nacionais da Escócia e do País de Gales, buscando mudá-lo.

## Geopolítica

A ideia de geopolítica depende das concepções de território e de interesses territoriais e identitários como algo a ser defendido e desenvolvido, porém depende também do Estado, cujos agentes são chamados para defender e promover esse processo. Tendo isso em mente, limito-me à geopolítica na escala internacional, na qual os argumentos são igualmente aplicáveis para o que ocorre dentro dos países e, portanto, trazem juntos o intranacional e o inter-nacional.

O trabalho de Harvey (1985) sobre a geopolítica do capitalismo é fundacional e, mas, por essa razão, é necessário desenvolvê-lo um pouco mais. Ele coloca, como já apresentei, o território no centro, traz as coerências estruturadas formadas no contexto das tendências localizacionais do capital e desenvolve como a persistente existência do Estado é colocada em questão por tendências contraditórias de deslocalização. O resultado serão diferentes tentativas de assegurar a continuidade por meio da reestruturação ou, talvez, até mesmo por medidas protecionistas, mas sempre nos termos da classe que vê a coerência estruturada em ameaça. Se o capital vai prevalecer, é necessário estabelecer aliança com, pelo menos, frações da classe trabalhadora, especialmente os estratos mais privilegiados. Desse modo, haverá mensagens que buscarão reviver “a economia nacional”, “a ameaça chinesa”, “desprezar a União Europeia vista como um albatroz” e “fazer os EUA grande de novo”<sup>[23]</sup>.

---

[23] Aqui, o autor traz, novamente, o slogan que ficou conhecido na campanha presidencial de 2016 de Donald Trump, “Make America Great Again”. (Nota dos Organizadores).

Nós estamos tão acostumados com esses tipos de conversas que geralmente falhamos em perceber seu conteúdo ideológico. O seu apelo é territorial. As divisões de classe são escamoteadas. A mensagem é que nós, empregadores e empregados, estamos juntos batalhando mercados contra estrangeiros e todos fazemos isso pelo país que amamos. Como Harvey escreveu, “processos globais e disputas de classe parecem que são dissolvidos diante de nossos olhos dentro de uma variedade de conflitos interterritoriais” (Harvey, 1985, p.152).

O Estado possui um importante papel nesse processo, especialmente na construção de alianças de classe e na formulação de políticas públicas. Conflitos no nível econômico global se transformam em uma das principais partes constituintes de seu *raison d'être*. Todo o resto – política educacional, Estado de bem-estar social, investimento na infraestrutura nacional – é atravessado por essa ótica. E, claramente, há uma boa razão para isso, já que, entre os diferentes atores da sociedade capitalista, o Estado é o mais imutável. A língua inglesa, os trabalhadores e as empresas podem, se for necessário, mudar-se para outro lugar, mas esse é um privilégio negado aos Estados: eles são territorialmente fixos.

Esse é um importante argumento, pois muda radicalmente como nós vemos a territorialização e o Estado capitalista e dispensa toda a superficialidade das relações internacionais clássicas ou dos livros de “economia internacional”. É uma ideia que pode ser desenvolvida e que é inteiramente oriunda da tese defendida por Harvey. Ainda assim, apesar de eu não desafiar as suposições subjacentes, apresento uma certa revisão crítica.

Em primeiro lugar, há uma questão escalar. Governos nacionais regulam suas respectivas economias nacionais e essa regulação é em si mesma objeto de todo o tipo de competição global (esse é o coração da ideia defendida por Harvey). Eles regulam tudo o que direta ou indiretamente tem a ver com o processo de acumulação e de manutenção do capital: o fornecimento de dinheiro, as relações entre capital-trabalho, as relações de propriedade etc. Em outras palavras, todas as coisas que entram no cálculo do “clima de negócios” e posicionam o país no *ranking* denominado (enganosamente) de “Index da Liberdade”<sup>[24]</sup>. O que facilmente pode ser esquecida é a regulação que ocorre acima das próprias fronteiras do Estado. Como a economia global é regulada? Em parte, é autorregulada como resposta ao “clima de negócios”. Há

[24] <https://freedomhouse.org/report/freedom-world>

também instituições formais estabelecidas para garantir que o capital possa funcionar em escala global e tem havido uma sucessão delas: o padrão ouro do século XIX; os acordos de Bretton Woods em torno de um padrão ouro modificado; o Acordo Internacional sobre Tarifas e Comércio (GATT), agora transformado na Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Todos eles têm a função de lubrificar o comércio e os investimentos em escala global, de arbitrar disputas comerciais e de manter os países dentro da órbita da economia global. Eles são (e sempre foram) altamente contestados porque seu *design* sempre funciona para poucos e, em alguns países, mais para uns do que para outros. O controle dessas instituições se torna, então, um jogo político. Eles podem se tornar o meio pelo qual aqueles que os criaram em primeiro lugar podem usá-los para tirar proveito de seu próprio capital no cenário global.

Essas relações ficaram dramaticamente à mostra na forma como a crise econômica nos países do Leste Asiático no final dos anos 90 se desenrolou. Há muito, estava sob os olhos hostis do governo americano devido à maneira como a política nacional desses países funcionava para manter as multinacionais do lado de fora, incluindo, é claro, as americanas. O objetivo da política era o desenvolvimento nacional por meio de relações estreitas entre o governo e as principais empresas nacionais. As multinacionais eram desaprovadas por causa de agendas que poderiam funcionar contrariamente às de um Estado em desenvolvimento. Mas o que o governo dos Estados Unidos viu, estimulado pela imprensa financeira, foi “capitalismo de compadrio”. A crise foi sua oportunidade. Os “capitalismos de compadrio” precisavam de financiamento de curto prazo de saldos comerciais negativos e recorreram ao FMI. O FMI, porém, sempre refletiu as prioridades americanas, já que os americanos, junto aos seus aliados da Europa Ocidental, igualmente hostis ao Estado desenvolvimentista, monopolizaram seus direitos de voto. Portanto, sim, países como Indonésia, Coreia do Sul e Tailândia obteriam empréstimos, mas com condições: as regras de investimento e de aquisição que regem as empresas estrangeiras tinham que ser relaxadas (Wade e Veneroso, 1998).

O esforço para monopolizar um espaço extraterritorial lembra os impérios formais anteriores que tinham em mente impor uma divisão espacial do trabalho igualmente opressiva: as colônias. Formais ou não, serviriam como fontes de matérias-primas baratas e como esco-



mento para as manufaturas (capital e bens de consumo). A formalidade desse tipo de subordinação daria lugar a métodos de controle mais informais à medida que as colônias conquistassem sua independência, mas não antes de uma luta global pela divisão do espaço imperial. Isso atingiu seu clímax na Segunda Guerra Mundial: se conseguisse, a Alemanha dominaria uma Nova Europa, o Japão estava decidido a criar a sua chamada “Esfera de CoProsperidade” no Leste Asiático e Mussolini sonhava com um novo Império Romano.

Há um segundo ponto sobre a tese de Harvey. Embora a luta de classes esteja no centro de seus argumentos sobre as coerências estruturadas e o desenvolvimento de alianças entre as classes, ela precisa ser levada adiante. A luta geopolítica não é apenas sobre a luta de uma aliança de classe capitalista de base nacional contra outra. É também sobre a classe capitalista global em sua totalidade contra uma classe trabalhadora que não necessariamente confina sua luta dentro das fronteiras nacionais, mas, em particular, contra o movimento operário internacional. Estranhamente, o geógrafo político Halford Mackinder, que estava longe de ser progressista em suas visões políticas, entendeu isso claramente, como demonstrou em seu conhecido livro, *Democratic Ideals and Reality* (Cox, 2019).

Nesse sentido, e mais concretamente, o capitalismo da geopolítica precisa ser escrito para levar em conta uma luta que remonta a 1917 e à Revolução Russa. Isso foi seguido por revoluções na Alemanha e na Hungria e por uma onda de atividades de greves militantes em todo o mundo capitalista – eventos que enviaram ondas de choque às classes dominantes nacionais. O problema passou a ser: como reverter a maré vermelha?

Esse foi o pano de fundo para o que foi chamado de “guerra civil da Europa” (Graham, 2005; Traverso, 2016), uma luta da classe dominante para reimpôr seu domínio que teve um efeito mais vigoroso no triunfo de Franco, no subsequente derramamento de sangue na Espanha e na repressão do movimento operário de outros países fascistas. Enquanto isso, a classe dominante na França e na Grã-Bretanha estava muito feliz em permitir esse acontecimento. A resistência da classe trabalhadora continuaria durante a guerra por meio dos movimentos de resistência dominados pelos comunistas. Só ficaria decidido, pelo menos por enquanto, com o fim da guerra civil na Grécia em 1949. Mais uma vez, não deve-

ríamos ter dúvidas de qual lado as classes dominantes de outros lugares, incluindo a dos britânicos e a dos americanos, apoiavam ativamente.

Isso não significa que a Segunda Guerra Mundial não foi também sobre hegemonia global: não apenas contra a ameaça da Alemanha e do Japão às pretensões dos EUA, mas também sobre os EUA colocando um prego no caixão do Império Britânico por meio da forma como negociaram seus acordos de ajuda de guerra: nenhum sentimentalismo anglófono foi compartilhado lá! A Alemanha liderou o ataque contra a URSS e a Grã-Bretanha e os Estados Unidos aceitaram isso; foram as implicações de longo prazo da vitória alemã no domínio da economia global que preocuparam os americanos.

Uma vez que a guerra acabasse, a luta contra a classe trabalhadora mundial continuaria na forma da Guerra Fria, com a tentativa de empurrar para trás o chamado “império do mal” e salvar o capitalismo para o mundo. Países como Cuba, El Salvador e África do Sul teriam agora maior importância nos cálculos geopolíticos. O porquê de o capitalismo ter prevalecido nessa luta específica, além da enorme vantagem em recursos materiais que foi capaz de desenvolver, é complicado de definir. Embora a globalização e o retrocesso do Estado em todos os lugares desempenhassem um papel importante (Clarke, 1990), é necessário notar que a classe trabalhadora no mundo desenvolvido já havia sido suavizada por mudanças na forma de família (Cox, 2020), pelo colapso das indústrias que estiveram no coração do movimento trabalhista e pelas mudanças para a direita de seus representantes parlamentares.

Claramente, a geopolítica envolve relações que podem ser estudadas não apenas através das escalas, mas também por dentro delas. Pode-se falar sobre hegemonia global, mas há tipos mais subcontinentais de hegemonia: pense na África do Sul no contexto do sul da África e no México, na América Central. Há hegemonias regionais dentro dos países a serem examinadas. A predominância de Londres e do sudeste da Inglaterra no Reino Unido é, nos dias de hoje, altamente controversa. A geopolítica das áreas metropolitanas, especialmente onde estão fragmentadas por jurisdição, como nos Estados Unidos, fornece um foco rico em suas implicações. E então vem o Brasil. Voltando à questão da hegemonia regional, que diferença faz o Brasil ser um país lusófono em um mar hispanófono? Existe uma geopolítica da mudança climática, então que sentido pode-se dar à insistência do país no desmatamento da Amazônia?

## Um comentário final

Originalmente, eu havia planejado quatro palavras-chave. A quarta seria “país”, que foi inserida em “território”. No entanto, há mais a ser desenvolvido do que isso e tal palavra merece uma reflexão mais aprofundada no futuro. Os países são relevantes não apenas como objetos de identificação, mas também por meio de respectivas coerências estruturadas, que além de sua natureza capitalista, são sempre diferentes. Há um grande escopo aqui para um estudo comparativo. Estou impressionado com algumas das semelhanças entre a África do Sul e a Bolívia: ambas dependentes de recursos, ambos intensamente racistas, opondo os europeus aos povos indígenas, com forte presença de mão de obra migratória e com uma história de luta territorial que tende a obstruir os interesses de classe. Então, o que se pode aprender ao olhar para a Bolívia pelas lentes da África do Sul e vice-versa? Que questões de pesquisa de natureza mais específica esses países fazem emergir? Alternativamente, que diferença uma coerência estruturada faz na maneira como o trabalho migratório ou as lutas pela reforma agrária funcionam?

Finalmente, embora os países sejam uma presença dominante na geografia política mundial, estou impressionado com a indiferença sobre as escalas dos processos que venho discutindo. Os polos concorrentes de território e de classe são tão evidentes nas áreas metropolitanas quanto no nível nacional. E, voltando ao Brasil, o que isso fala sobre a força (ou não) do Estado brasileiro para organizar seu espaço? O que isso diz sobre o Estado brasileiro e a sua relação com estas outras palavras-chave de geografia política, território e geopolítica?

## Referências Bibliográficas

- ANDERSON, B. **Imagined Communities**. London: Verso, 1983.
- CLARKE, S. Crisis of socialism or crisis of the state? **Capital and Class**, n.42, p.19-29, 2020.
- COX, K. R. **Making Human Geography**. New York: Guilford, 2014.

\_\_\_\_\_. **The Politics of Urban and Regional Development and the American Exception.** Syracuse NY: Syracuse University Press, 2016.

\_\_\_\_\_. Revisiting the city as a growth machine. **Cambridge Journal of Regions,**

**Economy and Society,** v.10, p.391-405, 2017.

\_\_\_\_\_. **A Mackinder centenary and a revisionist note.** 2019. Disponível em: *Unfashionable Geographies*: <https://kevinrcox.wordpress.com/2019/01/27/a-mackinder-anniversary-and-a-revisionist-note/>

\_\_\_\_\_. **Geographies of decline and the labor movement.** 2020. Disponível em: *Unfashionable Geographies*: <https://kevinrcox.wordpress.com/2020/07/02/geographies-of-decline-and-the-labor-movement/>

ELDEN, S. *The Birth of Territory.* Chicago: Chicago University Press, 2013.

FRIED, M. Grieving for a lost home: psychological costs of relocation. In: WILSON, J. Q. (Org.) **Urban Renewal: The Record and the Controversy.** Cambridge MA: MIT Press, 1966.

GRAHAM, H. **The Spanish Civil War: A Very Short Introduction.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

HÄGERSTRAND, T. The domain of human geography. In: CHORLEY, R. J. (Org.) **Directions in Geography.** London: Methuen, 1973.

HARVEY, D. The geopolitics of capitalism. In: GREGORY, D.; URRY, J. (Org.), **Social Relations and Spatial Structures.** London: Macmillan, 1985.

\_\_\_\_\_. Space as a keyword. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. (Org.), **David Harvey: A Critical Reader.** Oxford: Blackwell, 2006.

HOBBSBAWM, E. **Nations and Nationalism Since 1780.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

JESSOP, B. **State Theory.** Cambridge: Polity Press, 1990.

MARRIS, P. **Loss and Change.** Garden City NY: Doubleday Anchor, 1975.

MARX, K. **Grundrisse.** Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1973 [1857-58].

MILLER, Z. **Suburb: Neighborhood and Community in Forest Park, Ohio, 1935–1976**. Knoxville: University of Tennessee Press, 1981.

SMITH, S. J. Bounding the borders: claiming space and making place in rural Scotland. **Transactions, Institute of British Geographers**, 18:3, p.291-308, 1993.

TAYLOR, P. J. Distances within shapes: an introduction to a family of finite frequency distributions. *Geografiska Annaler*, 53B:1, p.40-53, 1971.

TRAVERSO, E. **Fire and Blood: The European Civil War, 1914–1945**. London: Verso, 2016.

WADE, R.; VENEROSO, F. The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury-IMF Complex. **New Left Review**, n.228, p.3-24, 1998.

WEBBER, M. Culture, territoriality and the elastic mile. **Papers of the Regional Science Association**, 13, p.58-69, 1964.

WRIGHT, P. **On Living in an Old Country**. London: Verso, 1985.

# DESLOCANDO AS GEOGRAFIAS DA JUSTIÇA

*Clive Barnett*

## Reivindicações de Injustiça

Desde a década de 1970, a justiça social tem sido um tema central da corrente crítica na denominada *Anglo-American* ou, talvez mais amplamente, na geografia humana de língua inglesa, bem como em campos relacionados, como estudos urbanos e regionais ou teoria do planejamento (por exemplo, Heynan, 2018; Merrifield & Swyngedouw, 1995; Smith, 1994). Apesar da centralidade dessa preocupação normativa para as agendas de pesquisa em disciplinas espaciais, os estudiosos desses campos muitas vezes relutam em especificar o conteúdo da justiça ou os princípios relacionados. É mais comum afirmar que o seu valor surge do primado da prática, de modo que se dá atenção analítica às lutas explícitas contra a injustiça. Teóricos radicais possuem fortes afinidades com movimentos que lutam por justiça, além de serem consistentemente cautelosos com as dimensões universalizantes do raciocínio político normativo. David Harvey (2009), por exemplo, sugere que as questões normativas podem ser abordadas de três maneiras: por meio da reflexão filosófica; por meio do desenvolvimento de estruturas de necessidades humanas básicas ou por meio do alinhamento aos movimentos sociais – linha que Harvey endossa.

Privilegiar a prática da reflexão sobre os princípios normativos justificativos reproduz uma estrutura de pensamento em que a justiça continua a ser entendida como um ideal igualitário contra o qual a injustiça se apresenta como ausência ou desvio. Em aspectos fundamentais, então, teóricos radicais em disciplinas espaciais permanecem comprometidos com o “modelo normal” de pensamento sobre a justiça – característica de certas vertentes do liberalismo (ver Shklar, 1990). Em particular, esse modelo compartilha um dado amplamente aceito de que a justiça é um ideal positivo do qual a injustiça é um desvio, um

ideal que só é registrado empiricamente como uma ausência. Essa visão é mais evidente na convenção estilística de fazer justiça e injustiça juntas em uma mesma palavra – como “(in)justiça” (Soja, 2010, p. 5).

A ideia de que a injustiça surge contra o pano de fundo de um ideal igualitário, do qual a justiça é um ponto de partida, é uma característica comum do que, de outra forma, seriam tradições de análise bastante diferentes. Por exemplo, nas vertentes da geografia radical, os *insights* de ontologias alternativas ou teorias explicativas têm o objetivo de substituir o que é considerado como tendência inerentemente individualizante e universalizante do raciocínio normativo sobre a justificação de determinados arranjos sociais. Nas vertentes do empirismo radical, presume-se que acumular dados empíricos sobre os padrões de desigualdade é equivalente a mapear a injustiça. Cientistas sociais críticos frequentemente presumem que ela se torna visível ao comparar os padrões reais de desvantagem com as teorias ideais.

Como uma alternativa às convenções estabelecidas de pensamento sobre justiça em disciplinas espaciais, delineio um argumento sobre dar prioridade conceitual à injustiça e sugiro como essa abordagem pode transformar o modo como o pensamento geográfico discute questões de justiça (Barnett, 2016). Dar prioridade conceitual à injustiça se refere a teorizá-la independentemente da formulação anterior de um princípio ideal de justiça. É um tema emergente em certas vertentes do pensamento político, mudando de ideais igualitários dominantes de justiça para uma consideração de normas republicanas de não dominação (ver Barnett, 2017; Bohman, 2012; Heinze, 2012; Beerbohm, 2014; Simon, 1995).

O argumento para a “prioridade da injustiça”<sup>[25]</sup> tem três etapas. Em primeiro lugar, as determinações de injustiça podem ser e são feitas independentemente de uma teoria de justiça anterior. Em outras palavras, não é necessária uma teoria universal de justiça para fazer julgamentos sobre a injustiça de uma situação. Essa primeira proposição decorre, em segundo lugar, do fato de que a injustiça tem sua própria textura, uma fenomenologia própria – não é simplesmente uma função da ausência de justiça ou do fracasso de alguma parte

---

[25] “Prioridade da Injustiça” é o título do livro mais recente do autor. A explicação desse termo ambíguo é realizada ao longo desse texto e de sua obra (Nota dos Organizadores).

em agir com ela. A injustiça é mais bem compreendida na analogia da saúde e da doença. A doença não é uma ausência de saúde, é uma condição positiva; as doenças têm causas e condições próprias. Por fim, a injustiça surge como algo que é sentido em vez de racionalmente apreendido por referência a princípios. Isso significa que sentimentos negativos – raiva, ressentimento, vingança etc. – podem ser importantes para animar as paixões das lutas contra a injustiça.

A perspectiva da prioridade da injustiça coloca a *dominação*, entendida como um modo particular de poder, no centro da preocupação das teorias críticas da democracia (Barnett, 2017, p.208-237). Dar prioridade conceitual à injustiça também está associado a uma ênfase na reivindicação (*claim-making*<sup>[26]</sup>) como a dinâmica pela qual as relações de dominação são desafiadas. Centrar as discussões de justiça democrática na questão da dominação – da sujeição arbitrária à vontade dos outros – marca uma diferença decisiva que separa essa perspectiva das teorias liberais da democracia, já que essas priorizam o valor da justiça em termos do que se é devido, de merecimentos justos, de parcelas justas. Da perspectiva da teoria crítica que se concentra nas relações de dominação, a ênfase não está na justiça, mas em questões de regra arbitrária – em como alguém é tratado (por exemplo, Forst, 2007). Essa é uma perspectiva que abre novas questões sobre como as relações espaciais distanciadas e distribuídas funcionam como meios pelos quais as reivindicações contra a dominação são articuladas e processadas (Barnett, 2012).

A seguir, delinerei algumas das limitações de pensar a injustiça como um conceito “não ideal”, cujo significado é derivado de um ideal mais ou menos explicitamente articulado que emerge das ações de movimentos políticos contestatórios. Em seguida, farei considerações sobre a ideia de “déficit democrático”, que caracteriza as discussões sobre justiça em disciplinas espaciais, como a geografia e os estudos de planejamento. A discussão, então, especificará ainda mais a perspectiva da “prioridade da injustiça” antes de considerar como essa abordagem reformula a importância dos conceitos de espaço público na análise espacial crítica.

---

[26] “Claim-making” pode ter alguns significados em português, como “reclamação”, “protesto” e “reivindicação”. Escolhemos essa última porque acreditamos fazer mais sentido com a ideia política do autor do texto (Nota dos Organizadores).



## Afinidades eletivas da geografia

A pesquisa sobre justiça ambiental é, talvez, o campo mais avançado da investigação geográfica em que a primazia analítica é concedida ao surgimento prático de expressões de injustiça. O *ethos* orientador desse campo é a corrente orientada para o movimento que está alinhada para abordar problemas em vez de identificar ideais (Schlossberg, 2013). O foco da atenção está em como vários padrões de justiça são estrategicamente desenvolvidos e implantados pelos movimentos sociais. Da mesma forma, as pesquisas pautadas na ideia de “direito à cidade” se enquadram no pressuposto de que os valores surgem da ação política engajada. Por exemplo, a discussão de Soja sobre “justiça espacial” concorda com essa noção ao afirmar que “está sendo usada política e estrategicamente em movimentos sociais de todos os tipos” (Soja, 2010, p.8). Em ambos os campos, a ênfase está nas qualidades emergentes dos critérios normativos, cuja ideia está associada a uma visão da reivindicação como o meio pelo qual as expressões de injustiça são articuladas.

A recomendação de que a análise crítica seja sensível aos valores imanentes que expressam sentimentos compartilhados de injustiça certamente deve ser levada a sério. No entanto, o privilégio prático da injustiça pode levar a duas tentações, às quais devemos resistir. A primeira é a impressão de que se poderia reconstruir o sentido da justiça traçando o conteúdo das expressões visíveis do senso de injustiça. A segunda tentação, relacionada à primeira, é presumir que a análise crítica envolve necessariamente uma identificação eletiva com vozes ativistas favorecidas ou com os interesses das vítimas.

Ambas as tentações desviam a atenção do dilema que surge de qualquer afirmação da primazia das expressões de injustiça: atender apenas às alegações expressas de dano, lesão e/ou exploração pode ignorar as maneiras pelas quais há o enfraquecimento da capacidade das vítimas de expressar suas próprias experiências de danos, lesões e/ou exploração – característica central das relações de poder injustificáveis. Em suma, o problema da “injustiça epistêmica”, isto é, das distribuições sistematicamente distorcidas de credibilidade e autointerpretação, complica qualquer afirmação direta de que a atenção analítica e a primazia normativa devem ser dadas às afirmações expressas de injustiça (ver Fricker, 2007).

O risco de passar por cima do fenômeno da injustiça epistêmica é evidente em visões específicas sobre o que a teoria espacial pode fazer pela análise crítica. Em discussões sobre “a urbanização da injustiça”, “o direito à cidade” ou “as gramáticas da injustiça”, expressões visíveis de injustiça são rotineiramente interpretadas como respostas ao que seriam as suas causas óbvias: a exploração capitalista do trabalho e o meio ambiente; a governança neoliberal; as formações intersetoriais de opressão de gênero, sexualizadas e racializadas; a acumulação por espoliação. Nesse modo recorrente de análise, o significado da injustiça é deslocado das filosofias normativas da justiça para a força reveladora atribuída às teorias explicativas do espaço, para ontologias alternativas de espacialidade ou para alguma combinação de ambas.

Em estudos reconhecidamente radicais e críticos, ontologias alternativas e narrativas explicativas são normativamente convincentes porque revelam que as coisas podem ser diferentes, que não são como parecem à primeira vista e que os arranjos atuais são atravessados por histórias e contingências que poderiam ser reconfigurados, executados de forma diferente ou imaginados de novo. Revelar os processos que moldam a produção do espaço, o agenciamento de ordens constituídas e a formação de assentamentos provisórios caminha junto à afirmação da dinâmica do devir, da contradição, da performance e do paradoxo, que são usados para explicar a reprodução de padrões e relações fixas, mas também oferecem a possibilidade de transformá-los. Essas formas de análise estão intimamente associadas a um gênero particular de crítica: teorias avançadas de espaço e espacialidade que visam ajudar a desnudar os dispositivos pelos quais estruturas abrangentes de injustiça são reproduzidas, revelando fontes fundamentais de injustiça ao desmascarar o excludente ou os efeitos essencializadores de conceitos planos, absolutos e fixos de espaço ou de identidade.

A “autoridade reveladora” das raízes da injustiça, que define a força crítica das teorias do espaço e da espacialidade, pode ter diferentes fundamentos. Às vezes, tem como premissa o acesso a uma epistemologia superior, capaz de determinar a distinção entre diferenças significantes e insignificantes (Harvey, 1996). Outras vezes, depende de explicações ontológicas da formação necessariamente contingente de ordens estabelecidas que dão prioridade normativa implícita à sua relativa abertura e contestabilidade dessas ordens (Massey, 2005).

Ou, ainda, apoia-se na ideia de que os processos de espacialização pelos quais o mundo se constitui como cognoscível e acionável são, em primeiro lugar, eles próprios, fontes de injustiça (Dikeç, 2010). Entre essas diferentes abordagens, a esperança política progressista ou transformacional é assumida como decorrência da capacidade de demonstrar a possibilidade de mudança *per se*.

Análises críticas em geografia humana e campos relacionados precisam ser libertadas de um investimento reconhecido em estilos monológicos de raciocínio que são compartilhados tanto pela filosofia política normativa quanto por ontologias críticas e epistemologias do espaço e da espacialidade. E isso requer ir além de algumas suposições dadas como certas sobre o significado de justiça e injustiça.

### Além do igualitarismo dogmático

A análise crítica em disciplinas espaciais, como a geografia humana e os estudos urbanos, frequentemente concentra a atenção em uma série de questões sobre a equidade distributiva dos resultados sociais e econômicos. Em geral, tem se preocupado muito menos em pensar a justiça como um conceito político, isto é, inextricavelmente ligado à compreensão moderna da democracia. Certamente, pode-se encontrar indícios de um senso de justiça democrática, por exemplo, na conhecida declaração de David Harvey do problema de desenvolver “uma distribuição justa alcançada com justiça” (Harvey, 1973, p.98). Porém, essas são mais promessas do que proposições totalmente elaboradas. Restam poucas considerações explícitas sobre como chegar democraticamente a concepções do que é justo, já que isso envolve respeitar o pluralismo das preocupações das pessoas (ver Storper, 2013).

Na verdade, estudiosos críticos e radicais nesses campos frequentemente expressam impaciência por questões do procedimento democrático. Por exemplo, o tratamento de Soja (2010) à ideia de justiça espacial rejeita as teorias liberais de justiça com o fundamento de que elas enfatizariam excessivamente os “resultados” distributivos ao custo da análise do “processo”. Nessa afirmação, Soja elimina a preocupação com o processo em termos da aplicação justa das regras com a noção científica social de apreensão dos processos causais por trás

da produção da desigualdade. Uma preferência científica social para identificar as causas fundamentais tem o infeliz efeito de reduzir o significado da justiça distributiva à igualdade substantiva na alocação de bens e serviços socioeconômicos divisíveis. O significado especificamente político de justiça, relacionado às ideias de “igualdade democrática”, quase não é mencionado no envolvimento com questões de justiça social e de igualdade por teóricos espaciais.

A exclusão do problema da justificativa democrática de padrões normativos em teorias espaciais pode ser vista, por exemplo, no trabalho de Susan Fainstein (2011) sobre “a cidade justa”. A autora estabelece um forte contraste entre democracia (definida como um conjunto de procedimentos de deliberação e participação inclusiva) e justiça (definida como um princípio substantivo de equidade). Também é explícita ao afirmar a “precedência da justiça”, apresentada como um padrão de resultados equitativos com precedência sobre as normas do processo democrático. Não há nenhuma consideração séria sobre os limites democráticos dessa forma de raciocinar acerca da justiça como um ideal igualitário.

Para resumir, os teóricos críticos em disciplinas espaciais habitualmente suspeitam da teorização “normativa” e/ou “liberal”, qualificando suas próprias posições como superiores, já que buscam compreender a dinâmica que produz e reproduz desigualdades (ver Katznelson, 1995; Barnett, 2018). Afirmam que a compreensão das causas fundamentais é fornecida pelas teorias complexas da produção do espaço, pela dialética espacial ou pelas ontologias da espacialidade relacional e da espacialização constitutiva do político.

No entanto, defendo que não é possível contar apenas com o acesso a uma visão explicativa ou ontológica superior para se engajar responsavelmente com o problema da justiça democrática. Fazer isso é reproduzir inadvertidamente os estilos de raciocínio monológicos em terceira pessoa, que são as características mais problemáticas das tradições liberais normativas do filosofar político. É aqui que a perspectiva da “prioridade da injustiça” se afasta dos estilos de análise política liberal e autoconscientemente radical. Para avaliar plenamente o significado da priorização conceitual da injustiça sobre os ideais de justiça, é necessário reconsiderar a gramática do discurso sobre justiça. Em particular, requer uma consideração de como as reivindicações de injustiça e de

práticas de justificação são assuntos inerentemente intersubjetivos – em resumo, uma consideração da injustiça como um fenômeno totalmente público. Na seção seguinte, vou esclarecer o sentido preciso da prioridade da injustiça que informa a reorientação da atenção crítica. Irei, então, demonstrar como dar prioridade conceitual à injustiça reconfigura os significados atribuídos ao espaço público na análise da ação política.

## A prioridade da injustiça

Para ilustrar o que está envolvido em dar prioridade conceitual à injustiça sobre os ideais de justiça, talvez seja útil relembrar os *insights* de Iris Marion Young (1990), uma pensadora que foi influente nas disciplinas espaciais, principalmente como teórica do poder e da diferença (por exemplo, Fainstein, 2007 e Ivesen *et al.*, 2018). Esse foco no trabalho de Young está intimamente associado à minha percepção de que o raciocínio público (*public reasoning*) não recebeu atenção adequada (ver Jaggar, 2009).

Há mais de duas décadas, em meio a debates na geografia sobre diferença, relativismo e valores universais, Young afirmou: “invocar a linguagem da justiça e da injustiça é fazer uma reivindicação” (Young, 1998, p. 40). Esse argumento sobre a gramática da linguagem da justiça nos ajuda a especificar o que significa dar prioridade conceitual à injustiça para a investigação crítica. O ponto de Young era afirmar que para uma situação ser injusta, não era requerida necessariamente uma referência – implícita ou explícita – a um padrão de justiça ideal. Presumir que devemos ter de antemão um padrão contra o qual julgar as coisas como injustas torna a gramática da justiça errada (ver também Pitkin, 1972). Em outras palavras, seria sempre levar de volta à justiça algum tipo de ideal.

Na perspectiva da prioridade da injustiça, ela não é entendida não como ausência de justiça, assim como a doença não é ausência de saúde. A injustiça é uma condição positiva decorrente de uma experiência de ferimento de algum tipo ou, mais amplamente, de uma aversão ao erro (Wolgast, 1987). Por sua vez, justiça é algo desenvolvido não para satisfazer um padrão ideal – seja um princípio *a priori* ou emergente –, mas para responder expressões situadas de injustiça. Nessa perspectiva, a justiça não é um ideal: é uma condição humana

que se manifesta por meio de processos de reconhecimento, reparação e redistribuição (ver Barnett, 2020).

Dois outros pontos decorrem de dar prioridade conceitual à injustiça. Em primeiro lugar, isso requer abandonar a ideia de que a moeda da justiça é alguma forma de conjunto divisível de bens primários, recursos, direitos ou até mesmo capacidades. Em vez disso, exige pensar em questões de injustiça e justiça como relacionadas, principalmente, a questões não sobre o que as pessoas *têm*, mas sobre como são *tratadas*. Dar prioridade conceitual à injustiça envolve pensar na forma com que as relações sociais, os arranjos institucionais e as normas prejudicam sistematicamente algumas pessoas como participantes de práticas compartilhadas da vida pública (ver Fraser, 2008).

Em segundo lugar, dar prioridade conceitual à injustiça também envolve focar as maneiras pelas quais as questões de justiça sempre envolvem reivindicações feitas por alguém sobre outros agentes – sobre a justificação de coisas que demandam validações de certos tipos. O tema da reivindicação e do surgimento da injustiça estão sujeitos a algumas interpretações errôneas, portanto, vale a pena refletir um pouco mais sobre seu significado preciso.

Em contraste às reconstruções racionais de estados ideais de justiça, dar prioridade conceitual às reivindicações de injustiça envolve necessariamente afirmar a dinâmica passional por meio da qual a ação política é gerada como uma resposta a várias formas de dano, injúria ou maus-tratos (ver Solomon, 1990). Essa ênfase nas paixões certamente vai ao encontro dos interesses atuais da geografia humana sobre afeto político, emoções e sentimentos. No entanto, duas dificuldades surgem de qualquer afirmação simplista das paixões como guias para a análise crítica. Em primeiro lugar, a ênfase dada à formulação de reivindicações passionais em argumentos pela prioridade da injustiça parece tornar o julgamento uma questão puramente excêntrica. Afinal, como já foi indicado, o sentimento de injustiça geralmente parte de emoções negativas, como raiva, indignação, ressentimento ou vingança e, apenas secundariamente, de emoções empáticas ou simpáticas.

Em segundo lugar, ao privilegiar reivindicações passionais de injustiça corre-se o risco de reproduzir a injustiça epistêmica, uma vez que qualquer valorização direta de gritos explícitos de injustiça pode obscurecer as estruturas de dano que sufocam as expressões de alguns

atores. Combinando essas duas dificuldades, torna-se claro que dar prioridade às reivindicações de injustiça pode acabar emprestando um brilho normativo às queixas daqueles com as vozes mais altas.

À luz dessas duas questões, é importante especificar o que a ideia de “reivindicar” (*claims-making*) realmente significa na perspectiva da prioridade à injustiça. Em particular, é importante enfatizar o duplo significado da noção de “reivindicações” nesta abordagem à análise política. Em primeiro lugar, a ideia de fazê-las implica que as questões de justiça surgem em contextos nos quais os padrões existentes de poder são contestados por meio da expressão de objeções de uma forma ou de outra. Nesse sentido, as reivindicações são feitas contra as injustiças sentidas. Mas, além deste sentido talvez mais óbvio, há uma segunda dimensão para o foco na formulação delas, em que a ideia de “reivindicações de injustiça” se refere ao sentido de que são, de fato, afirmações: aqui, a ênfase é que são feitas sobre a atenção de outros – por reconhecimento, resposta ou reparação. Como tal, as reivindicações de injustiça estão sujeitas a um teste democrático, podendo ser aprovadas ou não por meio de argumentação e debate. Crucialmente, a proposição de que podem ser avaliadas para verificar se são garantidas não é apenas uma questão de determinar a certeza epistemológica ou até mesmo a validade normativa. Ao contrário, decorre de uma visão em que as práticas de justificação se tornam centrais para a experiência e para a articulação da injustiça como injustiça.

O duplo sentido de “reivindicar” – como afirmações feitas e processadas – lança luz à importância de pensar em reivindicações de injustiça como processadas por meio de investigação compartilhada, intersubjetivamente mediada. É nesse sentido que podemos pensar a injustiça como um fenômeno inteiramente público – uma proposição que pode, por sua vez, exigir que repensemos a maneira como os geógrafos conceituaram o espaço público.

### Qual é a forma do espaço público?

Da perspectiva delineada aqui, o que torna um estado de coisas injusto – para aqueles imediatamente no lado receptor da dominação, exploração ou violência, bem como para aqueles chamados a

agir em resposta a tais estados de coisas – não é a referência prévia do que seria um arranjo adequadamente justo. A priorização conceitual da injustiça na teoria crítica decorre da visão de que danos, violações e injustiças são vivenciados, sentidos, expressos, avaliados e justificados em situações de interação intersubjetiva, ou seja, são assuntos públicos. Dar prioridade conceitual à injustiça na análise crítica, portanto, nos obriga a ajustar os pressupostos por meio dos quais o pensamento geográfico apreende as espacialidades da vida pública.

O espaço público tem sido um tema central nas discussões sobre democracia, justiça e direitos em disciplinas espaciais (por exemplo, Mitchell, 1993; Swyngedouw, 2018; Low & Ivesen, 2016). Colocar a ênfase em “reivindicações contra a injustiça” pode, à primeira vista, parecer apoiar uma compreensão do espaço público que privilegia a sua acessibilidade classicamente definida, na medida em que pensamos nas reivindicações como sendo expressas de formas padronizadas, por meio de protestos, manifestações ou outras formas de presença mais ou menos performáticas no espaço físico. Mas o duplo significado de reivindicações como asserções, delineado na seção anterior, nos alerta para o fato de que há mais para fazer sobre reivindicações públicas do que práticas de reunião, dissidência, encontro e protesto (ver Mahoney *et al.*, 2010; Parkinson, 2013).

A ênfase nas práticas de justiça como os meios nos quais a injustiça é vivenciada e articulada perturba o significado político geralmente atribuído a exemplos de copresença espacial – “a cidade”, “o fórum” ou “a rua”. O duplo sentido de fazer reivindicações na perspectiva da prioridade da injustiça envolve estendê-las aos processos pelos quais são respondidas, processadas, ajustadas, atuadas e, acima de tudo, tornadas autoritárias e encontram legitimidade. A geografia da justiça, portanto, envolve uma articulação complexa de práticas de mobilização, deliberações, compromissos, acordos, decisões e revisões. Isso caminha de mãos dadas com a afirmação “a justiça é feita”, se quisermos manter seu valor significativo como conceito. Portanto, longe de pensar em campos de governança, implementação de política ou tomada de decisão como exemplos de dispensa pós-política, devemos pensar em uma miríade de práticas de administração, governo, gestão e regra como meios para processar reivindicações e contra-reivindicações (ver Zivi, 2011).



Em suma, não há lugar ou espaço privilegiado no qual e por meio do qual as reivindicações por justiça sejam articuladas. Da perspectiva que delinee aqui, a investigação crítica das geografias da injustiça requer, portanto, uma apreciação das relações variáveis entre três dimensões analiticamente distintas da ação política: a dinâmica espacial envolvida na geração de desigualdades e injúrias; os espaços pelos quais esses padrões são traduzidos em expressões de injustiça e as espacialidades das práticas que buscam apontar as reivindicações de injustiça pela elaboração de ações legítimas (Barnett, 2014b). Os espaços nos quais a injustiça é apreendida e a justiça, praticada são mais bem vistos como estendidos no espaço e no tempo, ou seja, são espaços distribuídos de reconhecimento, justificação e reivindicação.

## Conclusão

Dar prioridade conceitual à injustiça na análise política e à ênfase associada aos processos de reivindicação requer um reconhecimento de todas as maneiras pelas quais as espacialidades da ação política excedem a preferência romântica por imagens de reunião, manifestação e protesto. As reivindicações de justiça surgem por meio da combinação de espaços de mobilização e agitação, deliberação e compromisso, barganha e negociação, decisão e entrega, responsabilidade e revisão (ver Barnett, 2014a). O argumento a favor de conceder primazia à injustiça conceitual sobre os ideais de justiça, portanto, implica desistir da presunção escolástica de que é possível chegar a determinações monológicas de justiça contra as quais as injustiças mundanas podem ser reveladas e condenadas. Exige assumir de novo o desafio de pensar democraticamente sobre a justiça. Resta, portanto, um potencial não realizado para trabalhar os aspectos duplos da recomendação de Harvey, a fim de buscar “uma distribuição justa alcançada com justiça”.

## Agradecimentos

Este capítulo foi originalmente preparado para o IV CON-GEO Debates Virtuais: Desafios e Novos Debates na Geografia Política Contemporânea, dezembro de 2020.

## Referências Bibliográficas

- BARNETT, C. Situating the geographies of injustice in democratic theory. **Geoforum**, 43, p.677-686, 2012.
- \_\_\_\_\_. Theorizing emergent public spheres: negotiating development, democracy and dissent. **Acta Academica**, 46(1), p.1-21, 2014a.
- \_\_\_\_\_. **What do cities have to do with democracy?** **International Journal of Urban and Regional Research**, 38(1), p.1625-1643, 2014b.
- \_\_\_\_\_. Toward a Geography of Injustice. **Alue ja Ympäristö**, (1), p.111-118, 2016.
- \_\_\_\_\_. **The Priority of Injustice. Locating democracy in critical theory.** Athens GA: University of Georgia Press, 2017.
- \_\_\_\_\_. Geography and the priority of injustice. **Annals of the Association of American Geographers**, 108:2, p.317-326, 2017.
- \_\_\_\_\_. 2020. The all too human geographies of justice. **Political Geography**, 78, p. 7-9, 2020.
- BEERBOHM, E. The Conceptual Priority of Injustice. **Jurisprudence**, 5:1, p.329-343, 2014.
- BOHMAN, J. Critical theory, Republicanism and the Priority of Injustice: Transnational Republicanism as a Non-Ideal Theory. **Journal of Social Philosophy**, 43:2, p.97-112, 2012.
- DIKEÇ, M. Justice and the spatial imagination. **Environment and Planning**, 33(10), p.1785-1805, 2010.
- FAINSTEIN, S. Iris Marion Young (1949-2006): A Tribute. **Antipode**, 39(2), p.382-387, 2007.
- \_\_\_\_\_. **The Just City.** Ithaca NY, Cornell University Press, 2011.
- FINCHER, R.; IVESEN, K. Justice and Injustice in the City. **Geographical Research**, 50(2), p.231-241, 2012.
- FORST, R. Radical Justice: On Iris Marion Young's critique of the "distributive paradigm". **Constellations**, 14(2), p.260-265, 2007.
- FRASER, N. **Scales of Justice: Reimagining Political Space in a**

**Globalizing World.** Cambridge, Polity Press, 2008.

FRICKER, M. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

HARVEY, D. **Social Justice and the City.** London: Edward Arnold, 1973.

\_\_\_\_\_. **Justice, Nature and the Geography of Difference.** Oxford: Blackwell, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cosmopolitanism and the Geographies of Freedom.** New York: Columbia University Press, 2009.

HEINZE, E. **The Concept of Injustice.** London: Routledge, 2012.

HEYMAN, N. (Org.). **Social Justice and the City.** London: Routledge, 2018.

IVESEN, K; FINCHER, R.; GLEESON, B. Iris Marion Young and urban geographies of difference. **Geografiska Annaler: Series B, Human Geography**, 100(3), p.287-293, 2018.

JAGGAR, A. *L'Imagination au pouvoir*: Comparing John Rawls's method of Ideal Theory with Iris Marion Young's Method of Critical Theory. In: FERGUSON, A.; NAGEL, M. (Orgs.). **Dancing with Iris: The Philosophy of Iris Marion Young.** Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 95-101.

KATZNELSON, I. Social justice, liberalism, and the city. In: A. MERRIFIELD. A.; SWYNGEDOUW, E. (Orgs.), **The Urbanization of Injustice.** London: Lawrence and Wishart, 1995, p. 45-64.

LOW, S.; IVESEN, K. Propositions for more just urban public spaces. **City**, 20(1), p.10-31, 2016.

MAHONY, N.; NEWMAN, J.; BARNETT, C. (Orgs.). **Rethinking the Public: Innovations in Research, Theory and Politics.** Bristol: Policy Press, 2010.

MASSEY, D. **For Space.** London: Sage, 2005.

MERRIFIELD, A.; SWYNGEDOUW, E. (Orgs.), **The Urbanization of Injustice.** London: Lawrence and Wishart, 1995.

MITCHELL, D. **The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space.** New York: Guilford Press, 1993.

PARKINSON, J. How is space public? **Environment and Planning C: Government and Policy** 31(4), p.682-699, 2013.

PITKIN, H. F. **Wittgenstein and Justice: On the Significance of Ludwig Wittgenstein for Social and Political Thought.** Berkeley: University of California Press, 1972.

SCHLOSSBERG, D. Theorising environmental justice: the expanding sphere of a discourse. **Environmental Politics**, 22(1), p.37-55, 2013.

SHKLAR, J. **The Faces of Injustice.** Cambridge MA: Harvard University Press, 1990.

SIMON, T. **Democracy and Social Injustice: Law, Politics, and Philosophy.** Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1995.

SMITH, D.M. **Geography and Social Justice: Social Justice in a Changing World.** Oxford: Blackwell, 1994.

SOJA, E. **Seeking Spatial Justice.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

STORPER, M. **Keys to the City: How Economics, Institutions, Social Interaction, and Politics Shape Development.** Princeton: Princeton University Press, 2013.

SWYNGEDOUW, E. **Promises of the Political: Insurgent Cities in a Post-Political Environment.** Cambridge MA: MIT Press, 2018.

WOLGAST, E. **The Grammar of Justice.** Ithaca NY: Cornell University Press, 1987.

YOUNG, I. M. **Justice and the Politics of Difference.** Princeton: Princeton University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Harvey's complaint with race and gender struggles: a critical response. **Antipode**, 30, p.36-42, 1998.

ZIVI, K. **Making Rights Claims: A Practice of Democratic Citizenship.** Oxford: Oxford University Press, 2012.



## CAMINHOS E DESCAMINHOS DA GEOGRAFIA POLÍTICA

### Introdução da mesa de língua francesa

*Iná Elias de Castro*

A geografia política francesa tem uma longa tradição que nem sempre reconhecida é por seus pares, ou melhor, é reconhecida criticamente de tempos em tempos. Desde Jacques Turgot (1750) e seu projeto de uma teoria de geografia política, passando por André Siegrified (1913) com seu trabalho pioneiro de geografia eleitoral, e por Jean Gottmann (1952), para quem a política dos Estados está na sua geografia, a vertente política da geografia francesa resistiu no seu quase ostracismo. Em 1976, essa tradição, considerada empirista, determinista e muito subsidiária das relações de poder do Estado com a sociedade e o território, foi duramente criticada por Yves Lacoste com “La géographie ça sert, d’abord, à faire la guerre” e sua denúncia do papel do conhecimento geográfico a serviço do Príncipe. Lacoste levantou o debate epistemológico na disciplina já em plena efervescência da vertente marxista. Uma geografia política mais crítica abriu um amplo leque temático de debates e pesquisas acadêmicas, embora uma geografia francesa aplicada nunca tenha deixado de existir e os geógrafos continuem prestando serviços importantes nos debates e ações de planejamento no território do país.

Os textos aqui apresentados são representativos de duas das muitas vertentes da disciplina na atualidade. O geógrafo Stéphane Rosière nos oferece uma ampla e cuidadosa pesquisa empírica na melhor tradição da geografia política ao mesmo tempo em que analisa as dimensões humanas do problema na melhor tradição da geografia crítica, em uma clara demonstração de que uma opção não elimina a outra. Com mapas, gráficos e tabelas, Rosière traz ao debate a questão das fronteiras nacionais, o paradoxo de uma economia cada vez mais globalizada e políticas nacionais cada vez mais vigilantes em seus espaços fronteiriços. Mas, como o próprio autor ressalta, muros não são uma novidade na história da humanidade.

Eles existem desde a Grande Muralha da China àquelas estabelecidas pelos grandes impérios e às cidades medievais fortificadas que hoje contribuem com a economia do turismo na Europa.

Se o tema “fronteira” é representativo da tradicional interface entre a geografia política e a geopolítica, a adesão do autor à vertente crítica da disciplina é revelada na perspectiva axiológica do problema, definido pelo impacto dessas barreiras na luta contra a migração indesejada. Ou seja, os muros refletem descontinuidades do padrão de vida e são erguidos especialmente contra os pobres. E, como não podia deixar de ser, é destacado também o que constitui uma economia da segurança fronteiriça que alimenta um lucrativo mercado de construção de barreiras num contexto global de redução das “grandes guerras”. Como apenas um quarto das barreiras está ligado a uma questão diretamente militar, é a luta contra a imigração ilegal o que mais tem estimulado os elevados investimentos nesses aparatos de vigilância e segurança. O efeito perverso dessa vigilância é o desenvolvimento de máfias que sustentam uma também poderosa economia ilegal de tráfico de drogas e de pessoas. O autor destaca os elevados custos pagos pelos migrantes ilegais e compara com o preço muito menor do que o da passagem de avião em classe executiva para os mesmos percursos. Porém, nesse caso, é necessário ter passaporte, o que está fora do alcance do migrante ilegal e, quanto maior o aparato de vigilância maior o custo financeiro e a perda de vidas nas travessias das fronteiras.

A apresentação de Arnaud Brennetot traz uma rajada de ar fresco ao debate epistemológico necessário como parte da profunda renovação da geografia política nos últimos quarenta anos. Ele destaca o fato de ela ter se tornado “um dos sub-ramos mais dinâmicos e fascinantes da geografia contemporânea”. Seu ponto de partida é a crítica de Yves Lacoste (1976) “contra a geopolítica clássica, acusada de ter se colocado a serviço de formas comprometedoras de poder”, em nome da razão de Estado. A “geopolítica crítica”, caudatária da obra de Lacoste e focada na luta necessária contra esse conhecimento, esbarra, segundo o autor, nos limites dessa pretensão. Esse é o argumento que tenho utilizado há quase duas décadas, ou seja, todo e qualquer conhecimento produzido sobre a sociedade é e será sempre apropriado por qualquer poder e a pretensão de controlar seus percursos é tanto inócua quanto autoritária (Castro, 2005).

Brennetot explora, pois, a ambição “crítica da nova geopolítica e sua relação desafiadora e politizada com o poder, o que a levou a aproximar-se das geografias radicais (neomarxista, pós-colonial, feminista ou anarquista)”. Ele diz que o sucesso acadêmico do libelo de Lacoste se estabeleceu também como o paradigma dominante no seio da geografia política e lamenta que os abundantes debates que animam a ciência política não sejam melhor aproveitados pela geografia política. O autor critica também o lugar relativamente secundário dos “fenômenos da prática política, como a elaboração de leis, a implementação de políticas públicas, a governança dos sistemas territoriais ou a expressão espacial da participação cidadã, bem como as análises sobre o novo institucionalismo”, na agenda contemporânea da disciplina. Para ele, essa abordagem parece apresentar uma potencialidade explicativa muito maior do que certas abordagens parcimoniosas mobilizadas na geografia crítica, prisioneira de uma axiologia pautada nos fundamentos do capitalismo e do neoliberalismo.

A ambição crítica da nova geografia política foi, segundo Brennetot, parcialmente dirigida para analisar as transformações espaciais induzidas pela ordem liberal, em particular a globalização neoliberal. Para o autor, houve um esforço ambicioso de refundação teórica, no entanto, prossegue Brennetot, ao se envolver em elaborações teóricas altamente sofisticadas, a nova geografia política às vezes parece negligenciar a necessidade de reunir material empírico suficientemente fundamentado. O autor destaca também que a aplicação de certos conceitos a situações geográficas particulares é por vezes abusiva ou incompletamente informada. Sua exemplificação do uso frequente do conceito de neoliberalismo, suas simplificações e seus equívocos são significativos de sua fragilidade na disciplina. Nessa crítica, o autor desmonta a perspectiva axiológica em relação ao neoliberalismo assumida pela geografia e aponta os erros cometidos em relação ao período geohistórico da agenda neoliberal muito anterior aos anos 1970, ignorados pelos adeptos dessa vertente. Da mesma forma, Brennetot destaca que as políticas neoliberais de competição entre espaços produtivos não substituíram, a partir da década de 1980, as políticas anteriores de combate às desigualdades regionais e traz dados empíricos sobre suas afirmações. Para ele, a dificuldade em captar um fenômeno tão importante como o neoliberalismo se deve à tendência da geografia crítica



de reduzir a análise empírica à busca de formas deduzidas de teorias gerais, sob o risco de, por vezes, perder fatos imprevistos ou aqueles em descompasso com essas teorias. Essa propensão expõe a análise crítica ao risco de ser acusada de praticar uma leitura aproximada ou mesmo seletiva da realidade, motivada mais por fins partidários ou militantes do que por uma preocupação real com o rigor metodológico.

Na terceira parte do texto, Brennetot propõe soluções para evitar essas armadilhas e garantir a operacionalidade das análises críticas, que devem ser claras sobre os limites das teorias explicativas disponíveis para dar conta de realidades muitas vezes multifacetadas, usando os conceitos de forma cautelosa e refinada, mas também aceitando serem surpreendidos pela ambiguidade da realidade. Propondo o que ele chama de uma geografia política construtivista, o autor nos convida a evitar buscar nas práticas espaciais e políticas a aplicação estrita de doutrinas previamente formuladas, o que implica reequilibrar o trabalho entre a dedução teórica e a análise empírica em favor desta. Sua fórmula consiste em buscar apreender metodologicamente a extensão das nuances por meio das quais a generalidade se desdobra, priorizando análises comparativas. A atenção aos respectivos papéis da estrutura e da agência é, segundo Brennetot, o que oferece os caminhos mais promissores e destaca as análises neoinstitucionalistas que têm conseguido mostrar como as dinâmicas estruturais não impedem a existência de janelas de oportunidade, deixando aos atores a possibilidade de ativar mudanças e iniciar ciclos incrementais de transformação.

A partir do exemplo do uso algumas vezes equivocado do conceito de neoliberalismo, a proposta de abordagem neoinstitucionalista aponta um leque de possibilidades para a geografia política que vai muito além das amarras axiológicas simplificadoras da geografia crítica, pois, segundo o autor, embora as análises críticas e radicais tenham permitido iluminar lógicas e circunstâncias do neoliberalismo, ainda há pouca compreensão sobre suas origens e resiliência, bem como sobre capacidade de se adaptar às mudanças multidimensionais do espaço político. Essa compreensão é o desafio que o autor coloca àqueles interessados em uma geografia política livre de amarras ideológicas e aberta às dúvidas que a realidade política sempre complexa impõe aos pesquisadores.

## Referências Bibliográficas

CASTRO, I. E. **Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GOTTMANN, J. **La politique des États e leur Géographie.** Paris: Armand Colin, 1952.

LACOSTE, Y. **La géographie ça sert, d'abord, à faire la guerre.** Paris: Librairie François Maspero, 1976.

SIEGFRIED, A. Tableau politique de la France de l'Ouest. In: SANGUIN, A-L.; SIEGFRIED, A. **Un visionnaire humaniste entre géographie et politique.** Paris: L'Harmattan, 2010.

TURGOT, A.R. Sur la Théorie de géographie politique. In: LÉVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace de sociétés.** Paris: Belin, 2003, p. 41-942.



# “FRONTEIRAS DE FERRO” OU A DIVISÃO DO MUNDO. BARREIRAS DE FRONTEIRA: PARA QUÊ?<sup>[27]</sup>

*Stephane Rosière*

## Introdução

As fronteiras internacionais são marcadas pela construção de numerosos “muros”, aqui denominados “barreiras fronteiriças”. Um dos mais midiáticos é o muro da fronteira EUA-México, proposto por Donald Trump. Os atentados de 11 de setembro de 2001, a crise econômica de 2007-08 e a crise migratória de 2015 são etapas de um processo de aceleração da construção dessas barreiras em todo o mundo.

Estamos testemunhando um processo de “compartimentação” do mundo – reforçando a construção de obstáculos (barreiras) para aumentar os controles e a seleção de indivíduos (Sparke, 2006; Amihat Szary & Giraut, 2015) – o que não significa “fechamento”, mas ação sobre os indivíduos (“biopoder”, como já nos apresentava M. Foucault). A noção de *teicopolítica* (Ballif & Rosière, 2009) ou “política baseada na construção de muros” destacou a analogia dos processos de compartimentação sensíveis em torno de quarteirões (condomínios fechados), bem como certas fronteiras (ver também van Houtum & Pijpers, 2007).

Este artigo tem como objetivo discutir os diferentes tipos de barreiras construídos atualmente, suas características e suas consequências socioespaciais. Para tanto, divide-se em três momentos: no primeiro, aponto o que denomino como “geografia das barreiras fronteiriças” a partir de sua localização, heterogeneidade de dispositivos e perspectiva histórica; posteriormente, aponto os tipos de barreiras contra os imigrantes e suas lógicas fundadoras; por último, busco traçar algumas consequências da lógica da compartimentação.

---

[27] Esse artigo é uma adaptação textual da apresentação oral conferida pelo autor no IV CONGEO (Nota dos Organizadores).

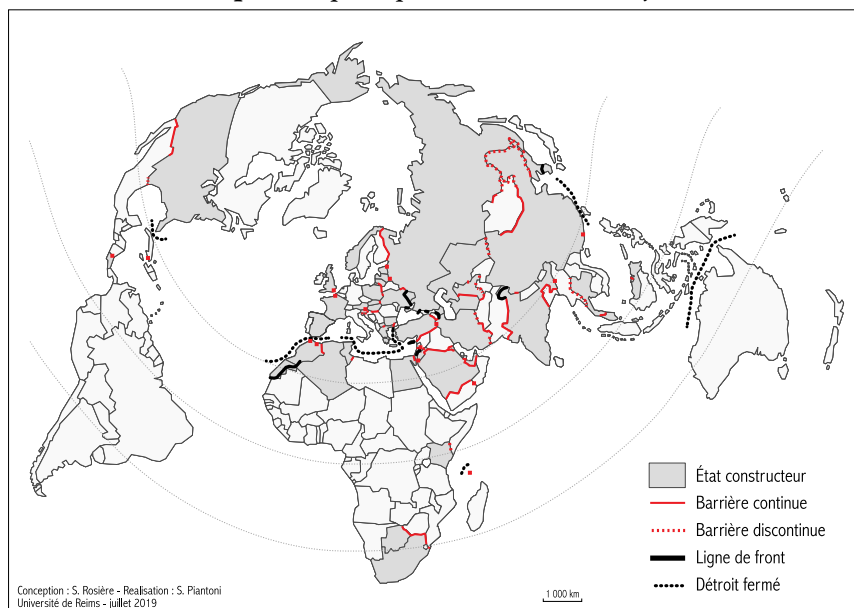
## Geografia das barreiras fronteiriças

As barreiras fronteiriças representam uma distância linear de aproximadamente 27.000 km (ou 11% da linha de fronteira global de 250.000 km). Cerca de um quarto desse tamanho é constituído por linhas de frente (como o “Muro das areias” marroquina) ou por linhas de cessar-fogo (Caxemira, Coréia e Chipre, por exemplo), sendo todos esses dispositivos de “segurança” monitorados e construídos pelos militares.

Os outros três quartos das “barreiras” separam países que têm boas relações e não são marcados por reivindicações territoriais. Os Estados Unidos e o México, por exemplo, estão vinculados por acordos de livre comércio. No espaço Schengen, a Áustria construiu alguns quilômetros de cercas na fronteira com a Eslovênia. É possível, assim, perceber uma tripla tipologia dual de barreiras: militar/civil; terrestre/marítima; contínua/descontínua.

Esse é um fenômeno principalmente da Eurásia, composta pela periferia da União Europeia, pela Rússia “próxima ao exterior”, pelo Oriente Médio, pela Índia, pela República Popular da China e pela Coreia, mas é possível notar que ele está crescendo na África.

**Mapa 1:** As principais barreiras fronteiriças



Fonte: Rosière, 2019

**Tabela 1:** As dez principais barreiras fronteiriças

<b>País que construiu</b>	<b>País limítrofe</b>	<b>Tamanho da fronteira (km)</b>	<b>Ano de início de construção</b>	<b>Tamanho da barreira (km)</b>	<b>Tipo</b>
Índia	Bangladesh	4096	1993	3326	Fronteira internacional (FI)
Parede de areia - Marrocos	RASD + Argélia	2720	1980	2720	Front line + FI com Argélia
Índia	Paquistão (sem a Linha de Controle)	2172	1947	2172	FI
EUA	México	3140	1994	1100	FI
Etiópia	Eritreia	912	1998	912	Linha de cessar-fogo
Turquia	Síria	818	2014	818	FI
Botswana	Zimbábue	813	2004	813	FI
Árabia Saudita	Iraque	812	2009	812	FI
Turquemenistão	Uzbequistão	1621	2001	800	FI
Índia/Paquistão	Linha de Controle na Caxemira	740	1949	740	Linha de cessar-fogo

Fonte: do autor.

## Perspectiva histórica

Três quartos das barreiras existentes foram construídas a partir dos ataques de setembro de 2001. Três países desempenharam um papel de treinamento:

- Estados Unidos: Operação *Gatekeeper* (1994); *Lei de Cerca Segura* (2006); promessa de um novo muro por Donald Trump (2016);

- Israel: na esteira da 2ª Intifada, houve a construção da “barreira de separação” em 2002 (*Geder HaHafrada*). Logo depois, o Catar e a Arábia Saudita seguiram o exemplo;

- Índia: ergueu “barreiras” desde sua independência em 1947. Junto com Bangladesh, lançou em 1993 um dos programas de “barreira” mais ambiciosos do mundo.

Vale destacar que as barreiras fronteiriças não são uma novidade radical: é possível remontar à Grande Muralha da China e aos impérios coloniais, que foram um campo de experimentação de barreiras fronteiriças. Além disso, as técnicas imaginadas no início do século XX (arame farpado eletrificado) ainda estão em uso.

**Foto 1:** Barreira fronteiriça na fronteira entre a Líbia (colônia italiana) e o Egito (1930)



Fonte: <http://www.zadigweb.it/amis/schede.asp?idsch=113&id=7>

**Figura 2:** Linha Morice e Charles construídas pelo Exército francês durante a Guerra da Argélia (a partir de 1957)



Fonte: <http://www.ecpad.fr/barrage-electrifie-le-long-de-la-frontiere-tunisienne/>

### Heterogeneidade de dispositivos

A barreira eletrificada, construída por Botswana em 2004, é uma réplica contemporânea de dispositivos coloniais (sem campos minados).

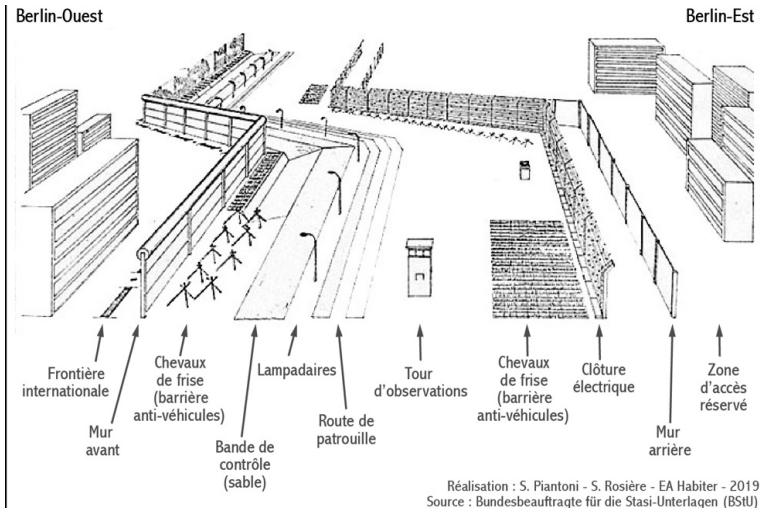
**Figura 3 – Barreira eletrificada (Botswana)**





A “Cortina de Ferro” (1949-1989) e o Muro de Berlim (1961-1989) possibilitaram testar *in vivo* muitas técnicas ainda hoje utilizadas.

**Figura 4:** Cortina de Ferro (1949-89) e Muro de Berlim (1961-89)



Fonte: Piantoni & Rosière, 2019.

Note-se que do muro de concreto à cerca virtual, as técnicas utilizadas são muito variáveis (dependendo do nível de desenvolvimento).

**Figura 5:** Muro de concreto em Jerusalém



Fonte: Rosière, 2010.

**Figura 6:** Cerca virtual na fronteira Eslováquia-Ucrânia



Fonte: Rosière, 2014

A “barreira” visível no solo é apenas a parte emersa de um dispositivo complexo. Ela é apenas um elemento em um sistema de vigilância que incorpora:

- Recursos humanos: unidades móveis de vigilância (ao longo da barreira) e unidades de controle (nos postos de fronteira – PPF);
- Meios tecnológicos de vários níveis: iluminação ou eletricidade (barreira), câmeras e sensores (barreira), elementos fixos e elementos móveis (foto) ligados a centros de controle.
- Uma barreira implica controle centralizado e redes fortes. As informações enviadas por ela são centralizadas e controladas. Os PPFs estão ligados a bases de dados poderosas. Na União Europeia, há o sistema de informação Schengen, que contém dados de indivíduos procurados ou desaparecidos, o sistema de informação de pedido de visto (VIS), o Eurodac, que faz a gestão de pedidos de asilo, o registro de nomes de passageiros, que recolhe 19 tipos de informações de viajantes etc.

## Barreiras frente aos migrantes

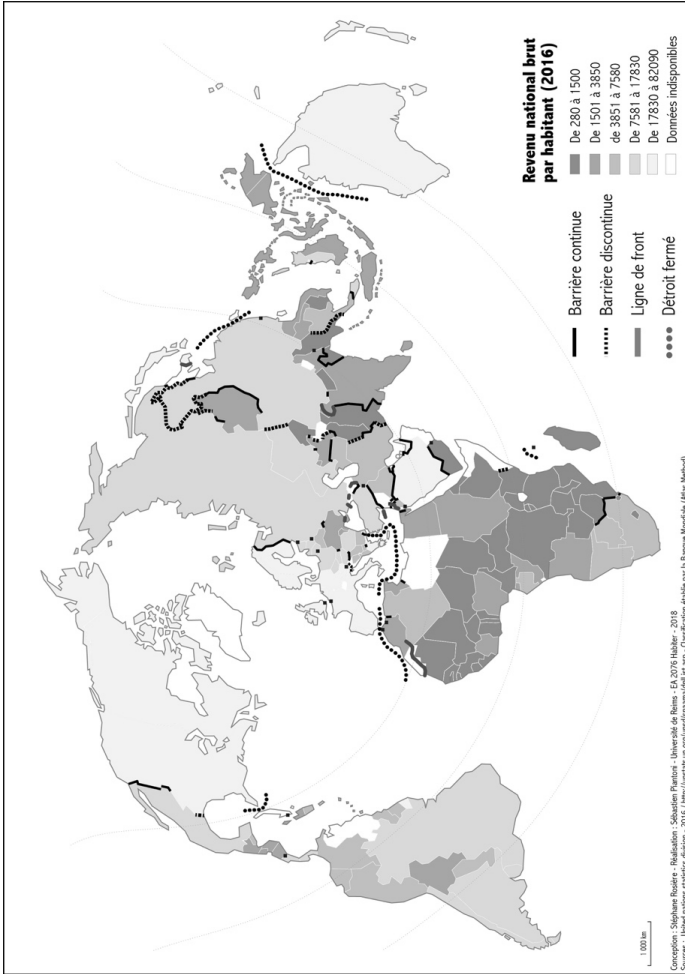
A construção de barreiras é geralmente justificada por três imperativos (como parte de uma busca por “segurança”): o combate ao tráfico (contrabando), a luta contra o terrorismo e o enfrentamento da imigração ilegal. No entanto, elas raramente desempenham um papel significativo no tráfico e no terrorismo (exceto para a Caxemira e Israel); apenas um quarto das barreiras fronteiriças está ligado a uma questão diretamente militar. Três quartos delas foram construídas para lutar contra a migração indesejada e estão localizadas nas áreas onde as discontinuidades do padrão de vida são mais evidentes. Dentro desse contexto, destaca-se que o mercado de segurança fronteiriça e construção de barreiras são significativos e que o papel das grandes empresas privadas é decisivo.

## Barreiras correlacionadas com descontinuidades de desenvolvimento

Entre cerca de 70 barreiras fronteiriças “civis”, pelo menos três quartos respondem à lógica segundo a qual o país construtor é mais rico do que o país que o enfrenta. As discontinuidades de desenvolvimento são frequentemente fortes para aquelas encontradas entre os Estados Unidos (US\$ 57.466 *per capita*) e o México (US\$ 8.201 *per capita*), entre os quais existe uma razão no PIB *per capita* de 1 para 7. Essa proporção sobe se relacionarmos outros países: de 1 para 11 entre Ceuta-Melilla e Marrocos, de 1 para 20 entre Iêmen e Arábia Saudita e de 1 para 36 entre Gaza e Israel.

A tendência geral é que os países ricos se protejam de fluxos de países vizinhos pobres (ou mais pobres), como Estados Unidos contra México, Índia contra Bangladesh, Botswana e África do Sul contra o Zimbábue etc. As exceções são raras: Bulgária contra Turquia (mas em nome da União Europeia), República Popular da China contra Hong Kong (mas não corresponde a uma fronteira internacional).

Mapa 2: Renda nacional bruta por habitante



Fonte: Rosière, 2018

É possível perceber que as barreiras são perpendiculares aos fluxos humanos, porém a superposição delas com descontinuidades de desenvolvimento é particularmente notável no sudeste da Europa. A barreira restrita a passar pelos pontos de passagem fronteiriça (PPF) faz parte dos dispositivos de “controle”. Os acampamentos e pontos de acesso da UE estão localizados nos eixos principais (rodoviário e ferroviário).

Figura 7: Barreiras fronteiriças e rotas migratórias no sudeste da Europa

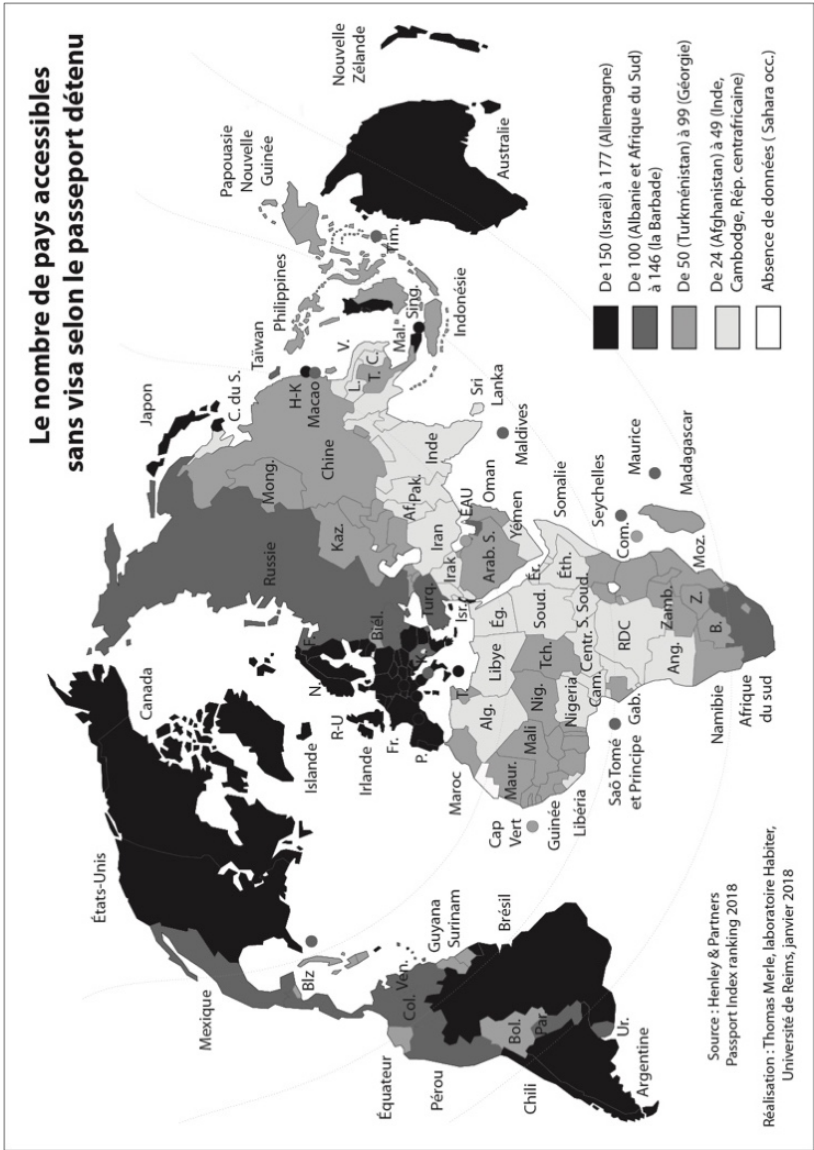


Fonte: <https://visionscarto.net/barrieres-frontalieres-et-hotspotsImage>

### Barreiras físicas que alongam as barreiras administrativas

No Mapa 3, quanto mais escuro o país, mais importante é a liberdade de circulação dos cidadãos. Os habitantes dos países mais ricos também são os que podem se locomover com maior facilidade. Os obstáculos à mobilidade internacional têm como alvo os cidadãos dos países mais pobres ou em guerra.

Mapa 3: Planisfério da liberdade de circulação (2018)



Fonte: Passport Index Ranking, 2018.

## Barreiras fronteiriças como negócio

No contexto global de redução das “grandes guerras” (Muel-ler, 1989), as empresas do “setor militar-industrial” se reorientaram da guerra para a segurança, ou seja, houve uma extensão do mercado para indivíduos, empresas e Estados. O material se padronizou com o surgimento do setor “securitário-industrial”, liderado por empresas de armamentos, aeronáutica e tecnologia eletrônica. Como as barreiras fronteiriças (com sistemas relacionados) custam entre 1 e 3 milhões de dólares por quilômetro, grandes grupos competem por esses mercados.

Destaca-se a assinatura de contratos gigantes, como o *Secure Border Initiative* de 2006 – barreira de teste, com tecnologia avançada, na fronteira EUA-México – no valor total de US\$ 7 bilhões. Além desse, na Arábia Saudita, dois contratos (grupo Airbus) em 2009 e um segundo em 2012 foram firmados por quase US\$ 6 bilhões no total.

### Consequências da lógica de compartimentação

A construção de barreiras fronteiriças tem muitas consequências, nem sempre fáceis de avaliar. Algumas delas são:

- Estimular o tráfico: as restrições aos fluxos humanos geram uma grande oferta mafiosa de contorno.
- Aumentar desastrosamente o custo humano (mortes): o reforço das barreiras administrativas e físicas implica soluções alternativas cada vez mais perigosas. Recorrer às máfias se tornou condição *sine qua non* para atravessar a fronteira sem autorização.
- Existir também perigo na liberdade pública: já que as fronteiras (e a mobilidade transnacional) se tornam o ponto de partida para um registro geral da população.

### Barreiras geram tráfego lucrativo de “desvio”

É muito mais caro cruzar uma fronteira ilegalmente do que legalmente. Fazer isso sem os documentos necessários custa infinitamente mais do que pegar uma passagem de avião em classe executiva para o mesmo destino: 2 a 3 mil euros para a travessia na linha México-Estados

Unidos; 5 a 8 mil euros pela América Central; 10 a 15 mil euros para a travessia do Mediterrâneo, mesmo pelo Evros e finalmente várias dezenas de milhares de euros para viajar da Ásia aos Estados Unidos, em particular, da China – até 60 mil euros – (Amilhat Szary, 2015). De acordo com o *International Organization for Migration* (IOM), desde 2014, cada vez mais migrantes pagam por toda a viagem, de suas casas até seus destinos.

É possível encontrar páginas do *Facebook* com preços, locais de partida (como “amanhã sai um barco de tal e tal porto”), opções e pacotes. Pagando mais, você pode ter uma viagem mais segura, com um colete salva-vidas ou uma vaga no convés superior. A oferta segue o modelo de uma agência de viagens.

## Proliferação de máfias de tráfico humano

Ajudar a cruzar uma fronteira ilegalmente se enquadra no escopo do tráfico de pessoas, um conceito amplo. Ele inclui várias formas de exploração: prostituição, escravidão, trabalho forçado e contrabando ou tráfico de pessoas. Contrabandistas de migrantes ou facilitadores (no jargão da Frontex) são incluídos pelo cientista político Peter Andreas entre os “atores transnacionais ilegais” (CTAs), a saber: “[...] atores não estatais que atuam além das fronteiras internacionais em violação das leis dos Estados concorrentes e que tentam escapar da acusação destes” (Andreas, 2003, p.78).

Já segundo a ONU:

A expressão “contrabando de migrantes” significa o ato de assegurar, a fim de obter nisso, direta ou indiretamente, uma vantagem financeira ou outra vantagem material, a entrada ilegal em um Estado parte de uma pessoa que não seja nativa nem residente permanente daquele Estado (Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional).

Os atores envolvidos no contrabando de migrantes são tão numerosos quanto sejam a demanda e os lucros reais. De acordo com o UNODC, no primeiro estudo global sobre o contrabando de migrantes, publicado em junho de 2018<sup>[28]</sup>, esse negócio gerou US\$ 7 bilhões

---

[28] [Online] <https://www.unodc.org/unodc/fr/frontpage/2018/June/at-least-2-5-million-migrants-were-smuggled-in-2016--first-un-global-study-shows.html>



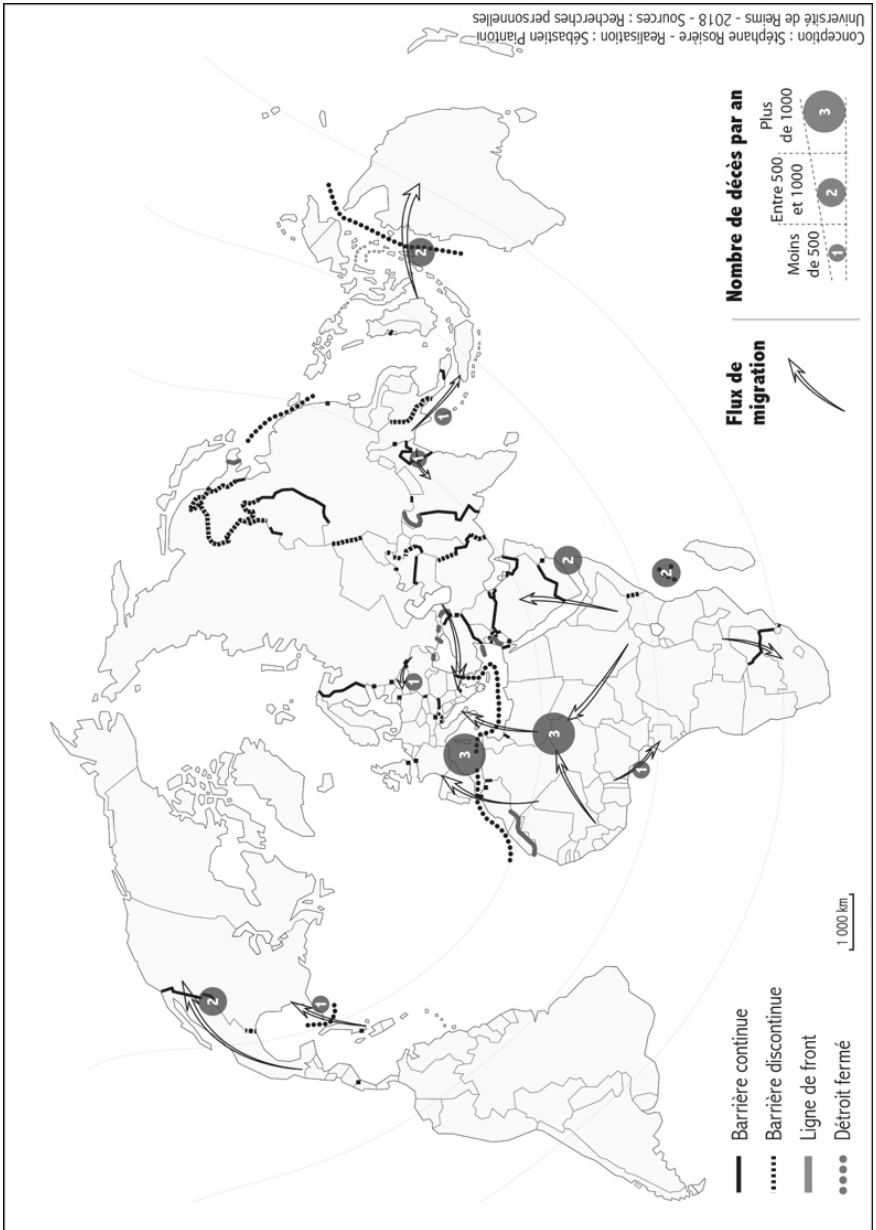
para os traficantes em 2016. Ainda de acordo com esse estudo, nesse ano, no mínimo 2,5 milhões de migrantes foram “passados clandestinamente”. As questões financeiras são, portanto, essenciais para compreender o crescimento dessa atividade.

## Mortes nas fronteiras

Devido ao desenvolvimento de barreiras, as travessias ilegais são cada vez mais perigosas. Podemos delinear vários “*fronts* de migração” (próximos ou superiores a 1000 mortes por ano) essencialmente marítimos: Mediterrâneo, Golfo de Aden, Mar de Bengala, Mar de Timor, Golfo do México etc. Já os *fronts* secundários mal-informados são: Golfo da Guiné e Golfo de Bengala. O Saara seria o principal *front* migratório terrestre; além disso, podem ser citados os desertos do sudeste dos Estados Unidos e o Sinai.

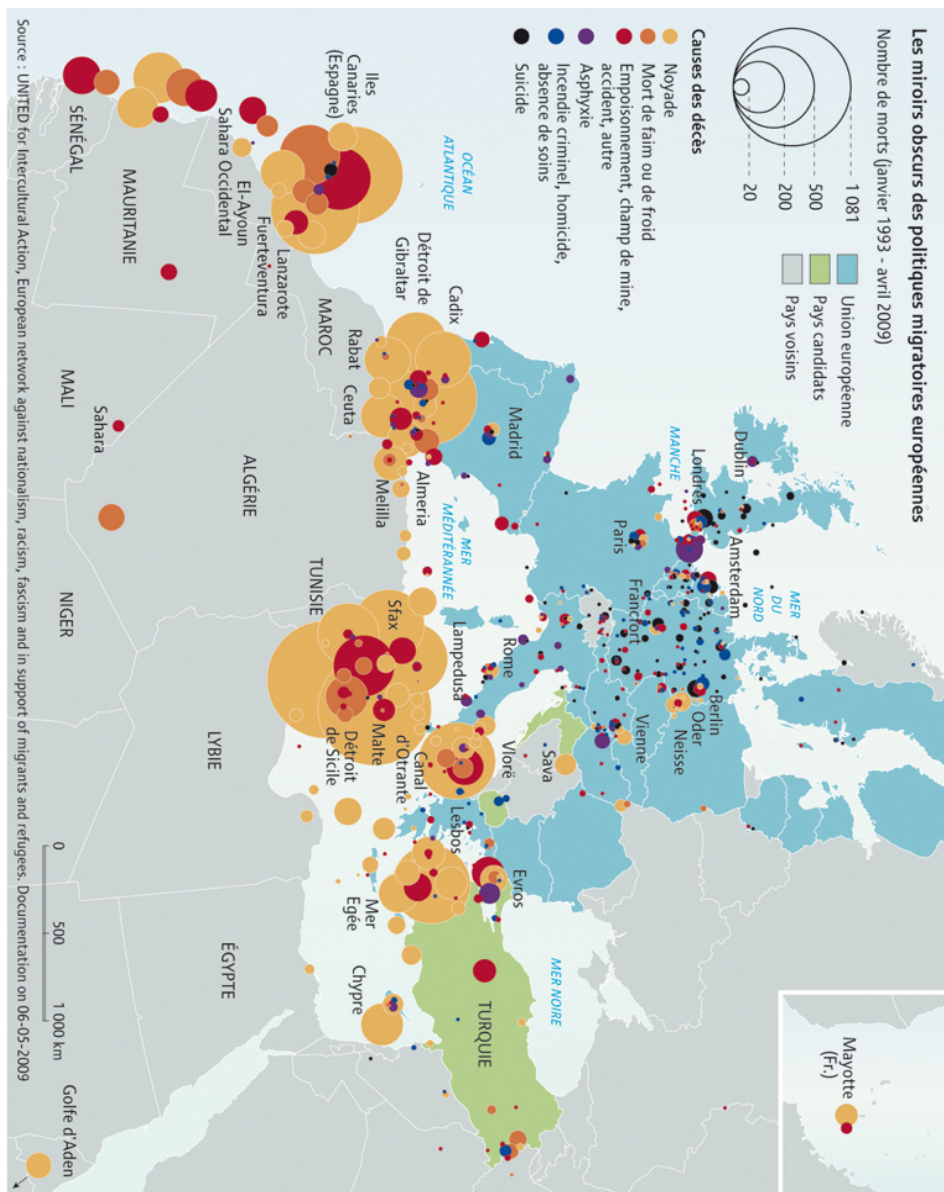
As mortes nas fronteiras da União Europeia são agora muito mais elevadas do que aquelas ligadas à velha “Cortina de Ferro” (mil mortes na fronteira interalemã de 1949 a 1989). No Mediterrâneo, o número de mortes por ano está diminuindo, mas é significativo: mais de 3.500 mortes em 2014; 3.784 mortes em 2015; 5.143 mortes em 2016; 2.993 mortes em 2017; 2.275 mortes em 2018.

Mapa 4: Fluxo de migrantes e barreiras fronteiriças



Fonte: Rosière, 2018.

Figura 8: Os espelhos sombrios das políticas de migração europeias



Fonte: Clochard, 2012.

## Conclusão (continuação e fim)

As barreiras simbolizam as tensões contemporâneas que são mais ligadas aos fluxos do que aos territórios. A oposição entre o livre comércio (trocas comerciais e financeiras, geralmente bem-vindas) e a livre circulação (mobilidade de indivíduos, frequentemente recusada) é subestimada.

As barreiras não devem mascarar a escala do comércio internacional, seja do ponto de vista comercial ou humano. Existem cerca de 260 milhões de migrantes e refugiados no mundo (3,5% da população global; além dos 65 milhões internamente “deslocados”) – vide o site do INED, sobre migração no mundo.

A maioria das barreiras dificilmente desempenha um papel em termos de segurança (no sentido de ameaça à vida) ou tráfico. São, portanto, ferramentas essencialmente destinadas a restringir a circulação (mobilidade humana) e mais precisamente dispositivos anti-migrantes, leia-se: anti-pobres. A hipótese da analogia entre condomínios fechados e fronteiras internacionais é reforçada.

A função simbólica das barreiras é mais óbvia do que sua eficácia: “Os novos muros funcionam teatralmente, projetando poder e eficiência que realmente não exercem” (Brown, 2010, p.67). Embora não impeçam os fluxos (apesar do alto custo pago pelos contribuintes), elas enfatizam a lógica prevalente.

A era das barreiras fronteiriças (mas também dos condomínios fechados) não significa o fim do comércio nem a realidade de uma invasão, mas evidencia as tensões que estão ligadas aos fluxos humanos e às inter-relações dos indivíduos em geral e entre os ricos e pobres em particular. Não é o menor dos paradoxos dessas ferramentas de “segurança” (Vallet, 2014) senão destacar as clivagens socioeconômicas.

## Referências Bibliográficas

AMILHAT SZARY, A-L. **Qu'est-ce qu'une frontière aujourd'hui ?**. Paris, PUF, 2015.

AMILHAT SZARY, A-L; GIRAUT, F. (Org.). **Borderities and the Politics of Contemporary Mobile Borders**. Palgrave, MacMillan, 2015.

ANDREAS, P. Redrawing the Line. Borders and Security in the Twenty-first Century. **International Security**, v. 28, n. 2, p. 78–111, 2003.

ANDREAS, P.; BIERSTEKER, T. J. (Orgs.). **The Rebordering of North America, Integration and Exclusion in a New Security Context**. New York & Londres: Routledge, 2003.

BALLIF, F.; ROSIÈRE, S. Le défi des teichopolitiques. Analyser la fermeture contemporaine des territoires. **L'Espace Géographique**, v. 38, n.3, p.193-206, 2009.

BIGO, D.; GUILD, E. (Orgs.). **Controlling Frontiers: Free Movement into and within Europe**. Londres: Ashgate, 2005.

BROWN, W. **Murs: les murs de séparation et le déclin de la souveraineté étatique**. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2009.

CLOCHARD, O. **Atlas critique des migrations**. Paris, A. Colin, 2012.

FOUCHER, M. **Fronts et frontières**. Paris: Fayard, 1991.

MOULLÉ, F. (Org.). **Frontières**. Bordeaux: Presses universitaires de Bordeaux, 2017.

ROSIÈRE, S. **Géographie politique et géopolitique. Une grammaire de l'espace politique**. Paris: Ellipses, 2007.

\_\_\_\_\_. **Frontières de fer. Le cloisonnement du monde**. Paris: SyllepSES, 2020.

VALLET, E. **Borders, Fences and Walls. State of Insecurity?**. Aldershot, Ashgate, Border regions Series, 2014.

VAN HOUTUM, H.; PIJPERS, R. The European Union as a gated community: the two-faced border and immigration regime of the EU. **Antipode**, v. 39, p.291-309, 2007.

# POR UMA GEOGRAFIA POLÍTICA CONSTRUTIVISTA

*Arnaud Brennetot*

A geografia política passou por uma profunda renovação nos últimos quarenta anos. Ampliou seus objetos, retrabalhou e enriqueceu profundamente suas abordagens teóricas e enquadramentos a ponto de se tornar um dos sub-ramos mais dinâmicos e fascinantes da geografia contemporânea. Historicamente, essa renovação se construiu a partir de uma reformulação da reprovação expressa da geopolítica clássica, acusada de muitas vezes ter se colocado a serviço de formas comprometedoras de poder. Assim surgiu a ambição de promover uma “geopolítica crítica”, inicialmente concebida sob a forma de uma luta heterodoxa contra o conhecimento produzido em nome da razão de Estado. Na França, o grupo liderado por Yves Lacoste chegou a falar, na década de 1970, em se engajar em uma “guerrilha epistemológica” contra o conhecimento estabelecido. Desde então, a geopolítica crítica conheceu um tal sucesso acadêmico que se estabeleceu como o paradigma dominante no seio da geografia política contemporânea. Se muitos dos atores dessa aventura têm bons motivos para se alegrar com tal sucesso, essa dominação me parece induzir um certo número de limites que, se não podem justificar uma ruptura com a geopolítica crítica, convidam a tentar examinar as condições para um possível enriquecimento.

## Uma geopolítica crítica politizada

Por meio de sua ambição crítica, inspirada na filosofia pós-estruturalista, a nova geopolítica desenvolveu uma relação desafiadora e politizada acerca do poder, movida pelo desejo de trazer à luz os mecanismos responsáveis pela dominação, ansiosa por desconstruir os discursos mistificantes e apaziguadores – as “ideologias” –, cujas posições de poder se escondem para se legitimarem. A geopolítica crítica é apresentada como um convite à lucidez e à

clarividência epistemológicas. Estudar a espacialização do poder é questionar as representações e os discursos produzidos pelos poderosos para impor seu império. A ansiedade se torna, então, o modo preferido de exploração da realidade. Tal perspectiva representa o inegável interesse heurístico de ir além da imagem literal que as instituições políticas dão de si para explorar a profundidade das razões que as perturbam.

Essa postura epistemológica levou à aproximação da geopolítica crítica com as diferentes formas de geografias radicais (neomarxista, pós-colonial, feminista ou anarquista), mas também, com as diferentes correntes de pensamento e opinião que estão ligadas à esquerda do espectro político e antiliberal. Uma parte da geopolítica mantém em paralelo um parentesco intelectual com o que se denomina “realismo” no campo das relações internacionais, ou seja, uma abordagem que postula que a vida política poderia ser equiparada a um conjunto de relações de forças e rivalidades de poder. A atenção dada pela geopolítica crítica às modalidades espaciais de dominação explica o lugar importante destinado às questões de insegurança e manifestações de violência, às guerras de todos os tipos, ao terrorismo, ao crime organizado, à repressão política, ao controle populacional etc.

Se os fenômenos da *low politics*<sup>[29]</sup>, como a elaboração de leis, a implementação de políticas públicas, a governança dos sistemas territoriais ou a expressão espacial da participação cidadã não foram negligenciados, seu lugar se tornou relativamente secundário na agenda da geografia política contemporânea. Seja de inspiração realista ou radical, a geopolítica crítica converge em torno da condenação do liberalismo, em particular de seu avatar contemporâneo, o neoliberalismo. Essa politização da geopolítica explica seu dinamismo, sua força de mobilização acadêmica, sua capacidade reflexiva, sua originalidade e sua criatividade normativas. No entanto, também envolve uma série de efeitos perversos que merecem ser investigados.

---

[29] Aqui o autor utiliza de uma expressão inglesa conhecida que opõe *low politics* e *high politics*. O primeiro caso se refere aos temas domésticos de um Estado, não necessariamente ligados à sua sobrevivência, como questões relacionadas à administração pública. Já *high politics* é um termo utilizado para se referir a tudo o que for absolutamente necessário à existência do Estado, como segurança nacional, diplomacia e atuação militar. Como a tradução para o português acabaria transformando o significado do termo, optamos por deixá-lo em sua forma original. (Nota dos Organizadores).

## Vínculos desenvolvidos de forma insuficiente com estudos políticos

Ao adotar uma postura radical e comprometida, a geopolítica crítica cultiva sua diferença em uma série de outros campos disciplinares com os quais, no entanto, compartilha objetos semelhantes, se não comuns. Eu penso, em particular, nas ciências jurídicas, nos estudos de planejamento e, acima de tudo, na ciência política. Embora estejam longe de serem inexistentes, essas ligações poderiam ser reforçadas de forma útil para testar a robustez das estruturas epistemológicas sobre as quais as várias ciências políticas são construídas.

Parece-me particularmente lamentável que os abundantes debates que animam a ciência política não sejam mais mobilizados, discutidos e refletidos na geografia política, em particular para identificar não só as diferenças e as especificidades disciplinares, mas também as interseções e os empréstimos possíveis. Surpreende-me, por exemplo, que o “novo institucionalismo”, que hoje ocupa um lugar preponderante na ciência política, especialmente na análise das políticas públicas, não seja mais questionado e mobilizado na geografia política. De minha parte, essa perspectiva me parece apresentar uma potencialidade explicativa muito maior do que certas abordagens parcimoniosas mobilizadas na geografia.

O exame da gama de assuntos tratados pela ciência política, entre *high* e *low politics*, parece-me mais equilibrado do que na geografia política. Esse equilíbrio explica por que a influência da ciência política no estudo da recomposição espacial da baixa política, em torno de questões da governança multinível, da difusão da *new public management* ou do surgimento do populismo de direita, por exemplo, é superior à da geografia política. As análises neorregulacionistas dos processos de reescalonamento mostram, no entanto, o interesse em se debruçar sobre essas questões de *low geopolitics* na geografia, mesmo se os principais geógrafos animadores se definirem mais como representantes de uma economia política heterodoxa, como B. Jessop ou N. Brenner, do que da geografia política.



## Uma relação problemática com a caracterização empírica de regimes espaciais

Outro limite induzido pela politização da geopolítica crítica se deve à relação ambígua que ela desenvolve com o liberalismo, aqui entendido como objeto de estudo. Ela se afirmou no contexto geo-histórico do fim da Guerra Fria e do certo auge do liberalismo que se expandiu em escala mundial entre os anos 1980 e meados de 2010. A ambição crítica da nova geografia política foi, portanto, parcialmente mobilizada para analisar as transformações espaciais induzidas pela ordem liberal, em particular a globalização neoliberal. Nesse sentido, foi realizado um grande esforço teórico para conceituar e categorizar o novo regime espacial que então emergiu: a abertura para o político, a consideração da dimensão relacional das relações de poder, os efeitos biopolíticos das recomposições territoriais, a glocalização e os fenômenos de reescalonamento geoinstitucional ou translocalização da competição geoeconômica. Este trabalho analítico foi acompanhado por um esforço de refundação teórica extremamente ambicioso, talvez equivalente ao que foi realizado para a análise espacial na década de 1960 ou para a geografia social e geografia cultural na década de 1970.

No entanto, ao se envolver em elaborações teóricas altamente sofisticadas, a nova geografia política às vezes parece negligenciar a necessidade de reunir material empírico suficientemente fundamentado. Em particular, parece-me que a aplicação de certos conceitos a situações geográficas particulares é por vezes abusiva ou incompletamente informada. Obviamente, não tenho uma visão ampla o suficiente para atestar que essa é uma tendência geral. No entanto, nos campos e temas que conheço melhor, pude constatar repetidamente a existência de discrepâncias significativas entre caracterizações amplamente aceitas na esfera acadêmica e realidade empírica observável.

Para ilustrar a existência de tais discrepâncias, tomarei o exemplo de como caracterizamos a neoliberalização dos regimes espaciais desde meados da década de 1990. Em termos de caracterização axiológica, muitas vezes consideramos o neoliberalismo como uma corrente de pensamento inspirada nas teses de F. Hayek e a segunda Escola de Chicago, valorizando a mercantilização das relações sociais em detri-

mento de outras formas de integração, em particular as políticas solidaristas de *welfare state*. Essa definição axiológica do neoliberalismo é muito utilizada no discurso acadêmico para caracterizar a evolução das políticas públicas implementadas desde a década de 1970 em diferentes territórios e em diferentes escalas. No entanto, se tomarmos os países da OCDE, nos quais essas normas deveriam ter sido aplicadas, vemos que o montante do gasto social continuou a aumentar, seja em valor absoluto ou relativo. Do ponto de vista empírico, isso significa que a neoliberalização observada durante várias décadas não foi realizada contra as políticas welfaristas, mas sim como um complemento a elas no quadro de um regime axiológico composto que mescla normas transescalares de exposição à competição econômica exterior (internacionalismo neoliberal) e normas de coesão interna implantadas na escala do Estado (nacionalismo welfarista). Esse é um fato bastante verificável, quase sistematicamente omitido nas análises da neoliberalização, muitas delas deixando crer que o neoliberalismo seria reduzido ao programa minarquista<sup>[30]</sup> da Segunda Escola de Chicago e da nova direita conservadora.

Outro tipo de aproximação frequente a respeito da neoliberalização se refere às condições de seu desdobramento geo-histórico. Se agora é amplamente reconhecido que a agenda neoliberal foi forjada durante o período entre guerras, as análises críticas desenvolvidas em geografia estabelecem que esse programa teria sido implementado posteriormente, a partir da década de 1970, no Chile, não só sob a ditadura de A. Pinochet, mas também no Reino Unido, no governo da Sra. Thatcher e nos Estados Unidos, sob a presidência de R. Reagan. A partir do lar anglo-americano, o neoliberalismo teria então se espalhado gradualmente em diferentes territórios ao redor do mundo, assumindo a forma do que é denominado, desde a década de 1990, como “Consenso de Washington”. O regime neoliberal teria então substituído um regime anterior, o que Bob Jessop chama de “Regime Keynesiano do Estado de Bem-Estar” (*Keynesian Welfare State Regime*), que teria caracterizado o período pós-guerra.

Esse esquema geo-histórico baseado na identificação de dois regimes geopolíticos sucessivos, é frequentemente interpretado pelos observadores de esquerda como um sinal de regressão política, útil para de-

---

[30] *Minarquismo* é uma corrente ideológica que defende que o Estado deve se ocupar apenas com os serviços de segurança e do Judiciário (Nota dos Organizadores).

nunciar as derivas e os excessos das políticas neoliberais contemporâneas. O problema é que tal enquadramento geo-histórico de regimes políticos esbarra em uma série de contraexemplos que suscitam dúvidas quanto à sua validade. É um fato que as políticas neoliberais foram iniciadas muito antes de Thatcher chegar ao poder no Reino Unido. Portanto, é bastante surpreendente que as políticas econômicas implementadas na República Federal da Alemanha (RFA), entre 1948 e 1966, pelo economista neoliberal L. Erhard, sejam sistematicamente omitidas da literatura crítica. Podemos citar também a política monetária implementada por L. Einaudi na Itália em 1948, também esquecida, bem como as reformas estruturais iniciadas por assessoria direta do economista neoliberal Jacques Rueff na França em 1958 ou a criação do Mercado Comum dentro dentro da Comunidade Econômica Europeia (CEE) nos anos seguintes.

Todas essas experiências mostram que a neoliberalização das políticas públicas é anterior às apresentações feitas sobre ela no campo da geopolítica crítica e da geografia radical. Na Europa Ocidental em particular, a ancoragem geopolítica do neoliberalismo é mais antiga e mais profunda. Além disso, as normas neoliberais têm sido implementadas no âmbito de regimes axiológicos complexos, mesclando valores mais heterogêneos e contraditórios àqueles que normalmente se identifica. Essa complexidade tem repercussões nas políticas espaciais implementadas em escalas subestatais. Ao contrário do que defende a literatura crítica, as políticas neoliberais de competição entre espaços produtivos não substituíram, a partir da década de 1980, as anteriores, de combate às desigualdades regionais. A valorização dos centros mais poderosos (o Randstad Holanda, a região de Paris, os *ballungsgebietes* alemães, o triângulo Antuérpia-Bruxelas-Ghent) começou no final da década de 1940 e continuou inabalável depois disso, com políticas de planejamento regional se apresentando como um adendo, não visando à redução das desigualdades espaciais, mas a transformação delas em politicamente menos insuportáveis. Essa lacuna entre a narrativa padrão que a geografia e a geopolítica críticas propõem da neoliberalização e da realidade geo-histórica observável compromete a solidez da base teórica construída previamente para dar conta da globalização neoliberal, em particular porque nos permite identificar uma poderosa continuidade axiológica e funcional entre o liberalismo do pós-guerra, que J. Ruggie chama de “*embedded liberalism*”, e o neoliberalismo do período atual. Es-

ses achados, portanto, invalidam a hipótese neorregulacionista de uma ligação entre os modos de acumulação econômica (fordismo ou economia schumpeteriana) e os regimes de estruturação dos espaços políticos.

Essa dificuldade em captar a manifestação efetiva de um fenômeno geopolítico tão importante como o neoliberalismo se deve ao fato de que foi desenvolvida na geografia crítica, uma tendência de reduzir a análise empírica à busca de formas deduzidas de teorias gerais, sob o risco de, por vezes, perder fatos imprevistos ou em descompasso com essas teorias, como as que acabei de mencionar rapidamente. Uma tal propensão tem várias desvantagens. Ela expõe a análise crítica ao risco de ser acusada de praticar uma leitura aproximada ou mesmo seletiva da realidade, motivada mais por fins partidários ou militantes do que por uma preocupação real com o rigor metodológico. Além disso, caracterizar realidades muito diferentes sob o mesmo rótulo pode nos levar ao risco de confundir e dissolver o sentido de tais rótulos, a ponto de, por vezes, torná-los ilegíveis. Foi exatamente o que aconteceu com o termo neoliberal, cujos significados não cessaram de se diversificarem ao longo do tempo, a ponto de alguns autores críticos expressarem sérias dúvidas sobre a consistência do conceito e sobre sua oportunidade epistemológica. Se, no final das contas, qualquer forma de capitalismo, incluindo as mais autoritárias, pode ser qualificada como neoliberal, é difícil ver qual pode ser o significado heurístico de tal categoria.

## Rumo a uma geografia política construtivista

Existem soluções para evitar essas armadilhas. É necessário, antes de tudo, garantir a operacionalidade das análises críticas, deixando claros sobre os limites das teorias explicativas disponíveis para dar conta de realidades geopolíticas muitas vezes multifacetadas, usando os conceitos de forma cautelosa e refinada, mas também aceitando a surpresa decorrente da ambiguidade da realidade. Essas propostas se somam ao convite formulado por N. Brenner e N. Theodore para estudar o *actually existing neoliberalism*, não para buscar nas práticas espaciais e políticas a aplicação estrita de doutrinas previamente formuladas. Isso implica reequilibrar o trabalho entre a dedução teórica e a análise empírica em favor da última.

Este apelo ao reinvestimento em uma ambiciosa análise empírica não deve ser entendido como uma súplica de regresso ao empirismo ou às abordagens idiográficas que marcaram o apogeu da geografia regional antes da Segunda Guerra Mundial. Ao contrário, trata-se de um convite à reflexão sobre as condições epistemológicas para que as análises empíricas sejam ricas o suficiente para testar as teorias, e não simplesmente para tentar validá-las ou ilustrá-las. Do ponto de vista metodológico, isso implica priorizar a realização de análises comparativas que busquem apreender a extensão das nuances por meio das quais a generalidade se desdobra. Se tomarmos novamente o exemplo do neoliberalismo, isso significa tentar apreender o que N. Brenner, J. Peck, N. Theodore e H. Macartney chamaram de “neoliberalização diversificada” (*variegated neoliberalization*), ou seja, buscar entender a diversidade geo-histórica dos métodos de implantação de um processo geral de transformação do espaço político. Tal perspectiva não significa renunciar à ambição crítica ou reflexiva, mas sim tentar, intensificando o vaivém entre a arqueologia empírica e a dedução teórica, formular teorias de médio alcance capazes de apreender o emaranhamento infinitamente complexo dos fatores responsáveis pela elaboração de espaços políticos.

Para tanto, entre o leque de abordagens disponíveis, a análise construtivista parece-me ser aquela que hoje oferece os caminhos mais promissores, em particular porque permite verdadeiramente dar conta dos respectivos papéis da estrutura e da agência. Nessa perspectiva, as análises neoinstitucionalistas têm sido capazes de mostrar como as dinâmicas estruturais não impedem a existência de janelas de oportunidade, deixando aos atores a possibilidade de ativar mudanças e iniciar ciclos incrementais de transformação. Por outro lado, eram muito menos sensíveis ao papel das interações escalares na construção e na transformação dos regimes políticos ou à capacidade desigual dos territórios institucionais de sustentar, juntos, ambições geoéticas heterogêneas e potencialmente contraditórias.

Existe aí um canteiro estimulante, mas também imperativo, para a geografia política contemporânea. De fato, nossa compreensão das origens e das razões da ordem liberal sobre seu desdobramento desde o final da Segunda Guerra Mundial, combinando a democracia liberal com a globalização neoliberal, ainda é muito imperfeita. Se antes as análises críticas e radicais permitiram trazer à luz as lógicas e

as circunstâncias decisivas, hoje ainda esbarram na compreensão das origens do neoliberalismo, de sua resiliência e de sua capacidade de se transformar de acordo com as mudanças multidimensionais do espaço político. Existe aí uma questão crucial para entender como a ordem liberal tende a reagir frente ao atual aumento das pressões antiliberais de que é objeto, seja às forças antiprodutivistas, que clamam por uma mudança de paradigma global, seja, acima de tudo, às forças unilaterais que a multipolarização do mundo está exacerbando de forma sem precedentes na história contemporânea.



## Sobre os autores

### *Antônio Angelo*

É bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (1991), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (1995), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003), pós-doutor em Geografia na Texas A & M University - Estados Unidos e) e na Universidade Federal Fluminense/UFF. Atualmente é Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia e desenvolve pesquisas sobre federalismo, dinâmicas locais e regionais e justiça espacial.

### *Augusto César Pinheiro da Silva*

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizou o Pós-doutorado em Geografia Política e Ensino de Ciências Sociais na Universidad Autónoma de Madrid (UAM), entre 2009 e 2010. É Bolsista Produtividade do CNPq (nível 2), desde 2017. Foi bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ), entre 2013-2016. Professor do quadro permanente do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma universidade. É Vice Decano de Graduação e Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais (CCS) da PUC-Rio e Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É líder dos grupos de pesquisa GeTERJ (Gestão Territorial no Estado do Rio de Janeiro) e REBRAGEO (Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território).



***Arnaud Brennetot***

É professor de Geografia Política e Planejamento na Universidade de Rouen Normandie. É autor da tese “Geoética do território: o debate público territorial através da imprensa de revistas de opinião na França” defendida em Rouen em 2009. Interessa-se particularmente pela forma como as ideologias e ideias geoéticas são mobilizadas no quadro da construção das políticas territoriais. Está particularmente interessado em como as ideias neoliberais estruturam a ação pública territorial na França e na Europa Ocidental. Participa ativamente de debates sobre políticas locais e regionais na Normandia. Sua publicação mais recente é “Géoéthique professionnelle, géoéthique prescriptive et géoéthique analytique. Pour une approche constructiviste de la dimension éthique de l’espace des sociétés” na *European Journal of Geography*.

***Clive Barnett***

É professor de Geografia e Teoria Social na Universidade de Exeter, Reino Unido. Ele foi anteriormente professor de Geografia na Open University. Graduado em Geografia pela Universidade de Cambridge e doutorado pela Universidade de Oxford. Em 2018, foi eleito pesquisador da Academia de Ciências Sociais no Reino Unido. Dentre suas obras, destacam-se o *Priority of Injustice* (University of Georgia Press, 2017), *Rethinking the Public* (Policy Press, 2012), *Globalizing Responsibility* (Wiley-Blackwell, 2011), *Spaces of Democracy* (Sage, 2004), and *Culture and Democracy* (Edinburgh University Press, 2003). Possui também um blog em <http://poptheory.org/>

***Cutberto Hernandez-Legorreta***

Doutor em História pela UMSNH; Doutor em Estudos de Asia e África pelo Colégio de México. Mestre em Estudos latino-americanos pela FFyL da UNAM e Licenciado em Relações Internacionais pela FES Acatlán da UNAM. Foi professor em diversas instituições no México e professor convidado na Universidad Autónoma de Madrid e na de Barcelona, Espanha; na Universidade Livre de Lisboa, Portugal; na Universidad de Timor Leste, Timor Oriental; na Universidad de Goa, Índia e na Universidade Agostinho Neto, Angola. Coordenador acadêmico do programa de mestrado em Governanza y Estrategia Internacional da

Universidad La Salle (México). Atualmente faz parte do Comité de Avaliação do Prêmio Genaro Estrada da Secretaria de Relaciones Exteriores. É integrante do Sistema Nacional de Investigadores (SIN) CONACyT.

***Daniel A. de Azevedo***

É geógrafo, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É atualmente professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Editor da Revista Espaço e Geografia (UnB) e um dos coordenadores do Gepedem – Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia, trabalha atualmente na relação espaço político e democracia e com a geografia do voto. É autor do livro “Democracia participativa como um sofisma: uma interpretação geográfica da participação política”, além de organizador do livro “Ensino de Geografia: novos temas para a Geografia Escolar”.

***Iná Elias de Castro***

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

***Kevin R. Cox***

É Professor Emérito em Geografia da Universidade do Estado de Ohio em Columbus (Ohio – Estados Unidos). Nascido na Inglaterra, graduou-se pela Universidade de Cambridge e realizou mestrado e

doutorado na Universidade de Illinois (EUA). Seu trabalho inicial estava marcado pelo interesse nas análises quantitativas espaciais, influenciado na década de 1960. Em seguida, seu foco mudou para perspectiva marxista e o urbano, encaminhando-se para a política urbana e desenvolvimento regional. Soma-se a isso, também tem interesse na África do Sul e no pensamento geográfico. Ele é um Guggenheim Fellow e autor de vários livros. Os mais recentes são *Making Human Geography* (2014), *The Politics of Urban and Regional Development and the American Exception* (2016) and *Boomtown Columbus: Ohio's Sunbelt City and how Developers Got The Way* (2021).

### *João Ferrão*

É Doutor em Geografia Humana e pesquisador aposentado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde coordenou o Grupo de Investigação “Ambiente, Território e Sociedade” e o Conselho dos Observatórios. Foi consultor da OCDE, coordenou diversos estudos de avaliação de políticas públicas para o Governo português e para a Comissão Europeia. Assumiu os cargos de Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades/Portugal e de Pró-Reitor da Universidade de Lisboa. Também foi membro da Comissão Independente para a Descentralização, nomeada pela Assembleia da República (Parlamento). Atualmente, é representante do Conselho dos Reitores de Portugal no Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável e continua desenvolvendo pesquisas em torno das temáticas ordenamento do território e desenvolvimento regional e urbano.

### *Mario Valério Martínez*

Professor Titular e Investigador. Doutor em Geografia e História da Universidad Complutense de Madrid (UCM - Espanha), no programa Geografia Humana Território e Sociedade. Mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Los Andes no Centro de Estudos Políticos e Sociais da América Latina (CPESAL). Investigador no Consejo de Desarrollo Científico Humanístico, Tecnológico y de las Artes (CDCHTA-ULA). Suas pesquisas realizadas são relacionadas ao temas de Geografia e Fronteiras. Possui várias publicações em livros e revistas especializadas e é coordenador do Grupo de Estudio Cultura y Territorio.

### ***Rafael Winter Ribeiro***

É geógrafo, com doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil com estágio na Université de Pau et des Pays de l'Adour (UPPA), França. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ e também do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É um dos coordenadores do Laboratório Geopol (Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território), onde coordenada a Linha de Pesquisa de *Política da Paisagem e do Patrimônio*. Editor da Revista *Espaço Aberto* da UFRJ e membro do *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS).

### ***Rubén C. Lois González***

É Geógrafo e Catedrático no Departamento de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela/Espanha. Foi professor visitante em universidades da França, Noruega, Brasil, Itália e Canadá; vice-Presidente da União Geográfica Internacional (IGU/UGI) e membro do Conselho Administrativo da Associação Espanhola de Geografia (AGE). Também foi Diretor Geral de Turismo do Ministério da Inovação e da Indústria da Galícia, membro da Comissão de Arquitetura e Urbanismo do Conselho de Cultura Galega e miembro do Conselho Superior de Urbanismo da Galícia. Atualmente é membro do Comité Científico do Instituto Universitário de Estudos de Desenvolvimento da Galícia e vem coordenando projetos de cooperação interuniversitária em Mali, Senegal e Cabo Verde; e desenvolvendo pesquisas sobre as dinâmicas e urbanas e metropolitanas na Espanha.

### ***Stéphane Rosière***

É professor de Geografia na Universidade de Reims Champagne-Ardenne; Diretor editorial da revista *L'Espace politique*, fundada em janeiro de 2007; Diretor do Mestrado de Geopolítica de Reims (URCA). Trabalha em três eixos de pesquisa interligados: 1º) A teoria da geografia política e geopolítica - *Géographie politique et géopolitique. Une grammaire de l'espace politique*, 3ª edição, revista e atualizada no início de 2021; 2º) Violência em massa e violência extrema (sobre limpeza étnica, genocídios): "L'espace légal. Aménager pour tuer", *L'espace*

politique, 2018-3 Online] URL: <https://journals.openedition.org/espacepolitique/5908>; e, por último, Fronteiras e barreiras internacionais: *Frontières de fer. Le cloisonnement du monde*, Paris, Syllepse, 181 p.; 2018 — Les frontières internationales entre matérialisation et dématérialisation, *AntiAtlas des frontières*, n°2, 2017, postado online em maio de 2018, URL : <https://www.antiatlas-journal.net/02-les-frontieres-internationales-entre-materialisation-et-dematerialisation/>.



